

Mariana Luiza de Oliveira Deschamps

**NA TRILHA DAS ESTRADAS:
A VIDA COTIDIANA E O TRABALHO NA COLÔNIA
BLUMENAU (1850-1880)**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Deschamps, Mariana Luiza de Oliveira
Na trilha das estradas : a vida cotidiana e o trabalho
na Colônia Blumenau (1850-1880) / Mariana Luiza de Oliveira
Deschamps ; orientador, Paulo Pinheiro Machado -
Florianópolis, SC, 2015.
184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História social. 3. História da
colonização. 4. Colônia Blumenau. 5. Obras públicas. I.
Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**NA TRILHA DAS ESTRADAS: A VIDA
COTIDIANA E O TRABALHO NA COLÔNIA
BLUMENAU (1850-1880)**

Mariana Luíza de Oliveira Deschamps

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

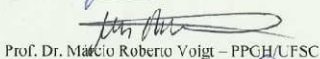
Banca Examinadora



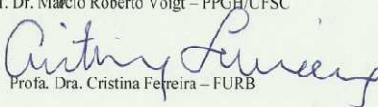
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC



Prof. Dr. João Klug – PPGH/UFSC

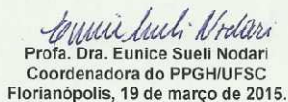


Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Cristina Ferreira – FURB

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (suplente externo) – UEG



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 19 de março de 2015.

Aos meus pais, Evilasio e Maria, e a
minha amada família.

Ao meu querido companheiro, Jean

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Paulo Pinheiro Machado, que aceitou ser meu orientador e que desde o início do mestrado me mostrou por quais caminhos eu deveria seguir para a concretização desta pesquisa histórica. Obrigada professor por me ensinar e também por me questionar ao longo da pesquisa.

Agradeço também à diretora do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, localizado na cidade de Blumenau, e minha eterna professora, Sueli Petry, pela sua disponibilidade em sempre auxiliar os consulentes do arquivo, indicando documentos e leituras. A professora Cristina Ferreira por ter me incentivado a seguir o caminho da história, tanto no sentido de fazer o mestrado como também por me incentivar a escrever sobre o século XIX.

Também gostaria de agradecer aos professores do programa de pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente ao professor Adriano Luiz Duarte e também ao professor Henrique Espada Lima, este último em especial, pois contribuiu inúmeras vezes na reformulação do projeto de pesquisa durante as discussões que ocorreram no Seminário da Linha de Pesquisa. Igualmente agradeço os professores João Klug e Samira Peruchi Moretto por terem aceito o convite para a qualificação, cujas contribuições foram importantes em vários pontos da pesquisa. E agradeço aos professores presentes na minha banca de defesa – Márcio Roberto Voigt, Cristina Ferreira e João Klug.

Agradeço ainda a todos os arquivos e bibliotecas consultados durante a pesquisa. Além disto, cabe um agradecimento aos tradutores que tornaram possível o acesso aos documentos, que a princípio foram redigidos na língua alemã ou italiana.

Agradeço as oportunidades que tive de apresentar esta pesquisa em simpósios e eventos. A cada participação foi possível conhecer outros trabalhos que me inspiraram, além das trocas realizadas com colegas da área, que definitivamente contribuíram para o desenvolvimento da dissertação.

Aos meus queridos pais – Evilasio e Maria – pelo seu amor, carinho, compreensão e apoio incondicional. A minha mãe por me escutar tantas vezes, me ouvindo falar dos documentos que encontrava, dos meus planos, das minhas preocupações. Ao meu pai por ser tão paciente e estar sempre disponível, a qualquer hora, para me ajudar, não

somente nas muitas idas e vindas entre Florianópolis e Blumenau, mas por sempre me socorrer quando precisei.

Ao meu marido e melhor amigo, Jean. Agradeço pela sua compreensão e incentivo nestes dois anos de mestrado, e também pelo seu companheirismo de me ouvir contar “pacientemente” as histórias das personagens do passado colonial de Blumenau. A ele devo também um especial agradecimento por ser meu “revisor” de textos.

Agradeço também aquelas pessoas que constituem a coisa mais importante que tenho em minha vida: a minha família. Agradeço a vocês por sempre me ajudarem na mudança (seja de humor ou dos móveis), por serem pessoas do bem e por tornarem a minha vida melhor.

Agradeço a Deus, que sempre me guia em todos os passos da minha vida.

Ainda gostaria de agradecer a todos – especialmente aos amigos – que de alguma forma contribuíram para este trabalho acontecer.

E por fim, agradeço ao CNPq pelo auxílio financeiro da bolsa de estudos que possibilitou esta pesquisa.

Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. [...]. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir.

Marc Bloch, 2001.

RESUMO

Esta dissertação tem como foco as obras públicas da Colônia Blumenau, na Província de Santa Catarina, entre 1850 e 1880. O objetivo da pesquisa é compreender quais são os modos de agir e pensar dos trabalhadores assalariados da Colônia Blumenau e, por sua vez, qual a participação deles na sociedade em que viveram, ao mesmo tempo, procura-se entender o esquema de funcionamento do trabalho temporário dos colonos nas obras públicas da colônia. Ao observar o grande número de obras públicas que eram desenvolvidas pela diretoria colonial, esta dissertação traz para o debate questões referentes a oferta de trabalho temporário aos colonos, direitos e costumes relacionadas ao trabalho nas obras públicas, além das relações, negociações e manobras que permearam a convivência e a experiência da população colonial de Blumenau. Mas cabe ressaltar que as relações estabelecidas no universo do trabalho entre os sujeitos históricos pesquisados levam a dissertação igualmente a abranger aspectos da vida cotidiana das pessoas que fizeram parte desta história. A metodologia escolhida busca estabelecer um diálogo entre os registros deixados pela administração da colônia (relatórios, correspondências) e a produção escrita pelos colonos (memórias, cartas, petições) ou sobre eles (processos jurídicos) na tentativa de pôr em foco – por meio da variação da escala de análise – histórias e particularidades da gente comum que habitou Blumenau no século XIX. Esta dissertação, inspirada na história social, permite refletir sobre como a vida na Colônia Blumenau era dinâmica e repleta de ajustes devido a ação política e inserção social dos seus habitantes.

Palavras-chave: Colônia Blumenau. Trabalhadores. Obras públicas.

ABSTRACT

This dissertation has as focus the public works in Blumenau Colony, in the province of Santa Catarina, between 1850 and 1880. The goal of the research is to understand what are the acting and thinking ways of the salaried workers in Blumenau Colony and, which is their participation in society, at the same time, it seeks to understand how was the salaried temporary work of the settlers in public works in Blumenau Colony. Observing the large number of public works that were developed by the colonial administration, this dissertation brings to debate questions regarding temporary employment offer to settlers, rights and customs related to public works, beyond relations, negotiations and maneuvers that permeated the living and the experience of the Blumenau colonial population. It should be noted that the relations established in the labor world among researched historical agents takes the dissertation also cover aspects of everyday life of the people who were part in this story. The chosen methodology seeks to establish a dialogue between the records left by the colonial administration (reports, correspondences) and production written by settlers (memories, letters, petitions) or about them (legal cases) in an attempt to bring into focus – based on the variation of the analysis scale - stories and features of the common people who inhabited Blumenau in the nineteenth century. This dissertation, inspired by social history, allows to reflect on how life in Blumenau Colony was dynamic and full of adjustments due to political action and social insertion of its inhabitants.

Keywords: Blumenau Colony. Workers. Public works.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa da Colônia Blumenau.....	33
Figura 02 – Folha de rosto do processo criminal de 1871.....	75
Figura 03 – Mapa da Colônia Blumenau (ribeirão da Mulde)	80
Figura 04 – Mapa da estrada da Barra do Rio de 1863	89
Figura 05 – Mapa da Colônia Blumenau (ribeirão do Texto e da Itoupava)	101
Figura 06 – Edital trilíngue da Colônia Blumenau de 1876	118
Figura 07 – Mapa da Colônia Blumenau (região do Warnow)	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro populacional Colônia Blumenau 1850-54.....	58
Tabela 2- Entrada de imigrantes estrangeiros 1875-1880... ..	130
Tabela 3- Pagamentos da Comissão Pagadora 1877	147

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 CAPÍTULO I – UMA COLÔNIA EM FORMAÇÃO NO SUL DO BRASIL (1850-1860).....	35
2.1 A CAMINHO DA COLÔNIA BLUMENAU	35
2.2 COLONIZAÇÃO UM “PONDEROSO ASSUNTO” NA ASSEMBLEIA	41
2.3 DO PROJETO À COLÔNIA PARTICULAR BLUMENAU.....	49
2.4 AS GRAÇAS DO MONARCA: UMA COLÔNIA SUBVENCIONADA.	56
2.5 FAMÍLIA, TERRA E TRABALHO.....	65
3 CAPÍTULO II – A VIDA COTIDIANA E O TRABALHO NA COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU (1860-1875)	77
3.1 A PRISÃO DE FRANZ SCHMECHEL.....	77
3.2 O TRABALHO “TEMPORÁRIO” NAS OBRAS PÚBLICAS DA COLÔNIA	84
3.3 ACIONANDO ESTRATÉGIAS E DIREITOS	95
4 CAPÍTULO III – O FIM DA ESTRADA: OS ÚLTIMOS PERCALÇOS DA COLÔNIA BLUMENAU (1875-1880)	119
4.1 CHUMBO E PÓLVORA NO CHEFE DA TURMA ...	119
4.2 MESTRE, CHEFES E OPERÁRIOS	127
4.3 ENTRE OBRAS E MANOBRAS	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO

Para escrever esta dissertação escolhi seguir a “trilha das estradas” da Colônia Blumenau. A importância da construção e conservação das vias de comunicação para uma colônia já foi diversas vezes ressaltada por estudiosos da colonização. A construção não apenas de estradas, mas de obras públicas em geral, fazia com que as terras em seus arredores se valorizassem e atraíssem um número crescente de imigrantes.¹ Igualmente “as vias de comunicação tornaram possíveis a integração da colônia e desta com os outros centros nacionais [...], dando ao imigrante condições favoráveis para a comunicação e escoamento da produção”.² Desta forma, a construção de estradas em áreas coloniais beneficiava a valorização monetária da terra, proporcionava um elemento propagandístico a mais a favor da imigração, além de ser um fator de integração que permitia maior deslocamento de pessoas e de produtos, o que produzia efeitos práticos no desenvolvimento da economia local.

No entanto, se muitos estudos históricos nos informam sobre as vias de comunicação e seus benefícios, ainda há uma carência de informações sobre a construção de estradas, picadas, pontes e outras obras públicas, especialmente quando se trata da história de centenas de homens, que dedicaram seu tempo e sua mão de obra para a construção destes espaços e caminhos. Neste sentido, seguir a “trilha das estradas” envolve perseguir os vestígios deixados por estas pessoas, o que leva ao encontro da própria experiência³ de ser colono em terras brasileiras. O relato do boêmio Josef Umann, que chegou ao Rio Grande do Sul em

¹ WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL/MEC, 1980. p.46.

² HILLESHEIM, Antonio Anselmo. *O crescimento do mercado interno numa colônia do império: o caso de Blumenau, 1850-1880*. 1979. viii, 88f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979. p. 2.

³ A noção de “experiência humana”, formulada por Edward P. Thompson, leva em consideração como homens e mulheres experimentam situações e relações produtivas, e em seguida “tratam essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras”, e assim as pessoas, por sua vez, agem e fazem escolhas em suas vidas com base na experiência, afastando a determinação e a previsão de suas ações. THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1981. p. 182-189. Grifo do autor.

junho de 1877, sobre os trabalhos iniciais da vida colonial nos remete, a princípio, sobre esta experiência.

Inicialmente nós desmatamos e queimamos os primeiros roçados, construímos a primeira choupana provisória na qual podíamos nos abrigar. Milho e outros cereais foram plantados [...]. Quando tudo estava encaminhado até este ponto, cabia dirigir-se ao trabalho de estrada [...]. Éramos no começo muito poucos moradores em nossa picada. Este caminho dava passagem apenas a cavaleiros e animais de carga. No ano em que decidimos alargá-lo para permitir a passagem de carroças, a maioria dos moradores trabalhou 20 dias ou mais. Os mais jovens, Hermann Sell e Josef Umann, trabalharam naquela ocasião 28 dias.⁴

Josef Umann descreve como inicialmente era importante instalar-se mesmo que provisoriamente no seu lote de terra, dar início a agricultura e, feito isto, era preciso buscar o trabalho nas estradas. A experiência de ser colono não apenas se deu no Rio Grande do Sul, também em Santa Catarina encontramos referências e documentos que nos levam ao encontro de serviços prestados por imigrantes nas estradas, enquanto eles se mantinham, igualmente, na condição de colonos em seus lotes rurais, investindo na agricultura.

Cabe salientar que especialmente nas colônias meridionais do Brasil, como é o caso de Blumenau, ocorria a formação de um sistema de pequenas propriedades com base no trabalho familiar, onde as famílias vivenciavam a condição camponesa, e neste quesito a historiografia da imigração e colonização é referência para elucidar a questão⁵. Porém, ainda pouco discutido é a utilização da mão de obra do imigrante na realização de trabalhos temporários nas obras públicas da

⁴ UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante Boêmio*. Hilda Agnes Hübner Flores (trad.). Edição Bilingue. Porto Alegre: Est. 1981. p.66-67.

⁵ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.; ou ainda MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

colônia. No caso de Blumenau, os colonos eram chamados a complementar sua renda por meio de trabalhos assalariados, cujo pagamento poderia ser acertado por dia de trabalho (a jornal) ou por empreitada, podendo, ainda no acordo da remuneração, serem incluídas as refeições ou não.

Ao longo da pesquisa as trilhas das estradas (que muitas vezes não passavam de picadas) levaram a composição de três capítulos da dissertação, inspirados na história social, que se dedicam a refletir sobre as relações cotidianas e de trabalho vivenciadas na Colônia Blumenau. Assim sendo, o objetivo principal desta dissertação é evidenciar e compreender os modos de pensar e agir dos trabalhadores assalariados do núcleo colonial em estudo e, por sua vez, salientar as experiências vivenciadas por eles na condição de trabalhadores de obras públicas.

Em 1850, o projeto de colonização pensado por Hermann Bruno Otto Blumenau⁶, apesar de particular, foi ao encontro de diversas aspirações do governo imperial da época. A burocracia imperial do Segundo Reinado buscava fazer da imigração um instrumento de mudança social e cultural, era “a oportunidade tão esperada de “civilizar” o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca”.⁷ Por meio de uma imigração espontânea, ou seja, quando não há gasto direto do império com a entrada do imigrante em terras brasileiras, o governo enxergava no europeu a possibilidade de transformação social⁸ pelo aumento da população trabalhadora livre,

⁶ Hermann Bruno Otto Blumenau (1818-1899), nasceu em Hasselfelde, no Ducado de Brunswick, estudou química e também obteve o título de doutor na Faculdade de Filosofia, em Erlangen, defendendo a tese *Alcalóides e as salinas afins em suas relações e correlações*. Ainda na Europa teve contato com o naturalista Alexander von Humboldt e também com Karl Friedrich Philipp von Martius. Em 1846 fez sua primeira viagem para o Brasil, como agente da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães de Hamburgo, quando conheceu algumas colônias instaladas no país. A partir de 1850 deu início a um projeto de colonização particular, que recebeu seu sobrenome. Durante mais de 30 anos esteve na direção da Colônia Blumenau. Apenas com 48 anos de idade ele se casou com Bertha Repsold, com quem teve quatro filhos. A cerimônia de casamento foi realizada em Hamburgo, em 1867, e o casal somente estabeleceu residência na Colônia Blumenau em 1869. Em 1882, Blumenau se desligou da função de diretor administrativo da colônia, e dois anos mais tarde, retornou à Alemanha.

⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz. F. (org.). *História da vida privada no Brasil*, Volume 2: Império. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 295.

⁸ KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.227.

branca e supostamente morigerada. Somava-se ainda as expectativas do governo de melhorias técnicas na produção agrícola e o povoamento de áreas consideradas “despovoadas” devido a desqualificação da população indígena pelas autoridades imperiais.

O núcleo colonial particular nas margens do rio Itajaí-açu foi administrado por Hermann Blumenau nesta condição até 1860⁹, a partir dali o empreendimento foi encampado pelo governo imperial. Porém, a transação ocorreu sem que isto afetasse a administração de Hermann Blumenau, que se manteve no cargo público de diretor colonial por mais duas décadas.

O projeto de colonização do empreendedor da Colônia Blumenau visava a princípio a introdução majoritária de imigrantes naturais dos Estados Alemães para o estabelecimento de uma colônia agrícola, com base na mão de obra livre e europeia. Mas a colônia, tida pelo seu proponente como um refúgio de colonos alemães, viu com o passar dos anos a entrada de diferentes grupos de imigrantes, que migravam com diferentes condições sociais, culturais e econômicas, como é o caso dos imigrantes de fala italiana que começaram a chegar a partir de 1875.

O imigrante tinha suas razões de migrar, suas escolhas, e chegava ao seu destino trazendo muito mais do que suas bagagens, vinha carregando seu passado, suas memórias e sua experiência. Michael Hall ao estudar os imigrantes na cidade de São Paulo apontou como a experiência de imigrar foi vivenciada de maneiras distintas por cada grupo de imigrantes. Variantes como suas experiências prévias, ou ainda “as épocas e as circunstâncias das suas chegadas, as semelhanças ou as diferenças da sua cultura em relação à brasileira, as formas de incorporação no mercado de trabalho, as relações do Brasil com seus países de origem [...]”¹⁰ destoavam entre grupos de imigrantes, muito longe de refletir uma uniformidade. Com base nisto, procura-se nesta dissertação dar especial atenção para particularidades, práticas cotidianas adotadas pelos moradores de Blumenau, assim como, os

⁹ O acerto firmado em janeiro de 1860, pelo qual Hermann Blumenau transferiu a Colônia Blumenau para a responsabilidade administrativa e financeira do Governo Imperial, ocorreu pela total falta de recursos em que se encontrava o empreendedor particular.

¹⁰ HALL, Michael M. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: *História da cidade de São Paulo*, Volume III: a cidade na primeira metade do século XX. Organização Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 123.

conflitos e reivindicações que fizeram parte da vida dos sujeitos históricos que habitaram a Colônia Blumenau entre 1850 e 1880.

Para pensar os agentes históricos da Colônia Blumenau tem-se como referência uma mudança significativa na área da história social que ganhou corpo há cerca de 50 anos com o lançamento da obra *A formação da classe operária inglesa*, de Edward. P. Thompson, a qual marcou a historiografia com a transição para uma nova história social do trabalho, que tomava distância da história do movimento institucional dos trabalhadores, que era mais “focada na descrição da evolução organizacional, debates políticos, líderes e greves”.¹¹ A nova abordagem não se limitava unicamente a examinar os modos de produção e relações de produção enquanto movimento operário organizado, mas buscou uma nova pauta para analisar tais questões por meio dos costumes, vivências cotidianas e a experiência dos sujeitos históricos. Assim, os estudos voltaram-se para uma abordagem cultural da vida em sociedade de homens e mulheres comuns das classes populares.

Thompson defendeu a influência da antropologia social no trabalho dos historiadores no sentido de reexaminar antigos materiais fazendo lhes novas perguntas, que permitam explorar a cultura dos trabalhadores sob outros olhares. Ele questionava como “pode ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundários (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção.”¹² Não podemos considerar como menos ou mais reais os modos de produção, as normas, a cultura, a política e assim por diante, pois o que existe, de fato, é a “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social”.¹³ Essa pluralidade da nova história social acarretou em uma renovação na produção historiográfica entre os anos 1970 e 1980 onde “não apenas os processos de trabalho e a cultura do cotidiano, mas também gênero, raça, etnia e idade ganharam finalmente a atenção que

¹¹ VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho para além das fronteiras. *Cadernos AEL: Trabalho e política*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.17, n.29, 2010. p. 39.

¹² THOMPSON, Edward. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio L.; SILVA, Sergio. (org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 254. Embora a publicação do livro seja recente, o artigo *Folclore, antropologia e história social* foi publicado pela primeira vez no ano de 1977, momento de grande influência dos métodos da antropologia no campo da história.

¹³ THOMPSON, 2001, op.cit. (grifo do autor).

merecem, juntamente com as estruturas familiares, sexualidade e a política informal”.¹⁴ Uma história social mais complexa passou a ser produzida não apenas no exterior, mas também no Brasil.

No Brasil, a partir da década de 1980, é significativa a produção historiográfica influenciada por Thompson que vem problematizando o universo do trabalho escravo, suas resistências, seus laços de solidariedade e os significados da liberdade. Inspirada nesta produção histórica que se propõe a observar a luta de personagens comuns em espaços cotidianos, como por exemplo o lar e o botequim¹⁵, minha escolha é seguir por um caminho análogo a estes estudos.

Atualmente os estudos sobre comunidades de imigrantes, no Rio Grande do Sul por exemplo, igualmente vem se atentando para como “os imigrantes e descendentes se inseriram nas lutas sociais do dia a dia”¹⁶. Da mesma forma, esta pesquisa desdobra-se em questionar a participação dos sujeitos na sociedade estudada, seja em meio à convivência harmoniosa quanto nos conflitos e resistências. Para isto, parte-se do entendimento de que os moradores e trabalhadores da colônia são sujeitos conscientes e integrantes de um “processo ativo”¹⁷, que se fizeram presentes na realidade em que viveram e, desta maneira, suas ações não devem ser lidas como apenas uma reação às medidas que lhes eram impostas, mas como formuladores de suas próprias decisões, atitudes e estratégias. Tal perspectiva, muitas vezes, foi se perdendo na construção da história oficial da cidade de Blumenau, devido a tentativa de se fazer uma história comemorativa, de exaltação as características ordeira e laboriosa da população colonial. Imigrantes foram agregados como se formassem um grupo aparentemente homogêneo – longe de terem opiniões, posições sociais, econômicas e culturais distintas.¹⁸

¹⁴ VAN DER LINDEN, 2010, op. cit., p. 40.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3º Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2012.

¹⁶ WITT, Marcos Antônio. Sob a contagem de outro tempo: organização social e estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – Século XIX). In: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (orgs.). *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010. p. 269.

¹⁷ THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 09.

¹⁸ Minha monografia busca problematizar tais representações sobre a cidade de Blumenau, ver OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem na Colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia*. 2009. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da

Giovanni Levi, em seu livro *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, demonstrou com primazia como pessoas comuns eram “protagonistas ativos”¹⁹, que vivenciaram incertezas e paixões, mas também eram chamados a fazer escolhas e adotar estratégias que eram essenciais para sua sobrevivência. Nesse sentido, esta dissertação se encarrega de evidenciar como imigrantes e colonos também devem ser entendidos como sujeitos políticos, que lutam ao seu modo para garantir direitos que lhe assistiam e conduzir suas vidas da melhor forma que entendiam.

O recorte temporal da pesquisa está atrelado ao período de existência da Colônia Blumenau, de 1850 a 1880. No entanto, a pesquisa ganha fôlego a partir da década de 1860, quando a colônia torna-se pública e portanto tem uma maior dependência da aprovação e financiamento dos governos provincial e imperial, o que resulta numa maior produção de documentação administrativa, seja para registrar solicitações para as construções de edifícios públicos, seja para informar dos tumultos causados pela população e assim por diante. O que se passava na vida colonial era registrado pela administração local a fim de informar as autoridades superiores. A riqueza da natureza deste material empírico, fez com que a coleta de fontes para a pesquisa fosse iniciada nesta documentação.

A administração colonial foi responsável pela maior produção de fontes que tive acesso, que atualmente encontram-se salvaguardadas no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, na cidade de Blumenau. O fundo Colonização contém correspondências da direção da colônia ora para o presidente da província de Santa Catarina ora diretamente para o império, como também, relatórios anuais de desenvolvimento da colônia, dados estatísticos, ofícios e correspondências das mais variadas para outros gabinetes, entre outros.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, foi possível acessar à documentação referente a legislação sobre imigração e colonização do período, especialmente o que se refere à província de Santa Catarina em meados do século XIX. Outros documentos foram somados a pesquisa neste arquivo, como, por

Comunicação, Blumenau, 2009. Disponível em:
http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/341776_1_1.pdf

¹⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.49.

exemplo, as correspondências enviadas pela Câmara Municipal da Comarca de Itajaí para o presidente da província.

Ainda se inclui nas fontes pesquisadas alguns documentos referentes à administração da Colônia Blumenau que se encontram no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, no fundo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Cabe um agradecimento ao professor Paulo Pinheiro Machado que permitiu o acesso a tais fontes ao ceder este rico material.

A pesquisa parte de uma análise sobre esta vasta documentação enunciada, porém, com o olhar voltado para a possibilidade de ler nestes documentos evidências, sinais e indicações que podem conduzir para a construção de outras histórias ainda pouco conhecidas sobre o passado colonial de Blumenau. Afinal, “os fatos nunca estiveram lá, de tocaia, prontos para tomar de assalto as páginas dos historiadores; foi [e é] preciso investigar seus rastros – os documentos – e construí-los a partir dos interesses específicos de cada autor”.²⁰

Seguindo os interesses da pesquisa, optou-se por uma metodologia que busca estabelecer o diálogo entre os registros deixados pela administração colonial e a produção escrita pelos colonos visando escrever uma história social deste espaço. Neste sentido, um segundo grupo de fontes está igualmente em análise. Ali reúnem-se os documentos produzidos pelo imigrante, que vão desde cartas, diários e memórias, como por exemplo a correspondência trocada entre Otto e sua irmã, em 1º de janeiro de 1867, na qual ele lhe contava “gosto imensamente deste torrão de terra [Blumenau], que antes era uma selva hostil e traiçoeira e que pelos esforços de meus braços e minhas mãos, que agora se ostentam calejadas, está sendo dominada pouco a pouco [...]”.²¹

O exemplo desta simples correspondência familiar demonstra que as mãos que labutavam em seus lotes de terra, também foram autoras de cartas, relatos e diários. Tal documentação, ainda que tenha sido originalmente escrita em alemão, hoje encontra-se – em grande parte – traduzida, e pode ser consultada no Arquivo Histórico José

²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Campinas: São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 18.

²¹ Como se festejam em Blumenau a festa de Natal. Carta de Otto (sobrenome não informado) de 1º de janeiro de 1867. Tradução Frederico Kilian. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XV, n. 9, p. 154-156, Setembro. 1974.

Ferreira da Silva no fundo Famílias; mas também pode ser encontrada nas publicações da revista *Blumenau em Cadernos* administrada pelo mesmo arquivo.

Certamente restam no fundo Famílias e no fundo Colonização muitos documentos que não foram traduzidos. Não está claro quais foram os critérios de seleção dos documentos que passaram pelo processo de tradução no Arquivo de Blumenau, e quanto aos traduzidos é plausível afirmar que é variável o rigor e o preparo profissional dos tradutores. No entanto, não se pode descartar o uso de uma documentação tão relevante, pois este conjunto de fontes – escritas pelas mãos que pegavam nas enxadas – revelam a possibilidade do historiador, ao dar voz a diversos sujeitos históricos, encontrar particularidades nesta história colonial e revelar diferentes facetas de um mesmo lugar.

Outras consultas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina renderam a seleção de algumas correspondências enviadas por correspondentes diversos para o presidente da província. Embora “menos conhecida e consultada”²² esta série reúne solicitações, pedidos e petições encaminhadas a autoridade provincial. Foi exatamente nela que encontrei, por exemplo, o abaixo assinado de 156 moradores da Colônia Blumenau datado de julho de 1870 que tinha como destinatário o presidente da província na época, Francisco Ferreira Correa. Uma fonte, até então, desconhecida sobre o passado colonial da cidade de Blumenau.

Somam-se ainda neste grupo outros tipos de documentação, como publicações de jornais catarinenses da época e um pequeno número de processos criminais, que foram encontrados, respectivamente, na Biblioteca Pública do Estado, em Florianópolis, e no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Com relação ao uso de processos jurídicos, que cada vez se revelam como uma documentação valiosa para a produção historiográfica, compartilho a visão de Sandra L. Graham quanto a quem podemos encontrar nos documentos produzidos pelos tribunais, pois tais instituições “recolhiam depoimentos de testemunhas relevantes, quem quer que fosse – de pobres e analfabetos a ricos e influentes – , as quais, por sua vez,

²² BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto. 2008. p. 27. Bacellar comenta sobre as possibilidades de pesquisa nesta série de documentos enviadas por correspondentes diversos para o presidente da província.

estavam aptas a fornecer informações sobre aspectos íntimos ou mundanos que nenhuma outra fonte pode oferecer ao historiador.²³

São os depoimentos e outros detalhes revelados pelos processos jurídicos que levaram a escrita da dissertação, em alguns momentos, a recorrer ao recurso metodológico da micro análise. De acordo com Jacques Revel, em *Microanálise e construção do social*, o enfoque micro-histórico é uma ferramenta de análise do social, cujo caráter prático se baseia na variação da escala de observação, que enriquece a análise social apontando mais variáveis dentro de um conjunto, o que acarreta na devolução das incertezas aos atores sociais frente as suas escolhas.²⁴

A partir das fontes enunciadas e das escolhas metodológicas e teóricas esclarecidas, cabe de modo breve expor uma apresentação dos três capítulos que compõem esta dissertação. Ordenados de forma cronológica, o primeiro capítulo aborda os primeiros dez anos da colônia e, portanto, sua condição de colônia particular. O segundo e o terceiro capítulo tratam da Colônia Imperial Blumenau encampada pelo governo a partir de 1860 até 1880, ano em que foi decretado pela Assembleia provincial (Decreto n.860) a criação do município de Blumenau, ainda que a efetivação de tal medida tenha levado mais alguns anos.

No primeiro capítulo, *Uma colônia em formação no Sul do Brasil (1850-1860)* apresento o contexto em que surgiu a Colônia Blumenau, no Vale do Itajaí, em 1850. Para isto foi necessário considerar as movimentações políticas e as especificidades regionais que promoviam e legislavam a colonização na província de Santa Catarina²⁵.

Ao longo deste capítulo busco entender para além do contexto de surgimento da Colônia Blumenau, e assim trazer à tona detalhes do

²³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 2005. p.12.

²⁴ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Jacques Revel (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p.15-38.

²⁵ Concordo com Ismênia de Lima Martins com relação as suas considerações sobre o processo de imigração e colonização, que não deve ser compreendido por explicações e conceitos generalizantes “que não correspondem às realidades das diferentes regiões brasileiras”. MARTINS, Ismênia de Lima. A presença italiana no Rio de Janeiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (orgs.). *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010. p. 17.

cotidiano da vida no núcleo durante o primeiro decênio de sua existência. Desta forma, tomamos conhecimento do trajeto percorrido desde da Barra do Rio (Itajaí) para se chegar a Colônia Blumenau naqueles primeiros anos, assim como, ficam evidentes algumas das expectativas dos sujeitos históricos que ali se instalavam, além das próprias expectativas do administrador colonial, Hermann Blumenau, sobre o perfil de imigrante desejado para se estabelecer na colônia particular.

O processo criminal instaurado contra Franz Schmechel iluminou e conduziu a escrita do segundo capítulo, intitulado *A vida cotidiana e o trabalho na Colônia Imperial Blumenau (1860-1875)*. Por meio da análise do processo tomamos conhecimento de particularidades do universo do trabalho na colônia, onde colonos, não apenas trabalhavam em seus lotes de terra, mas muitas vezes dedicavam-se temporariamente nos serviços de obras públicas, conforme estabeleciam os Artigos 32, 33 e 34 do Regulamento para as Colônias do Estado, baixado pelo governo imperial em 19 de janeiro de 1867.

Neste capítulo busco como objetivo analisar a rede de dependência entre colonos e direção da colônia, ao mesmo tempo, a documentação que temos acesso registrou reclamações e petições produzidas pelas mãos que trabalhavam nas estradas e picadas. Neste sentido encontramos os trabalhadores fazendo o uso da lei para buscar garantir seus direitos e diminuir as inseguranças que permeavam a vida colonial, o que lança luz sobre as condições de vida e os vínculos pessoais existentes naquela sociedade oitocentista no sul do Brasil.

O terceiro capítulo, *O fim da estrada: os últimos percalços da Colônia Blumenau (1875-1880)*, tem como ponto de partida o processo criminal em que foi réu o prussiano Henrique Krüger em função de seus desentendimentos com funcionários da diretoria da colônia e trabalhadores ocupados nas obras públicas, como, por exemplo, o chefe de uma turma de operários que conduzia uma obra na estrada do Warnow (região que atualmente faz parte da cidade de Indaial). Compreender a figura do chefe de turma de operários pode esclarecer inúmeros detalhes sobre o trabalho em obras públicas, desta maneira, o objetivo do capítulo é entender a estrutura hierárquica existente nos serviços de obras públicas da colônia, da qual faziam parte mestre de obras, chefes de turmas e operários.

O processo de Henrique Krüger data de 1876 e tem como pano de fundo uma importante mudança nos quadros populacionais da colônia, e no Império como um todo. A partir de 1875 começava a

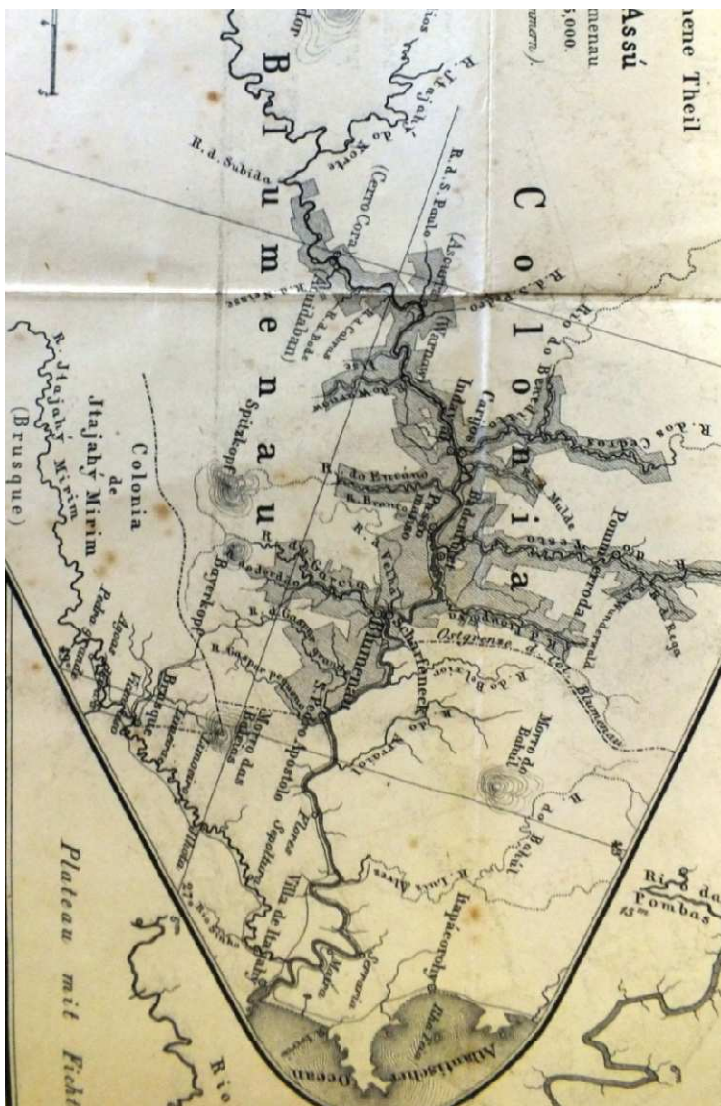
chegar no Brasil um grande fluxo de imigrantes italianos, em função do contrato assinado entre o governo central e o empresário Joaquim Caetano Pinto Junior.

A chegada dos italianos refletiu-se nos documentos oficiais da Colônia Blumenau, porém, sob aspecto negativo, pois geralmente eles foram apontados pela administração colonial por “suas constantes travessuras e exageradas exigências”²⁶, além de seus desejos de se retirar da colônia. Cabe questionar essa documentação oficial na tentativa de compreender que situações eram vivenciadas por estes sujeitos a ponto de levá-los a fazer tais exigências. Além disto, levanto como hipótese a possibilidade de encontrar diversas manifestações da população colonial de Blumenau no período referente ao final da década de 1870, pois na época o Regulamento para as Colônias do Estado ainda estava em vigor, porém é preciso avaliar em que termos estava a sua execução, tendo em vista que o Regulamento foi suspenso no ano de 1879.

Ainda que esta pesquisa tenha como análise a Colônia Blumenau em uma tentativa de enriquecer o panorama quantitativo da vida colonial e do trabalho nas obras públicas deste espaço, compreendo que as situações vivenciadas por estes sujeitos históricos na condição de colonos e trabalhadores temporários possa contribuir não apenas para expressar uma realidade local, mas muito pode nos dizer sobre a vida nas colônias do Estado no século XIX. E assim espero que outros trabalhos com semelhante temática venham a ser escritos, pois esta dissertação não ambiciona esgotar o tema em estudo.

²⁶ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Houve atualização ortográfica nesta e nas demais fontes manuscritas e impressas do período.

Figura 01 - Recorte do mapa da Colônia Blumenau de 1874.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo: Colonização, Pasta 2.47, Doc. 479.

2 CAPÍTULO I – UMA COLÔNIA EM FORMAÇÃO NO SUL DO BRASIL (1850-1860)

2.1 A CAMINHO DA COLÔNIA BLUMENAU

Conselhos e orientações de autoria de Hermann Blumenau foram publicados nos Estados Alemães, na década de 1850, para os interessados em realizar a viagem transatlântica de Hamburgo para a província catarinense. No entanto, logo após a fundação da Colônia Blumenau era difícil conseguir uma linha direta de navegação para Santa Catarina, e por serem escassas era preciso informar-se com antecedência de quatro a seis meses para finalmente conseguir embarcar com destino a um dos dois portos da região, São Francisco ou a capital de Santa Catarina, na época conhecida como Desterro.²⁷

Theodor e Ida Kleine, juntamente com seus três filhos, partiram do porto de Hamburgo no verão de 1856 no Veleiro Harriet & Molly. Vieram da província de Posen, na Prússia, com destino a Blumenau. O segundo filho do casal, Karl Kleine, na época com apenas sete anos de idade, escreveu suas memórias posteriormente. Por meio dele sabemos dos atrasos e imprevistos da partida de Hamburgo, da viagem pelo Atlântico, mas especialmente sobre a vida cotidiana da recém-criada Colônia Blumenau. Em suas palavras, ele comentava expectativas e surpresas da chegada.

Não havia nada à nossa frente, além de um pedaço de terra desmatado e coberto de capoeira. Subimos pela margem do rio a procura da cidade de Blumenau. Bom Deus! Onde estaria exatamente a cidade? Não esperávamos encontrar uma cidade grande, mas, pelo menos, uma cidadezinha ou uma aldeia. Porém, nada disso! Ali se encontrava uma casa grande e larga, de um andar e meio, com uma sacada na parte frontal e paredes enxaimel preenchidas com barro. A casa, aliás, estava inacabada. Em toda a construção, via-

²⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Um alemão nos trópicos*: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil. Ferreira, Cristina e Petry, Sueli Maria Vanzuita (org.). Tradução: Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. p.215.

se apenas uma janela de vidro, e, por trás da mesma, encontrava-se o gabinete do diretor. As demais janelas eram de madeira. Essa única casa seria Blumenau? – Oh não! Ali havia mais uma casa, lá outra e, mais adiante, via-se uma fileira de casebres, contudo, nenhuma dessas construções fazia jus à denominação de “casa”, pois eram apenas casebres, ou melhor, barracas construídas de acordo com o costume brasileiro e, em parte, inacabadas. Esse era o *Stadplatz* (centro) de Blumenau, [...]. Assim, os recém-chegados avistaram Blumenau pela primeira vez. Um olhava para o outro e ninguém ousava perguntar: por acaso isso é Blumenau? Finalmente, vieram ao nosso encontro, o cônsul Gärtner e seu tio, o diretor, Dr. Blumenau [...].²⁸

A colônia naquele ano de 1856 foi descrita por Kleine como nada muito além do que “um pedaço de terra desmatado”, havia uma casa enxaimel²⁹ inacabada que se destacava dos demais casebres, que eram construídos pelo costume brasileiro, isto é, o rancho ou barracão de palmito.

O primeiro contato dos recém chegados com a colônia revela um espaço em formação. A pergunta “por acaso isso é Blumenau?” não foi pronunciada por nenhum dos imigrantes que se depararam com a realidade daquele lugar, pois “ninguém ousava perguntar”, mas o registro de Kleine permite enxergar as expectativas destas pessoas, que esperavam encontrar, ao menos, uma “cidadezinha” ou uma “aldeia”.

Contudo o itinerário para chegar a Colônia Blumenau não se encerrava ao cruzar o Atlântico. Ao chegar à capital da província de Santa Catarina, como foi o caso da família Kleine, era necessário se deslocar até a região banhada pela bacia do rio Itajaí-açu. Dentre os conselhos de Hermann Blumenau com relação ao desembarque em

²⁸ KLEINE, Karl. *Vivências e narrativas de um blumenauense*. Tradução Annemarie Fouquet Schünke; Cristina Ferreira (org). Blumenau: Editora Cultura em Movimento, 2011. p.83.

²⁹ O enxaimel compreende “uma técnica construtiva na qual a madeira assume a função estrutural, sendo a alvenaria de tijolos empregada apenas para o fechamento dos vãos, sem função estrutural.” SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício R. de Limas. *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB; Cultura em Movimento, 2000. p.197.

Desterro, ele afirmava que a melhor opção aos recém chegados era permanecer o menor tempo possível na capital, especialmente por uma questão de economia.³⁰

Brevemente os Kleine seguiram para a região do rio Itajaí, onde havia uma área de desembarque denominada Barra do Rio, que atualmente faz parte da cidade de Itajaí. A primeira noite deles em terras catarinenses foi na casa de recepção de imigrantes instalada na proximidade da Barra do Rio, um alojamento provisório destinado aos recém chegados³¹. O preço do custo do transporte de Desterro até a Barra, incluindo bagagens, variava de um a três mil réis por pessoa³².

No dia seguinte, Karl Kleine relatava que ele, juntamente com as demais crianças, as mulheres e alguns homens embarcaram em lanchas e se dirigiram para a sede da colônia, que ficava nas margens do ribeirão Garcia, um afluente do rio Itajaí. Porém os demais precisavam caminhar a pé até lá.³³ A distância a pé entre a Barra do Rio e a colônia, segundo os registros da administração colonial de Blumenau, compreendia uma estrada cuja metragem era de 10 a 12 léguas. Já o acesso por meio de canoas até Blumenau era possível pois o “sítio escolhido para a implantação da Colônia foi o último trecho navegável do Rio Itajaí-Açu”.³⁴

O caminho que dava acesso a Blumenau passava por onde atualmente está localizado o município de Luis Alves. Kleine relatava que esta região, na época de sua chegada, era uma localidade muito pouco habitada. Nas margens do rio podia-se observar “miseros casebres de brasileiros”³⁵ e havia “somente duas casas: ambas eram vendas, uma pertencia a um alemão e outra, a um brasileiro”³⁶. Mas seguindo para além de Luis Alves, “aqui e acolá, via-se uma casa bem construída”³⁷.

³⁰ BLUMENAU, 1999, op. cit., p. 194, p.271.

³¹ KLEINE, 2011, op. cit., p. 42.

³² BLUMENAU, 1999, op. cit., p. 217.

³³ KLEINE, 2011, loc.cit.

³⁴ SIEBERT, 2000, op. cit., p.188.

³⁵ KLEINE, 2011, op.cit., p. 64.

³⁶ KLEINE, 2011, op.cit., p. 44.

³⁷ KLEINE, 2011, op.cit., p. 66.

O trajeto da Barra até a colônia, que foi percorrido por Kleine e por muitos outros imigrantes, ilustra também a povoação de Santa Catarina na região do Vale do Itajaí, onde imigrantes europeus, escravos de origem africana e seus descendentes, e nacionais compartilhavam o mesmo espaço territorial. Na parada em Luis Alves, Kleine afirmava que os imigrantes tiveram contato com “brasileiros curiosos, entre eles negros e mulatos”.

Após Luis Alves, as lanchas tomaram a direção rio acima, alcançando uma região chamada “volta dos belgas”. Essa região, atualmente conhecida como Ilhota, passou a receber imigrantes belgas a partir de 1844 devido ao projeto de colonização particular proposto por Charles van Lede. Um ano depois do início do projeto, o presidente da província de Santa Catarina faz referência ao núcleo belga informando que van Lede “já situou cerca de cem colonos [...]”³⁸ nas terras do Distrito do Itajaí. Assim a colônia acabou sendo “o primeiro ensaio de colonização estrangeira no vale do Itajaí-açu”, porém seu insucesso “motivado principalmente por disputas de terras”, teve como consequência o restabelecimento dos imigrantes em outras áreas da província³⁹.

Kleine registrava que pouco adiante da “volta dos belgas”, havia uma região habitada pelos “alemães antigos”, que “vieram de outras colônias”⁴⁰. Na verdade, esses “alemães antigos” se estabeleceram na província de Santa Catarina, ainda durante o Primeiro Reinado, quando foi fundada a Colônia São Pedro de Alcântara, em 1829, durante o governo provincial de Francisco de Albuquerque Mello. A proposta fundamental deste núcleo colonial era ser ponto de povoação estratégico nas vias de comunicação que ligavam Desterro a Lages⁴¹. Desta forma, para lá veio, do Rio de Janeiro, a primeira leva de imigrantes, que “compunha-se de 146 famílias alemãs [...], às quais ainda se somavam 112 ex-soldados de batalhões dissolvidos, perfazendo

³⁸ Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito, dirigiu a Assembleia Legislativa na abertura da sua sessão ordinária, em o 1º de março de 1845. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 27 mar. 2014.

³⁹ SEYFERTH, 1974, op.cit., p. 38-39.

⁴⁰ KLEINE, 2011, loc. cit.

⁴¹ Sobre a criação e os anos iniciais da Colônia São Pedro de Alcântara ver a coletânea organizada por JOCHEM, Toni Vidal, *São Pedro de Alcântara, 1829-1999*, em especial o artigo de Walter F. Piazza.

o total de 635 elementos”⁴². Colonos e soldados ali foram estabelecidos conforme ambicionava a política de imigração imperial na época⁴³, que buscava tanto fixar povoação numa região de rota comercial de tropeiros, como delimitar geograficamente aquele espaço, estabelecendo e protegendo o território da recém formada nação. No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em São Pedro de Alcântara iam além do relevo “montanhoso e acidentado”⁴⁴, que era pouco favorável para agricultura, o que acarretou a retirada de muitos imigrantes para outras áreas da província. Na verdade, os inúmeros problemas que ali tiveram lugar, não eram apenas um sintoma local, mas dizem respeito da primeira fase da política de colonização imperial que “caracterizou-se pela irregularidade, pelo abandono e desencorajamento”⁴⁵.

O “reassentamento de imigrantes alemães”⁴⁶ em Santa Catarina que desligaram-se da Colônia São Pedro de Alcântara acarretou, alguns anos mais tarde, a fundação de dois arraiais localizado na região banhada pelo rio Itajaí. Isto ocorreu em 1835, quando a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, por meio da Lei Provincial nº 11, de 5 de maio daquele ano, autorizava o estabelecimento de duas colônias, nos rios Itajaí e Itajaí-Mirim, cada qual com dois arraiais, nos lugares denominados Poçinho e Tabuleiro; Ribeirão da Conceição e Belchior⁴⁷, pontos próximos de onde, mais tarde, se localizaria a Colônia Blumenau. De fato, foi a partir desta medida que “iniciou-se o processo de ocupação voltado ao interior de

⁴² DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995. p.30.

⁴³ MACHADO, 1999, op.cit., p. 20.

⁴⁴ Sobre os problemas enfrentados nesta colônia, ver CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catharina: história – evolução*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1937. p.115-120.

⁴⁵ KLUG, 2009, op.cit., p.203.

⁴⁶ SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 82

⁴⁷ SANTA CATARINA. *Lei Provincial nº 11 de 5 de maio de 1835*. Coleção das Leis da Província de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Santa Catarina, surgindo núcleos coloniais no rio Itajaí-açu e em seus afluentes”⁴⁸.

Os detalhes da formação dos núcleos coloniais próximos ao rio Itajaí, em 1835, podem ser observados pelos artigos da Lei Provincial nº11. Dentre os quais, ficava estipulado o tamanho dos lotes de terras, que eram doados aos colonos, cabendo aos solteiros lotes com duzentas braças⁴⁹ de frente, aos casados trezentas, e as famílias com mais de três filhos quatrocentas braças, considerando para todos os lotes quinhentas braças de fundo (Artigo 4º). Também ficava determinado o prazo de seis meses para que as sortes de terra apresentassem “princípio de cultura, não apresentando o colono permissão do Presidente da Província, que prorogue o prazo, serão consideradas vagas” (Artigo 5º), isto é, devolutas e, assim, as terras poderiam ser concedidas novamente a outros que as requeressem. O direito a sorte de terras também poderia ser revogado caso houvesse abandono por parte do colono por três anos consecutivos (Artigo 6º). Tais condições referentes a uso da terra eram admitidas, tendo em vista que a Lei de Terras só viria 15 anos mais tarde.

Ainda com relação a Lei Provincial nº11, cabe ressaltar a ampla definição de colono, que poderiam ser “não só qualquer cidadão brasileiro, mas também os estrangeiros, que ao presente se acharem na Província, e os que para o futuro a vierem habitar” (Artigo 3º) e mais, englobava todos posseiros já estabelecidos nos arraiais (Artigo 8º). Por se tratar de uma área de reassentamento e de posseiros, encontramos nacionais e estrangeiros morando na região, e todos sendo beneficiados pela mesma lei que os definia como colonos e lhes permitia o acesso à terra como proprietários, desde que ocupassem a sorte de terra concedida por dez anos, pois só a partir deste prazo a mesma poderia ser alienada (Artigo 6º).

A região dos “alemães antigos”, na época da chegada de Kleine, era a última parada antes de finalmente chegar à Colônia Blumenau. Ele e os demais imigrantes pernoveram no “lugar denominado Belchior”, que atualmente compõe o município de Gaspar. Kleine descreveu que os “viajantes acharam melhor não chegar à noite,

⁴⁸ FERREIRA, Cristina e KOEPEL, Daniel Fabrício. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008. p.71.

⁴⁹ Cada braça equivale a 2,20 metros.

na cidade de Blumenau. Meu Deus, que frustração no dia seguinte ao se depararem com a “cidade”!”.⁵⁰

O grupo finalmente chegava a Blumenau, após ter percorrido o caminho da Barra do Rio, passado por onde atualmente são os municípios de Luis Alves, Ilhota, Gaspar. Por meios das memórias de Karl Kleine⁵¹, somando-as com outras informações, é possível compreender que a chegada ao destino escolhido pelos imigrantes envolvia expectativas, gastos que iam além dos valores pagos na passagem transatlântica, e contato com novas experiências e também com outras povoações existentes na região do Vale do Itajaí em meados da década de 1850. No entanto, as iniciativas de colonizar a província remetem para um período anterior a fundação da Colônia Blumenau e demais núcleos citados pelo imigrante. A seguir, apresento uma breve exposição das leis e discussões na Assembleia Legislativa de Santa Catarina referentes à promoção da colonização na província, e dentro desta conjuntura, sigo ao encontro da fundação da colônia particular Blumenau.

2.2 COLONIZAÇÃO UM “PONDEROSO ASSUNTO” NA ASSEMBLEIA

Um dos atos mais comentados na historiografia que trata do período da Regência (1831-1840), foi a Lei nº 16, promulgada em 12 de agosto de 1834, que reformou por um Ato Adicional a Constituição do Império. Dentre as medidas adotadas, estabeleceu a criação das Assembleias Legislativas Provinciais e atribuiu a elas inúmeras responsabilidades, o que “descentralizou a administração e conferiu

⁵⁰ KLEINE, 2011, op. cit., p. 79.

⁵¹ Karl Kleine escreveu 35 cadernos manuscritos, tal material foi reduzido, traduzido e publicado em português, ao qual tive acesso. Concordo com Sandra Pesavento que memórias transformadas em narrativas não são apenas o registro pessoal do que foi vivenciado, há muito mais, como ela mesma explica, pois há “o *gap* da temporalidade transcorrida entre a época em que teve lugar o acontecimento evocado e o momento em que se dá a evocação, ou seja, entre o tempo do vivido e o tempo do lembrado e narrado. O indivíduo que rememora amadureceu durante esse intervalo, ele re-elabora o que viveu a partir do tempo transcorrido, no qual absorveu as decorrências da situação outrora experimentada. Aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.95. Exatamente desta maneira a narrativa de Kleine se apresenta, com julgamentos e repleta de ironias, o que indica que seu relato é resultado de tempo e de reflexão sobre suas memórias, mas nem por isto deve ser descartado como fonte histórica.

mais autonomia às províncias com a criação das assembleias provinciais e a divisão das rendas públicas.”⁵².

Com as responsabilidades repassadas para as Assembleias Legislativas, o governo central descentralizado pouco ofereceu no quesito legislação em amparo à imigração e colonização. Dentre as ações do poder regencial encontramos a confecção de uma lei relacionada à regulamentação de contratos de locação⁵³ de serviço de pessoas estrangeiras, datada de 11 de outubro de 1837. Sobre a lei de contrato de serviço de 1837, Joseli Mendonça esclarece

A mesma lei que estabeleceu instrumentos de proteção aos contratadores de mão de obra, entretanto, previu também algumas garantias ao trabalhador estrangeiro, possivelmente visando reduzir as incertezas dos migrantes e, desta forma, incentivá-los a escolherem o Brasil como destino. Embora os engajamentos e os deslocamentos continuassem a ocorrer em condições bastante precárias, devia mesmo parecer mais seguro a um indivíduo que deixasse sua pátria para viver e trabalhar num país estranho fazê-lo sob um contrato, com condições minimamente estipuladas.⁵⁴

Além desta tentativa de fomentar a imigração, ao assegurar maiores garantias ao estrangeiro (mas não só a ele, como também ao

⁵² BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume II: 1831 - 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.81.

⁵³ Pouco antes do período regencial a primeira lei de prestação de serviços entrou em vigor, em 13 de setembro de 1830. Henrique Espada Lima comenta que ela “acabou funcionando de modo imperfeito”, primeiro porque “a importância do trabalho escravo não diminuiu”, e também no que se refere “à sua função como organizadora de um quadro legal mais favorável para a imigração, não parece igualmente ter sido muito eficaz: foi preciso, 7 anos depois, sancionar outra lei (Lei nº 108, de 11 de outubro de 1837), mais detalhada, que legislasse sobre os contratos de trabalho dos colonos estrangeiros, adultos e crianças.” Conforme o artigo Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), v.14, p. 133-175, 2009. p.147-148.

⁵⁴ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 45-60. 2012. p. 57.

contratador), o governo regencial também sancionou a Lei de 23 de outubro de 1832 a qual determinava a concessão da naturalização àqueles que comprovassem ter residido no Brasil por, ao menos, quatro anos consecutivos. Mais tarde, a partir do Decreto nº291, de 30 de agosto de 1843, mandava-se executar a diminuição do tempo de residência para dois anos.

No mais, o governo regencial visivelmente ocupava-se em outras causas. Pelo território nacional se dava uma intensa participação popular. Basta citar algumas das revoltas que marcaram o período, como a Revolta dos Malês na Bahia, a Cabanagem no Pará, a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, entre outras, para compreendermos que as ações do governo se voltaram para controlar as instabilidades e reprimir os litígios espalhados pelo território nacional. Ainda havia o debate interminável sobre a lei antitráfico, com cogitação de revogar a lei de 1831⁵⁵, que havia tornado ilegal o tráfico Atlântico de escravos; e a isto somava-se ainda a efervescente disputa pelo poder entre liberais moderados, liberais exaltados e caramurus, conforme demonstra o estudo sobre o período regencial de Marcelo Basile.

Ainda assim, foi pelo Ato Adicional em 1834 que o governo central voltou a falar sobre a questão da imigração e colonização, desde os cortes de despesas feitos pela Lei Orçamentária de 1830, embora a solução encontrada fosse mais uma medida que ditava distância entre governo imperial e a política migratória. A cada província foi delegada a tarefa de conduzir a seu modo à colonização, cabendo as Assembleias provinciais legislar e promover “a organização da estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias”⁵⁶. No caso de Santa Catarina, o estabelecimento de colônias era considerado um “assunto ponderoso” para a Assembleia.

Se durante a Regência, as revoltas tomaram as ruas de muitas províncias do Brasil, cabe ressaltar que durante a primeira fase das

⁵⁵ Conforme Jaime Rodrigues, em *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*, “na Câmara, durante a legislatura 1834-1837, várias vezes cogitou-se revogar todas as leis antitráfico [...]”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume II: 1831 - 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 327.

⁵⁶ BRASIL. *Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol. 1. Artigo 11, parágrafo 5. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 28 jun. 2013.

revoltas⁵⁷, “somente as capitais das províncias do Piauí e de Santa Catarina escaparam à turbulência”.⁵⁸ Dito isso, a Província de Santa Catarina ao longo do governo de Feliciano Nunes Pires (1831-1835) não precisou lidar com a repressão das revoltas como as demais administrações provinciais, e assim pôde voltar sua atenção a outras medidas administrativas.

Instituída a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1º de março de 1835, levou cerca de dois meses para que fossem tomadas as primeiras medidas com relação à colonização no interior da província. A primeira iniciativa foi a Lei nº 11 de 5 de maio de 1835, já comentada nas páginas anteriores, que delimitava o estabelecimento de duas colônias nos rios Itajaí e Itajaí Mirim.

A iniciativa da Lei Provincial nº 11 de 1835 é relevante devido ao curto espaço de tempo que a província de Santa Catarina levou para tomar frente no quesito colonização após o Ato Adicional. Albuquerque Cavalcanti, presidente da província de Santa Catarina, no início do ano legislativo de 1836, nos põe a par do pensamento dos deputados na época:

Já começastes, Senhores, a legislar sobre o estabelecimento de Colônias, e eu reclamo a vossa atenção sobre este *ponderoso assunto*, que carece de medidas mais amplas. A natureza, entre os dons de que foi pródiga com este País abençoado o favoreceu com um clima, além de benigno, próprio para quase todas as produções de ambos os hemisférios. A população porém não é proporcionada à extensão do território; faltam-nos braços que façam valer este torrão precioso, até agora em grande parte improdutivo por inculto, e falta-nos também o socorro das Artes para o uso e emprego de máquinas que ajudem e facilitem os trabalhos agrícolas. Estes braços, estes auxílios só podem vir da Europa, onde a população

⁵⁷ Conforme José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem...*, o período regencial pode ser classificado com dois grupos de revoltas. A primeira fase seguiu-se imediatamente a abdicação de D. Pedro até 1834; e a segunda, iniciou-se com o Ato Adicional. Já Marcelo Basile em *O laboratório da nação...* compartilha desta classificação, porém acrescenta uma terceira categoria de revoltas regenciais que é constituída pelas rebeliões escravas.

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 7ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.251.

superabunda, e que as Artes tem chegado ao maior apuro. Cumpre pois que por meio de Colonização chamemos ao nosso País homens ativos e industriosos, e supramos com braços livres esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominável tráfico de carne humana.⁵⁹

O discurso da falta de braços para trabalhar no país foi uma das justificativas apresentadas para introdução de imigrantes europeus – homens “ativos”, “industriosos” e “livres”, que representavam, conforme a fala do presidente, uma saída distinta e muito mais “civilizada” do que a escravidão vinha oferecendo. Embora o presidente faça referência às medidas já tomadas em favor do estabelecimento de colônias, ele registrava a necessidade de novas e mais amplas ações neste sentido, e por isto, chamava os deputados, no parágrafo seguinte de seu relatório, que continuassem “a legislar nesta parte”⁶⁰.

E os deputados parecem ter dado ouvidos ao presidente. Em 15 de junho de 1836, era aprovada a Lei Provincial nº49, a primeira lei que regulamentou a colonização de modo geral na província de Santa Catarina.⁶¹ Muito à frente da iniciativa de outras províncias, como o Rio Grande do Sul, cuja “primeira lei provincial a regulamentar a colonização data de 4 de dezembro de 1851”⁶². Esse movimento tardio do poder provincial do Rio Grande se deu pela sua conturbada situação interna, pois logo após o Ato Adicional de 1834 – que deixava a colonização a cargo das províncias – já se instalou a Revolta dos Farrapos (1835-1845), fator que contribuiu para que entre os anos de 1831 e 1844 “praticamente não houve[sse] ingresso de imigrantes

⁵⁹Relatório do presidente da província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, apresentado em 05 de abril de 1836, que abria a 2ª Seção da 1ª Legislatura Provincial. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 27 mar. 2014. Grifo nosso.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ SANTA CATARINA. *Lei Provincial nº 49 de 15 de junho de 1836*. Coleção das Leis da Província de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶² MACHADO, 1999, op. cit., p. 25. Porém Machado também destaca que esta lei de 1851 não foi praticada, devido a incompatibilidade com a legislação nacional e por questões orçamentárias, e por isto, a Lei que, de fato, se tornou base da colonização provincial do Rio Grande do Sul somente foi baixada em 1854 (Lei Provincial RS – nº 304).

européus na Província.”⁶³ Desta forma, as colônias fundadas pela iniciativa provincial no Rio Grande do Sul, somente começaram a aparecer a partir de 1849, com a fundação da Colônia Santa Cruz, e que abriu caminho para uma fase de colonização mais intensa na província.

Sobre as especificidades da política de colonização do Rio Grande do Sul são válidas as recentes considerações apontadas pela tese de doutorado de Cristiano Luís Christillino. Segundo ele foi devido à união de interesses entre boa parte da elite local e o império brasileiro, que ocorreu uma intensa colonização na província rio-grandense, sendo, no total, formadas 115 colônias ao longo do período de 1849 a 1889. Neste mesmo período o autor traz comparações com a fundação de colônias em outras províncias, dentre as quais encontramos os dados de Santa Catarina, onde apenas 11 colônias foram fundadas, entre particulares e oficiais⁶⁴. Desta forma, a província do São Pedro do Rio Grande do Sul comportou o maior número de colônias de imigração no Segundo Reinado, embora a legislação e o próprio processo de colonização tenham sido encaminhados uma década depois da iniciativa catarinense.

Na tentativa de observar as especificidades e a dinâmica da colonização na província catarinense, cabe um olhar aproximado sobre a Lei Provincial nº 49. Composta por 19 artigos, regulamentava a colonização na província, a qual poderia ser feita por “empresas, quer por Companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como a estrangeiros” (Artigo 1º), sob algumas condições: os empreendedores devem escolher terras devolutas para estabelecer suas colônias, e tais terras deveriam ser distribuídas de acordo com a o núcleo familiar, isto é, “duzentas braças de frente por cada colono solteiro; duzentas e cinquenta, sendo casado sem filhos, trezentas e cinquenta, sendo casado com um até três filhos; quatrocentas, sendo casado com mais de três filhos, todas com mil braças de fundo” (Artigo 2º). Este segundo artigo é mais preciso, porém tem proximidades com as definições de distribuição de terras apresentadas na Lei nº 11 de 1835, ainda que a profundidade dos lotes dobrou de tamanho em comparação com a lei anterior. A distribuição evidencia uma colonização tanto nacional quanto estrangeira de acordo com o sistema de pequena propriedade, que

⁶³ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p.149.

⁶⁴ CHRISTILLINO, 2010, op.cit., p.149.

buscava fixar o trabalhador ao seu chão de terra tomando como base a produção da família, sendo o tamanho do lote proporcional a composição familiar.

Encontra-se tanto na lei de 1835 como na de 1836 uma definição de colono que abrangia a nacionais e estrangeiros. Apesar disto, Giralda Seyferth argumenta que havia uma preferência pelo segundo, o qual levou a palavra “colono” a ser “sinônimo para imigrante (e descendentes)”⁶⁵. Exemplos de colônias em Santa Catarina que receberam estrangeiros não faltam: Príncipe D. Afonso, Leopoldina, Ilhota, Santa Isabel, Dona Francisca, Blumenau, entre outras. E a própria fala de Albuquerque Cavalcanti, presidente da província em 1836, citada nas páginas anteriores, deixava evidente tal preferência: os auxílios para suprir a falta de braços “só podem vir da Europa”⁶⁶. A visão dos autores das leis e autoridades administrativas brasileiras enxergavam no elemento estrangeiro, em detrimento aos nacionais e indígenas, perspectivas de modernização e povoamento para a recém criada nação.

Por se tratar de uma lei geral de colonização para a província, novos elementos foram acrescentados na Lei nº49 em comparação com a de 1835. Por exemplo, estipulava-se a necessidade de contrato entre empreendedor e colono (Artigo 5º), embora não apontasse maiores detalhes. Também o Artigo 18º, estabelecia que “o Presidente da Província dará a maior possível publicidade, a presente Lei, tanto dentro como fora do Império.” A tentativa de publicidade inscrita na lei, por ela ter sido possivelmente a primeira a regulamentar a colonização entre as províncias brasileiras, foi comentada pelo presidente da província de Santa Catarina, José Joaquim Machado de Oliveira, em março de 1837.

A recomendação feita no Governo, pelo Artigo 18 da Lei Provincial nº 49, foi levada a efeito, mandando-se exemplares da mesma Lei para dentro e fora do Império: e acerca de sua publicidade lembrou o Encarregado de Negócios

⁶⁵ SEYFERTH, Giralda. Vale do Itajaí e a política migratória do Império. *Revista Blumenau em cadernos*: Edição Especial 50 anos, Blumenau, Tomo XLVIII, n.11/12, p. 57-82, novembro/dezembro. 2007. p.61.

⁶⁶ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, apresentado em 05 de abril de 1836, que abria a 2ª Seção da 1ª Legislatura Provincial. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 27 mar. 2014.

do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América, que, sendo inútil publicá-la naquele país, por que jamais se conseguiria distribuir para o Brasil a emigração que tão copiosamente concorre para ali, e onde vai deparar com vantagens sólidas, e com trabalhos de mais subido preço, fazia-se mais conveniente que, levando a Lei uma tradução ao lado do texto original, se endereçasse ela para aqueles Estados donde vem maior emigração para a América; acrescentando que, em vez de fazer a Colonização exclusivamente dependente de empreendedores, se procurasse promovê-la, convidando com igualdade de vantagens a todos os indivíduos que quisessem estabelecer-se nessa Província, e sob garantias, que lhes pudessem tornar menos precária a subsistência em quanto se firmavam no País: e isto poderia efetuar-se por meio de uma Lei Adicional. Parece, Senhores, que por esta forma poder-se-ia conseguir, que se aumente a massa dos produtores, prevenindo a falta de braços escravos, que vai-se já sensivelmente reconhecendo.⁶⁷

A fala do presidente da província traz inúmeros elementos importantes sobre as circunstâncias ligadas tanto à imigração provincial quanto à imigração para o Brasil. Inicialmente tratava da recomendação de divulgar a Lei nº49, medida já implementada por meio da distribuição de exemplares da lei para outras províncias do Império e também a outras nações. Porém Machado de Oliveira argumentava a inutilidade de publicar a lei provincial nos Estados Unidos, um forte concorrente na recepção de imigrantes na América. Os fatores de atração que norteavam a escolha para a América do Norte nos são apresentados por um texto de 1846, de Miguel Calmon Pin de Almeida, mais conhecido como Visconde de Abrantes⁶⁸. Ele elencou seis motivos

⁶⁷ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, José Joaquim Machado de Oliveira. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 1º de Março de 1837. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 30 jun. 2013.

⁶⁸ Visconde de Abrantes foi “ministro da Fazenda durante o Primeiro Reinado (1827 e 1828) e um dos líderes da política centralizadora do “regresso” durante o final do período regencial e formador do Partido Conservador. Integrou diversos gabinetes (1837, 1841 e 1862) nas pastas da Fazenda, Estrangeiros e Império.” MACHADO, 1999, op.cit., p.66.

para o sucesso da colonização nos Estados Unidos, que eram: 1º o emprego pronto dos braços que chegavam; 2º a facilidade de adquirir terras por cômodo preço; 3º segurança pessoal e de propriedade; 4º liberdade religiosa; 5º liberdade civil; e por fim, a facilidade de comunicação entre os colonos e os parentes e amigos que permaneceram na terra natal, o que rendia frutos a imigração espontânea⁶⁹. Enfim, percebe-se a adoção de uma nítida política imigratória dos Estados Unidos da América. E em função disto, mais valeria, conforme a visão de Machado de Oliveira, mandar divulgar a lei provincial em outros Estados, leia-se na Europa, onde a publicação deveria levar “uma tradução ao lado do texto original”.

A fala do presidente demonstra que mesmo com a existência da Lei nº49, não estava garantida a colonização na província, era preciso tomar novas medidas para “que se aumente a massa dos produtores”, devido a “crise dos braços” que estava por vir. Ele recorria à justificativa em pauta na época, da “falta de braços”, fazendo referência à proibição do tráfico atlântico de escravos, pela Lei de 7 de novembro de 1831 que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império.

No entanto, sua fala também deixa registrado que somente a lei não poderia desencadear a imigração, um estímulo a imigração e a colonização se fazia necessário, pois, até aquele momento, a imigração que vinha ocorrendo na província de Santa Catarina somente tomava corpo pela ação de empreendedores. Longe de querer manter-se dependente deles, o presidente considerava promover a colonização “convidando com igualdade de vantagens a todos os indivíduos que quisessem estabelecer-se nessa Província”, falava em maiores garantias, vantagens, se necessário uma Lei Adicional, ou seja, medidas que garantissem e influenciassem a escolha de Santa Catarina como destino imigratório, numa tentativa de reduzir incertezas àqueles que aqui desejassem se estabelecer.

2.3 DO PROJETO À COLÔNIA PARTICULAR BLUMENAU

No início do ano legislativo de 1848, foi dirigido a Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de colonização da

⁶⁹ ABRANTES, Visconde (Miguel Calmon du Pine e Almeida). *Memória sobre os meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger & Irmãos. 1846. p.16. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00029800> Acesso em: 03 mar. 2014.

Companhia Protetora dos Emigrados Alemães de Hamburgo, pelo seu agente Hermann Blumenau. Nos meses de março e abril o projeto tramitou entre os deputados da Assembleia, passando para uma comissão de colonização, a qual deu parecer favorável ao mesmo, porém devido a divergências com a legislação provincial de colonização, o projeto foi repassado para análise de uma comissão especial.

A comissão apontou incoerência do segundo artigo do projeto, o qual propunha “a Companhia poderá [...] escolher as sortes que lhe são concedidas dentre as devolutas, podendo dividi-las pelos colonos como melhor lhe convier”⁷⁰, tal divisão de terras estava em desacordo com o Artigo 2º da Lei Provincial nº 49, que delimitava detalhadamente como proceder para distribuir as sortes de terras entre os colonos de acordo com seus núcleos familiares. Outro critério desfavorável ao projeto se deu em função do artigo 18º, que prescrevia as despesas da colonização bancadas pelo governo imperial, o qual concederia “dois mil réis anuais por cada colono introduzido [...] nos primeiros dez anos [...], e a quantia de mil réis anuais nos cinco anos seguintes”⁷¹. Tal item no projeto foi apontado como de “grande prejuízo aos cofres nacionais”⁷² o que igualmente resultou na oposição dos deputados.⁷³

Entretanto, os deputados comentavam também sobre as vantagens que a implantação do projeto traria e, de modo geral, sobre a colonização. A proposta promoveria tanto um aumento populacional na província como introduziria a mão de obra livre, uma vez que a escravidão “sensivelmente diminui [e] terá um dia de extinguir-se”. Além disto, trazia consigo a possibilidade de “afugentação do gentio”, “promover a rotação de terras incultas”, além de desenvolver o

⁷⁰ Requerimento e projetos da Companhia Protetora dos Emigrados Alemães de Hamburgo. Anexo parecer da Assembléia Provincial. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 06. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Klaus Richter também comenta sobre as dificuldades nas tramitações de Hermann Blumenau, em nome da Companhia Protetora dos Emigrados Alemães, na tentativa de aprovar o projeto de colonização na província catarinense, entre os anos de 1847 e 1848. O autor ressalta que no dia 25 de março de 1848 a Companhia Protetora havia se dissolvido, e Hermann Blumenau sem saber do encerramento das suas atividades, devido as lentas comunicações, dava continuidade as investidas em nome da empresa junto a província de Santa Catarina. RISCHTER, Klaus. Primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 3ª Fase, nº 23, p.47, 2004.

mercado, a indústria e as artes⁷⁴. A escravidão citada pelos deputados era debate recorrente entre as autoridades, tanto é que, ainda no ano de 1848, o império lançava a Lei nº 514 de 28 de outubro em uma tentativa de afastar colonização e escravidão das mesmas terras, ao estabelecer que nas áreas destinadas para colonização em cada província, ficava proibido o uso de braços escravos.⁷⁵ O projeto apresentado por Blumenau igualmente negava a entrada, permanência ou serviço de escravos na área colonial, embora, em suas cartas pessoais, escritas mais tarde, ele comentou sobre a aquisição de escravos no Rio de Janeiro⁷⁶. Já as expectativas dos deputados com relação a colonização indicavam as perspectivas projetadas sobre os indígenas, considerados como selvagens, e aos quais caberia a ação de afastá-los das áreas que pretendiam ser cultivadas, o que neste sentido era igualmente uma iniciativa de “despovoar” a região, só que da figura do indígena.

Durante a espera por um posicionamento final da Assembleia Provincial sobre o projeto de colonização em nome da Companhia estrangeira, Blumenau escrevia cartas aos seus familiares e contava-lhes da propina dada aos deputados na tentativa de conseguir a aprovação do projeto, porém era necessário aguardar, pois “após muitas lutas e intrigas [...] passou o projeto, finalmente, com pequena maioria de votos. Infelizmente, devido pequenas imperfeições, a matéria voltou ao plenário, devolvida pelo Presidente da Província, estando assim novamente a discussão”.⁷⁷

E enquanto não recebia o parecer da Assembleia Provincial, Hermann Blumenau tratava de seus negócios particulares na província,

⁷⁴ Requerimento e projetos da Companhia Protetora dos Emigrados Alemães de Hamburgo. Anexo parecer da Assembléia Provincial. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 06. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁷⁵ BRASIL. *Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848*. Fixa despesas e orça receita para exercício de 1849-1850. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79736>. Acesso em 31 jul.2013.

⁷⁶ Cartas de Hermann Bruno Otto Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 09. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Nesta carta Blumenau comenta “Somos agora donos destes negros e com esperanças de não passar mal com esta aquisição [...]”. Para uma discussão sobre colonização e escravidão na Colônia Blumenau e na região do Vale do Itajaí, ver: SALOMON, Marlon Jaison; VOIGT, André. Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina; Frostcher, Méri. (orgs). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

⁷⁷ Cartas de Hermann Bruno Otto Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 09. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

que lhe renderiam em pouco tempo a formação de uma colônia sob sua alçada. Estabeleceu sociedade com um comerciante de Desterro chamado Ferdinand Hackradt e juntos adquiriram terras⁷⁸, “um complexo de terras de bom tamanho, que representa uma aquisição vantajosa. São duas partes, das quais 5.400 alqueires formam uma superfície só, estando localizadas à margem sul do Itajaí”.⁷⁹ Tal superfície foi somada, ainda, a uma porção de terras vizinhas de “aproximadamente 15.100 alqueires”, vindas de “uma doação de terra pelo Presidente da Província”.⁸⁰ Mais tarde, em 1856, as palavras de Blumenau, sobre esta doação de terras, foram que “as autoridades do país, percebendo a utilidade do meu empreendimento, vieram ao meu encontro com simpatia e concederam-me terras”.⁸¹

Apesar de o projeto de colonização da Companhia Protetora dos Emigrados Alemães em Hamburgo ter sido rejeitado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina ainda em 1848⁸², Hermann Blumenau deu início ao seu empreendimento colonial particular nas terras parte adquiridas e parte concedidas pelo governo. Sobre estas últimas, o empreendedor afirmava que a concessão de terras foi legal, por ter sido “investido do Governo Provincial em virtude da Lei Provincial nº 49 do ano de 1836, com um distrito de colônia para o fim de povoá-la de colonos alemães e estar cheio das melhores intenções”.⁸³

A sociedade entre ele e Hackradt logo se dissolveu, mas o empreendimento colonial continuou sob a administração do empreendedor que deu nome à colônia. No final do ano de 1850, Hermann Blumenau escrevia uma petição, na tentativa de angariar

⁷⁸ Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau ao Imperador dom Pedro II. 26 de julho de 1848. Fundo: Colonização, Pasta 2.1, Doc. 18. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁷⁹ Cartas de Hermann Bruno Otto Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 09. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ BLUMENAU, Hermann. *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil* = Deutsche Blumenau in der Provinz Santa Catarina in Süd-Brasilien. 1856. FERREIRA, Cristina (org.). Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto 150 anos, 2002. p.22.

⁸² Sobre a negativa do projeto de colonização e as estratégias adotadas por Hermann Blumenau, ver: BULL, Vanessa Nicoceli. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba. 2014.p.68-72.

⁸³ Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau ao Imperador dom Pedro II. 26 de julho de 1848. Fundo: Colonização, Pasta 2.1, Doc. 18. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

auxílios financeiros para a colônia particular com o Governo Imperial, porém este documento esclarece também a conjuntura em que ele se encontrava. Blumenau informava ser conhecedor da situação brasileira referente à colonização, pois esteve no Brasil desde junho de 1846 quando tratava de um projeto de colonização no Rio Grande do Sul, que não prosseguiu. Mas desde lá dizia ter trabalhado constantemente pela colonização, como representante da Companhia Hamburguesa até meados de 1848, pela qual viajou por várias províncias do país. Quando a Companhia Hamburguesa se dissolveu – continuava Blumenau – tratou de estabelecer um empreendimento rural e industrial, em terras que em parte adquiriu e em parte foram concedidas pelo governo provincial de Santa Catarina, para o qual pedia, naquele momento, os socorros indispensáveis de acordo com as despesas de uma colônia.⁸⁴

Na época em que escrevia, a colônia já tomava corpo, pois em seu território já estavam alojados os primeiros dezessete imigrantes vindos dos Estados Alemães. A data de fundação oficial da colônia, assumida a partir do ano 1900⁸⁵, foi o dia 02 de setembro de 1850, que tomou como marco a ocasião em que os primeiros imigrantes chegaram até a região conhecida como Belchior.⁸⁶ Tal data é mantida até hoje como aniversário da cidade. Apesar de que na visão do empreendedor e dos moradores da colônia, a data de fundação da colônia era 28 de agosto de 1852⁸⁷, ocasião em que foi realizada a distribuição dos primeiros lotes de terra.

Dezesseis dias após a data oficial da fundação da Colônia Blumenau foi sancionada a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850, Hermann Blumenau escrevia em sua

⁸⁴ Petição ao Governo Imperial. 10 de dezembro de 1850. Fundo: Colonização, Pasta 2.2, Doc. 23. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁸⁵ DEEKE, 1995, op.cit., p. 44.

⁸⁶ CENTENÁRIO DE BLUMENAU: 1850 – 2 de setembro de 1950. Blumenau: Comissão de festejos. 1950. p.7. Cabe comentar que Hermann Blumenau não estava presente na chegada dos primeiros imigrantes, pois ele estava na Alemanha. A recepção dos imigrantes foi realizada pelo sócio Ferdinand Hackradt.

⁸⁷ No relatório da Colônia Blumenau sobre o ano de 1877, comentava o diretor colonial “em 28 de agosto próximo passado, perpez um quarto de século que a Colônia Blumenau ficou fundada e efetivamente estabelecida [...]” Fundo Colonização, Pasta 2.67, Doc. 678. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau. No diário de Augusto Müller, estabelecido na colônia desde 1852, ele comentava em suas anotações que no dia 28 de agosto de 1877 ocorreu o “Jubileu de Prata” da Colônia Blumenau. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XVII, n. 4, p. 143-146, Abril. 1976.

correspondência pessoal, dois anos mais tarde, sobre seu contentamento pois “fiz com que me dessem terras antes [...]”⁸⁸. Pois a partir da lei ficava definido que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, isto é, a terra era transformada em mercadoria, e não poderia ser mais concedida. Além disto, a lei ditava detalhes sobre preço, sobre a necessidade de que as terras fossem medidas e demarcadas, sobre os títulos de propriedade, enfim, sobre a regularização da ocupação do território brasileiro, mas também tratava da compra de terras por estrangeiros e sobre a vinda de “colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem”, conforme o artigo 18. Enfim, era uma lei que versava tanto sobre a estrutura agrária do império como sobre a imigração.⁸⁹

Em janeiro de 1851 Hermann Blumenau apresentou novamente sua proposta de colonização ao governo imperial⁹⁰, e afirmava que tudo estava de acordo com o Artigo 18º a Lei nº601 de 18 de setembro de 1850, que autorizava a vinda de colonos livres para estabelecimentos agrícolas e coloniais. Isto é, pautado na Lei de Terras que incentiva a introdução de colonos estrangeiros, Blumenau buscava empréstimos do governo para dar continuidade à Colônia Blumenau, o que refletia seu conhecimento tanto sobre a legislação em vigor, como também, sobre outras empreitadas colonizadoras agraciadas pelo monarca, pois

há algum tempo o Governo Imperial decidiu estender a mão, particularmente à imigração alemã e suíça, favorecendo a instalação e o florescimento de colônias ou pontos de entroncamento, que sirvam de apoio par a atual imigração e o crescente fluxo imigratório, o qual,

⁸⁸ VOIGT, André F. (org.). *Cartas reveladas*. A troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz: algumas considerações. Blumenau.SC. Ed. Cultura em movimento, 2004. p.68

⁸⁹ Para uma discussão sobre a lei de terras: *Nas fronteiras do poder*, de Márcia Maria Menendes Motta e o recente livro de James Holston, *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁹⁰ Correspondência de Hermann Blumenau para Visconde de Olinda. Janeiro de 1851. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 32. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

a partir daí, poderá irradiar-se para todo o país. Como o Governo não quer ou não tem condições de assumir e administrar esta questão, concede empréstimos às sociedades ou aos empreendedores particulares que podem dar garantias reais e morais, em troca de determinadas obrigações para o custeio de seus empreendimentos, visando o destino do imigrante e o progresso das colônias. O Governo apenas se reserva o direito de supervisionar a direção do empreendimento e controlar o cumprimento das condições impostas.⁹¹

A referência a colonos suíços e alemães, indicava as colônias estabelecidas nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro pelas quais Hermann Blumenau viajou. A estratégia do governo, conforme bem observou Blumenau, era de não assumir diretamente a administração das colônias, mas auxiliá-las financeiramente, deixando-as a cargo de sociedades colonizadoras ou empreendedores particulares.

A cada petição apresentada, Hermann Blumenau apresentava “garantias reais e morais”, dizia ser de reputação honesta, conhecedor das circunstâncias que envolviam a colonização no Brasil e a emigração na Alemanha, além de comentar as relações que possuía com pessoas influentes, como Alexander von Humboldt por exemplo, as quais emprestavam seu nome e seu prestígio para o peticionário. Suas investidas para pedir auxílio eram feitas de acordo com os “códigos costumeiros daquela sociedade, para que um indivíduo fosse considerado digno de uma concessão do poder público, ele deveria apresentar determinados atributos que o atestassem como um cidadão distinto”.⁹² E por meio destes mesmos códigos, Hermann Blumenau finalizava seus pedidos dizendo que aguardava a resposta e as devidas concessões, do augusto monarca, de quem esperava receber mercê.

⁹¹ BLUMENAU, 2002, op. cit., p.63.

⁹² SOUZA, Juliana Teixeira. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na corte Imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, E... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas, SP: UNICAMP, 2009. p. 193.

2.4 AS GRAÇAS DO MONARCA: UMA COLÔNIA SUBVENCIONADA

As graças do monarca se constituíram em três contratos de empréstimo firmados entre Hermann Blumenau e o governo imperial. Em 1851 ocorreu o primeiro empréstimo, em 1855 houve o empréstimo de 85 contos de réis e, por fim, um outro tipo de contrato se deu em 1860, o qual transferiu a Colônia Blumenau para a responsabilidade imperial.

“O Governo Imperial reconheceu a situação e foi solidário, concedendo-me um empréstimo de 10 contos de réis para a continuação da obra iniciada”.⁹³ Este foi o valor do primeiro contrato de Hermann Blumenau com o Governo Imperial, firmado em 21 de fevereiro de 1851⁹⁴.

Sobre este empréstimo, Blumenau afirmou, em carta a Johann Jacob Sturz de 10 de dezembro de 1852, que recebeu “um adiantamento de 10 Contos através do Conde Abrantes”⁹⁵, e que “sem este adiantamento eu teria estado perdido e comigo todos os meus planos de colonização, mas por meio deste adiantamento pude cobrir as minhas dívidas”.⁹⁶ O Marquês de Abrantes era uma figura chave da política da época por que estava envolvido diretamente com a política de imigração e colonização do Brasil, tanto é que foi ele o escritor de *Memórias sobre meios de promover a colonização*, obra já comentada neste capítulo. Além disto, o marquês pertencia ao círculo de pessoas próximas ao Imperador, sempre ocupando diferentes funções no governo, como Senador, Conselheiro de Estado e dirigindo Ministérios. Assim, o envolvimento de Abrantes nas solicitações de Hermann Blumenau demonstra como era concedido crédito no Brasil naquele período, onde contatos pessoais podiam facilitar o caminho burocrático. Conforme Graham, o “crédito era uma questão pessoal que dependia de confiança e reputação”.⁹⁷

⁹³ BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 22-23.

⁹⁴ Contrato de 21 de fevereiro de 1851. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 36. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁹⁵ VOIGT, 2004, op.cit., p.66.

⁹⁶ Ibid., Ibidem.

⁹⁷ GRAHAM, 2005, op. cit., p.32.

Para o empréstimo de dez contos de réis Hermann Blumenau hipotecou terras as margens do rio Itajaí-açu, e responsabilizou-se por importar 50 colonos no prazo de dezesseis meses; 100 colonos em dois anos e ao final do terceiro ano deveria ter importado ao menos 200 colonos alemães (Artigo 6º). Por se tratar de um empreendimento em sua fase inicial, havia uma evidente dependência da entrada de imigrantes naquele momento para a concretização da colônia.

Igualmente pelo contrato Blumenau se comprometeu em estabelecer uma escola de primeiras letras e um espaço para a prática religiosa no núcleo (artigo 5º) ⁹⁸, o que encarregava-o de gestar a organização da vida pública do espaço colonial.

Outra exigência – pensada como uma forma de supervisão e fiscalização – era o compromisso assumido por Hermann Blumenau de enviar a cada seis meses, uma “exata e fiel exposição do estado da colônia” (artigo 4º). É a partir desta demanda que foi iniciada a tarefa de escrever relatórios pelo administrador da colônia. O acesso a esta documentação serial se dá a partir do segundo relatório semestral escrito por Blumenau em meados de 1852, que informava que a população, até aquele momento, não teve alteração significativa – apenas cinco pessoas se estabeleceram na colônia e dois homens faleceram afogados –, mas também relatava dos trabalhos, que foram realizados de forma “lenta, porém regularmente, por falta de maior número de trabalhadores, fiz grandes roçadas e picadas, medi terras e preparei um edifício bastante grande para o abrigo de colonos.” Rematava o relatório dizendo que “há de provar ao Governo Imperial que não poupei esforços nem pouparei para merecer a confiança com que me honrou”.⁹⁹

O terceiro relatório da Colônia Blumenau, datado de 18 de janeiro de 1853, assinalava que houve o estabelecimento de maior número de famílias e solteiros na colônia durante o ano de 1852. Hermann Blumenau afirmava que por meio de suas contas, até aquele momento, foram introduzidos 134 imigrantes, mas tinha expectativa de receber entre 100 e 200 colonos no segundo semestre do ano corrente.¹⁰⁰

⁹⁸ Contrato de 21 de fevereiro de 1851. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 36. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁹⁹ Relatório geral da Colônia Blumenau de 25 de junho de 1852. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 3, p. 43-44, Janeiro. 1958.

¹⁰⁰ Relatório geral da Colônia de 18 de janeiro de 1853. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 3, p. 44-46, Janeiro. 1958.

O quadro publicado no relatório anual da província de 1855 indicava que, no final do ano de 1854, a Colônia Blumenau contava com uma população total de 246 pessoas, das quais 142 eram homens e 104 mulheres. Estes dados demonstram que os compromissos assumidos no empréstimo aos poucos estavam sendo alcançados. A sexta cláusula do contrato, que previa para o final do terceiro ano o estabelecimento de 200 colonos alemães, era gradualmente atingida. No quadro a seguir pode-se observar a entrada de imigrantes registrada por Blumenau e apresentada ao presidente da província na época, João José Coutinho.

Tabela 1 – Quadro populacional da Colônia Blumenau 1850-1854.

Anos	Vindos da Europa						Nascidos na Colônia						Existentes na Colônia em Dez. de 1854	
	Entraram		Faleceram		Retiraram		Entraram		Faleceram		Retiraram		H	M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
1850	11	6	1	-	6	4	-	-	-	-	-	-	4	2
1851	8	-	1	-	2	-	-	1	-	-	-	1	5	0
1852	58	52	2	1	20	16	1	-	-	-	-	-	37	35
1853	18	10	1	-	3	-	5	2	-	-	-	1	19	11
1854	86	60	1	-	10	5	3	1	1	-	-	-	77	56
Soma	181	128	6	1	41	25	9	4	1	-	-	2	142	104
H=Homens; M=Mulheres.														

Fonte: Mapa estatístico da Colônia Blumenau. Relatório do presidente da província de Santa Catarina. 1º de março de 1855. Disponível em: <http://brazil.crl.edu> Acesso em 10 abril. 2014.

Sobre a população estabelecida na colônia é válido ressaltar, conforme demonstra a Tabela 1, que muitos imigrantes optaram em se retirar da colônia, para se estabelecer às vezes em áreas próximas, mas

fora do limite colonial. No ano de 1852, por exemplo, temos um número considerável de imigrantes que se retiraram. A correspondência pessoal do imigrante Fernando Ostermann auxilia a compreender os motivos de tal ação.

O professor de primeiras letras Fernando Ostermann chegou na colônia no dia 3 de junho de 1852 vindo da Prússia, com 26 anos de idade. Segundo sua correspondência pessoal, em agosto de 1852 deu entrada na colônia um grupo “com cerca de 60 pessoas”, e desde a sua chegada esses imigrantes tiveram muitas dificuldades, pois de “setembro a novembro choveu muito” o que levou algumas famílias a deixarem a colônia. No total, conforme consta na tabela apresentada, retiraram-se 36 pessoas naquele ano. Mas – continuava o jovem professor – os que “ficaram, certamente, não se arrependeram, e agora estão em situação bem melhor” pois o cultivo de febreiro “está ótimo e é isto que anima muito os colonos”.¹⁰¹ E realmente o ano de 1853 teve resultados mais positivos, dos 30 imigrantes que se estabeleceram, apenas 3 retiraram-se. Já o ano de 1854 foi o de maior fluxo de imigrados. Com a entrada de 146 pessoas, foi possível cumprir a meta assumida de estabelecer 200 colonos alemães, conforme estava previsto no empréstimo de 1851. Com base nesta experiência positiva, possivelmente abria-se caminho para novos ajustes entre as partes.

Em 1855 Hermann Blumenau propôs um novo contrato ao governo imperial, no qual solicitava um montante significativamente maior que o empréstimo anterior e, ao mesmo tempo, comprometia-se a novas obrigações. A Repartição Geral de Terras Públicas em Aviso nº 03 ao Diretor Geral Interino das Terras Públicas em 21 de abril de 1855¹⁰², aprovou o contrato celebrado com Hermann Blumenau no valor de 85 contos de réis para introdução de 4000 colonos em seu empreendimento particular no período de dez anos. O pagamento deste empréstimo e do anterior, de 1851 que ainda não havia sido liquidado, foi ajustado pelo Artigo 10º, que previa uma dedução nos valores adiantados por um valor fixado como “prêmio” sobre cada criança e adulto que se estabelecessem na Colônia Blumenau. “A quantia fixada

¹⁰¹ Correspondência de Fernando Ostermann, datada de 12 de abril de 1853. Fundo: Colonização, Pasta 2.5, Doc. 53. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁰² Aviso nº 03 de 21 de abril de 1855. IOTTI, Luiza H., *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 178.

para criança entre 5 e 10 anos será de 20 mil réis e entre 10 e 45 anos de 30 mil réis”.¹⁰³

As condições acordadas entre ambos revelam que Hermann Blumenau dava em hipoteca “todos os seus bens como garantia para os adiantamentos que lhe foram concedidos”¹⁰⁴. Por outro lado, assumia a tarefa de “introduzir dentro de dez anos quatro mil colonos procedentes da Europa ou dos Estados Unidos”, sendo nos primeiros cinco anos esperados 1.600 imigrantes, e o restante nos próximos cinco. Além disto, cabia-lhe toda a parte de recepção e hospedagem dos recém chegados, e por isso ele assumia a construção e manutenção das casas de recepção localizadas tanto na Barra do Rio como na sede da colônia. Além das tarefas de “abrir e conservar em bom estado uma estrada entre estes dois pontos [Blumenau-Itajaí], ter professores para o ensino das primeiras letras, dar seguimento à prática religiosa, e finalmente tudo quanto possa contribuir para a prosperidade e engrandecimento da colônia”.¹⁰⁵

Mas a situação promissora da colônia quando tramitava o novo empréstimo, em abril de 1855, começou a mudar poucos meses depois. As chuvas em excesso partir de meados do ano de 1855 ocasionaram péssimas colheitas de feijão e de batata. O mau tempo era tamanho que no mês de julho daquele ano, Hermann Blumenau descreveu sobre sua viagem de retorno de Desterro à Colônia Blumenau, cujo tempo médio era de “seis dias ao mais, como em tempos regulares, gastei um mês inteiro para chegar a esta colônia, sempre retido em caminho por chuvas e águas de montes”. O volume das chuvas até julho, afirmava Blumenau, acarretou em prejuízo “tanto dos colonos como de mim mesmo, devendo eu coadjuvá-los com adiantamentos muito maiores, do que podia calcular e calculara”.¹⁰⁶

¹⁰³ BLUMENAU, 2002, op. cit., p. 74.

¹⁰⁴ BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 73.

¹⁰⁵ Conforme o segundo artigo do contrato. Termo de ajuste e contrato firmado entre o Governo Imperial e Hermann Blumenau. 17 de abril de 1855. Fundo: Colonização, Pasta 2.7.1, Doc. 71.1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁰⁶ Correspondência de Hermann Blumenau para dom Pedro II. 1856. Fundo: Colonização, Pasta 2.9, Doc. 94. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Com relação as frequentes chuvas e a lenta vazão das águas na bacia do Itajaí, zona hidrográfica em que está localizada a Colônia Blumenau, ver MENDES, Simoni. *A construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das enchentes em Blumenau (1850-1957)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, Santa Catarina. 2012. p.77-78.

Outros acontecimentos ainda no final daquele ano também foram registrados por imigrantes, que escreviam aos seus familiares contando da “calamitosa enchente” de 1855. Ernst Weise contava que foi a partir do dia 17 de novembro quando “começaram a cair as chuvas tão fortes”, e no dia 18 “o nível normal do rio estava superado em 34 pés”. As águas atingiram a sede da colônia de onde Weise dizia escutar de sua casa os “sinais e tiros, pedindo socorro”. A própria casa de Weise e parte das dependências “foram arrastadas pela correnteza”, o que fez ele perder todo o milho que estava armazenado, o que “representava um valor de 200 mil réis”. Nos dias seguintes, só restou “lama no terreiro na grossura de dois pés.” Quando a água finalmente baixou vieram as consequências da enchente, não apenas a estrutura física da colônia tinha sido afetada, como os alimentos encareceram, “o gado subiu muito no preço”, a situação se tornou difícil para todos os moradores. Weise comenta que se acreditava que maior flagelo passariam os “operários”, pois eles “não tem propriedade e tudo precisam comprar, mas ocorreu o contrário, pois tanto quanto subiram os gêneros alimentícios, subiram também os salários, assim, levando os trabalhadores de braça a maior vantagem, exigindo ainda um trato todo especial”.¹⁰⁷

Era certamente da mão de obra destes trabalhadores de braça que a administração colonial necessitava para as obras públicas em geral, especialmente após a enchente, um maior número de trabalhadores era necessário para suprir as obras na “reconstrução de pontes e caminhos, levados e arruinados pela enchente”¹⁰⁸. Hermann Blumenau escrevia ao monarca, dom Pedro II, expondo que embora houvesse “minuciosamente calculado todas as minhas despesas” antes de concluir o ajuste do empréstimo contraído com o governo em 1855, “impossível foi prever que em menos de dois anos ou mesmo 18 meses todas as circunstâncias tanto se haviam de mudar ao meu prejuízo, que os preços dos mantimentos e salários haviam de triplicar”.¹⁰⁹ Possivelmente o aumento dos salários, comentado tanto por Weise como por Blumenau, não era adotado unicamente pela maior demanda de

¹⁰⁷ Correspondência pessoal de Ernst Weise a familiares. 24 de maio de 1856. Fundo: Colonização, Pasta 2.8, Doc. 89. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Com relação ao nível do rio na enchente de 1855, o estudo de Simoni Mendes aponta para uma elevação de 13 metros.

¹⁰⁸ Correspondência de Hermann Blumenau para dom Pedro II. 1856. Fundo: Colonização, Pasta 2.9, Doc. 94. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁰⁹ Idem.

consertos e obras públicas pela administração colonial, mas porque particulares igualmente buscavam contratar terceiros para auxiliá-los em tarefas de sua propriedade e, assim, talvez por meio de negociações e em função da maior demanda de trabalhadores pela sociedade em geral, os salários podem ter se elevado.

Uma atenuante nas obras públicas ocorreu poucos meses após a enchente. Segundo Hermann Blumenau o fato se deu por conta de uma ocorrência registrada em janeiro de 1856, quando “dois colonos recém chegados, ambos pais de família, foram surpreendidos e assassinados pelos bugres em pleno dia e em uma distância apenas de vinte braças da próxima casa”.¹¹⁰ Blumenau descrevia que o ataque dos “bugres”, como era chamado o povo indígena Xokleng, que habitou a região do Vale do Itajaí, resultou na imediata “paralisação de todos os trabalhos, que já muito haviam sido demorados e impedidos pelo mau tempo e as conseqüências das enchentes”. A situação era “insustentável”, pois “nenhum colono se queria mais ausentar da sua família por uma só noite [...]”.¹¹¹ Possivelmente houve uma resistência dos trabalhadores devido o episódio com os indígenas, o que acarretava na acumulação dos trabalhos e obras pendentes em toda a área colonial.

A casa de recepção dos recém chegados na sede da colônia também havia sido consideravelmente destruída pela enchente, segundo Hermann Blumenau¹¹², e possivelmente era um dos trabalhos que estavam pendentes. Mesmo assim, no ano seguinte, conforme informava o relatório do presidente da província, “83 famílias compostas de 208 pessoas”¹¹³ vindas do porto de Hamburgo se estabeleceram em Blumenau, e dentre elas encontramos o menino Karl Kleine e sua família. Novamente por meio de suas memórias ficamos a par das circunstâncias em que se encontrava a casa de recepção dos imigrantes, localizada na sede da colônia, ou melhor,

[...] o “hotel” com os nossos “quartos”! Que aspecto maravilhoso e promissor: uma edificação

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ Fala que o presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, na Assembleia Legislativa Provincial, na sessão ordinária de 1º de março de 1857. Disponível pelo endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 14 abril. 2014.

longa e estreita com muitas repartições, cujas paredes externas estavam tão lavadas pela chuva e danificadas pelas enchentes, que apenas o enxaimel permanecia em pé, e todo o barro do reboco se encontrava no solo, formando uma papa em tempo chuvoso. As paredes internas dessas repartições eram apenas ripas rachadas de um tipo especial de palmeira, aqui denominada “palmito”, amarradas com cipó (raiz de parasita) em travessões. As ripas estavam jogadas desordenadamente e, em algumas partes, faltavam completamente. Provavelmente, foram utilizadas com lenha e, ao que tudo indica, as camas do alojamento tiveram o mesmo fim, pois eram feitas do mesmo material. O chão não era assoalhado, nem aplainado. Podia se contemplar o céu através do telhado, o que todos achavam muito prático, especialmente na época da chuva.¹¹⁴

O relato da casa de recepção passava longe de um “hotel”, como ironizava Kleine. Na verdade a construção apresentava as sequelas visíveis da enchente do ano anterior, como, por exemplo, as paredes danificadas, rachadas e sem reboco; além de um telhado todo especial, que por meio dos buracos existentes permitia apreciar o céu. Percebe-se, então, as dificuldades enfrentadas tanto na reconstrução dos caminhos, pontes e edifícios, como as estruturas básicas de organização colonial, como o espaço de alojamento dos recém chegados.

Hermann Blumenau via-se a fazer contas e cálculos para poder cumprir o seu contrato com o governo, segundo afirmava em seu relatório do ano de 1857, mas ao fim apontava “uma absoluta impossibilidade” de sustentar a colônia e “enfim, cumprir as obrigações a que me comprometi e sujeitei para com o Governo Imperial”.¹¹⁵ Uma das obrigações acertadas no contrato de 21 de fevereiro de 1855, era a tarefa de introduzir 1.600 imigrantes durante os primeiros cinco anos do

¹¹⁴ KLEINE, 2011, op.cit., p.84.

¹¹⁵ Relatório Geral da Colônia Blumenau de 1857. Fundo: Colonização, Pasta 2.11, Doc. 112. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

contrato. Entretanto, a realidade populacional na colônia no ano de 1859 era de apenas 943 habitantes.¹¹⁶

Outra condição estabelecida no contrato era a execução de uma estrada de aproximadamente 12 léguas que ligaria a Barra do Rio a Colônia Blumenau, que tomaria o lugar da picada até então existente. Antes da enchente as despesas orçadas para esta obra eram de 5:500\$000, porém “depois da terrível enchente, que levara a maior parte das pontes então existentes [...], não posso calcular essas despesas em menos de 15 contos”¹¹⁷. A impossibilidade de cumprir o contrato levou as partes a uma nova negociação.

Em 1859 Hermann Blumenau entregava na corte do Rio de Janeiro um inventário¹¹⁸ aproximado de tudo o que estava estabelecido na Colônia Blumenau, desde as terras, estradas, edifícios construídos. O levantamento era necessário para dar início ao encampamento da colônia pelo governo imperial.

O contrato de cessão da colônia foi selado entre as partes em 13 de janeiro de 1860, pelo qual foram entregues 20 léguas quadradas de terra, no valor de 120:000\$000, sendo deduzidos Rs.85:000\$000 (Artigo 2º), os quais Hermann Blumenau era devedor, e a partir daquela data, segundo o terceiro Artigo, foram rescindidos todos os contratos anteriores e saldadas as dívidas. Ademais, o empreendedor Hermann Blumenau obrigava-se, pelo 5º Artigo, “a prestar nela os serviços que o governo imperial dele exigir, na qualidade de diretor, ou de auxiliar de diretor, mediante gratificação não superior a Rs.4:000\$000 por ano”¹¹⁹. Blumenau liquidou suas dívidas, recebeu como troco 35 contos de réis e, ainda, assumiu o emprego público de diretor. De fato, um acerto bastante favorável, tendo em vista que Blumenau finalizava a negociação com um contrato regular de trabalho com salário fixo, sem dívidas e 35 contos no bolso.

¹¹⁶ Colônia Blumenau 1859. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo III, n. 1, p. 14, Janeiro. 1960.

¹¹⁷ Relatório Geral da Colônia Blumenau de 1857. Fundo: Colonização, Pasta 2.11, Doc. 112. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹¹⁸ Inventário aproximativo da Colônia Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2.12, Doc. 128. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹¹⁹ Termo de cessão da Colônia Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2.13, Doc. 134. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Desta maneira, Hermann Blumenau buscou e conseguiu o patrocínio do fundo pecuniário do Estado para seu empreendimento. Há indicações que as boas relações entre Hermann Blumenau e figuras importantes do império, como até mesmo dom Pedro com que trocou correspondências – além de uma predileção das autoridades imperiais por assentamentos coloniais de imigrantes vindos da Europa, contribuíram para que os contratos fossem firmados. O regime monárquico acabou injetando altas quantias, corroborando com o processo de colonização naquele espaço particular. Os valores investidos subiram em escala ascendente, o que ressalta a importância da formação de núcleos com base na pequena propriedade na política de colonização da administração imperial.¹²⁰

A Colônia Blumenau enquanto núcleo privado teve momentos peculiares – pois recebeu investimentos efetuados pelo Estado, que não foram apenas os subsídios dados em empréstimo, mas também a própria compra do empreendimento praticamente falido em 1860¹²¹ – que demonstram como os campos público e privado eram demarcados por fronteiras porosas, mas que se amalgamavam para conduzir a imigração e a colonização no sul do Brasil.

2.5 FAMÍLIA, TERRA E TRABALHO

Os fatores que levaram milhares de imigrantes a deixar sua terra natal e atravessar o Atlântico podem indicar muitas das expectativas dos imigrantes em sua nova terra. As motivações que conduziram as ondas migratórias do Norte da Europa para o Brasil, no período de 1850-1860, foram consideravelmente exploradas pela historiografia da imigração. A delicada situação da população dos Estados Alemães, cujo panorama desde o “início do século XIX mostra um amontoado de pequenos Estados pobres e com sua economia baseada na agricultura”¹²², mas que começava a sentir os efeitos da

¹²⁰ Cabe comentar que no mesmo ano de 1860 a região do Rio Itajaí-açu passava a contar com mais uma colônia. A Colônia Itajaí foi fundada em agosto e por meio da iniciativa do governo provincial de Santa Catarina. SEYFERTH, 1974, op. cit., p. 09.

¹²¹ Inclusive cabe ressaltar que o governo imperial realizou a compra de outra colônia privada na região do Rio Doce, na Província do Espírito Santo, em 1863, sendo que o contrato celebrado entre o governo e o administrador deste núcleo possivelmente teve como base a transação efetuada três anos antes com Hermann Blumenau. BULL, 2014, op. cit., p. 136.

¹²² SEYFERTH, 1974, op.cit., p.19.

instalação das formas de produção ligadas à indústria. Assim, “a grande emigração europeia durante o século XIX foi, principalmente, consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo”.¹²³

Neste sentido, “os imigrantes germânicos abandonaram uma cultura em plena mudança e, em grande parte, *por causa* dessa mudança”¹²⁴, e ao emigrarem dos campos europeus para as colônias e fazendas do Brasil tinham como expectativa a “miragem ou a possibilidade de acesso à propriedade fundiária”.¹²⁵

A pequena propriedade rural trabalhada pela família era ao mesmo tempo “unidade produtora e consumidora”.¹²⁶ A terra “é, neste contexto, o bem mais importante e essencial à subsistência”¹²⁷ do núcleo familiar. Terra que havia disponível e acessível ao imigrante no Brasil, e Hermann Blumenau buscava explicitar isto em seus escritos de divulgação: “para adquirir terras no Brasil não é obrigado a ser cidadão do país, [...] pois no Brasil o estrangeiro pode ser proprietário de terras”.¹²⁸

A correspondência pessoal da mãe de Karl Kleine exprimia a expectativa com relação ao acesso à terra na Colônia Blumenau, uma vez que a família vinha da província de Posen, onde a condição camponesa era uma realidade cada vez mais difícil com a chegada do capitalismo. Ida Kleine escrevia a seu irmão, em setembro de 1857, contando-lhe “estamos muito felizes por ter encontrado uma pequena propriedade” na colônia, mas “comprar um maior complexo de terra agora não podemos”.¹²⁹ O período da compra do lote dos Kleine era posterior a Lei de Terras de 1850 e também da regulamentação da mesma lei de 1854, o que tornava as terras em bens que

¹²³ MACHADO, 1999, op.cit., p.45.

¹²⁴ WILLEMS, 1980, op.cit., p.31. Grifo do autor.

¹²⁵ PETRONE, 1982, op. cit., p. 11.

¹²⁶ WILLEMS, 1980, op.cit.,p. 28.

¹²⁷ SEYFERTH, 1974, op. cit, p. 152.

¹²⁸ BLUMENAU, 2002, op. cit., p.43. Indo em concordância com as observações de Paulo Pinheiro Machado, que afirma que “o acesso à propriedade da terra em algumas regiões do País foi o principal fator de atração”. MACHADO, 1999, op.cit., p.78.

¹²⁹ Correspondência de Ida Kleine. 04 de setembro de 1857. Fundo: Famílias. Pasta: Kleine 3.K. Doc. 03. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

obrigatoriamente tinham que ser adquiridos, e não mais poderiam ser concedidos aos colonos como anteriormente se fazia.

O valor acertado pelo lote, juntamente com outros adiantamentos dados aos recém chegados, acabavam se constituindo na dívida colonial do imigrante. Em Blumenau, geralmente a dívida não incluía o valor da passagem de navio que cruzava o Atlântico. Hermann Blumenau afirmava adotar o sistema de imigração espontânea, pelo qual “os colonos vem ordinariamente às suas custas e somente em raros casos eu adianto a passagem”, porém, ele continua explicando que ao chegarem na colônia, os recém chegados recebiam adiantamentos e víveres, “ficando eles obrigados à restituição das quantias adiantadas e as suas terras hipotecadas até o final do reembolso”.¹³⁰ Desta forma, o título de propriedade definitivo do lote de terra somente era entregue ao comprador quando a dívida colonial era totalmente quitada.

Algumas das condições para aquisição de terras estabelecidas entre Hermann Blumenau e os imigrantes podem ser encontradas no Estatuto da Colônia Blumenau¹³¹, pois não foi possível localizar nos arquivos consultados nenhum contrato de venda de terra entre Blumenau e terceiros durante os primeiros dez anos de existência da colônia. Os lotes eram demarcados seguindo o curso dos rios e ribeirões, conforme podemos observar na Figura 1 no início deste capítulo, e no momento que a posse era dada ao colono, ele deveria imediatamente iniciar a construção de uma casa e de seus trabalhos na terra. “Caso isto não viesse a acontecer e a casa não estivesse construída no prazo de seis meses, perdia-se o direito sobre o terreno e as benfeitorias realizadas”¹³². Esta era uma das condições tratadas entre os colonos e o empreendedor, mas o prazo de seis meses, estabelecido por Hermann Blumenau, já era aplicado anteriormente em Santa Catarina desde a Lei Provincial nº 11 de 5 de maio de 1835.

As terras na colônia eram distribuídas por lotes rurais ou centrais. Hermann Blumenau explicava as diferenças: o lote rural “deve ser habitado por seu proprietário durante dez anos; caso não for possível,

¹³⁰ Quarto relatório da Colônia Blumenau. 04 de janeiro de 1854. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 6, p. 103-109, Abril. 1958.

¹³¹ Sobre o “Estatuto da Colônia” não foi possível encontrar este documento diretamente, porém no livro publicado por Hermann Blumenau encontramos o capítulo *Estatuto da Colônia Blumenau e as medidas para promover sua colonização*. Ver: BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 81-106.

¹³² BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 98.

precisa haver um substituto casado ou um arrendatário que habite a propriedade, efetuando um constante cultivo.” Aos lotes da região central, área conhecida como *Stadtplatz*, o prazo de habitação era o mesmo, pois estava de acordo com a Lei Provincial nº49, porém neste caso, o proprietário poderia ser solteiro.

No entanto, Hermann Blumenau advertia que “pessoas solteiras não são compatíveis de modo algum com uma colônia agrícola independente”¹³³, a incompatibilidade se dava porque os solteiros precisavam se dedicar a todas as tarefas domésticas, porém, sem descuidar de sua agricultura, e assim “ao invés de progredir, ele regride [...]. Não gosto de ceder terras na área rural para os solteiros justamente por causa destes incômodos”.¹³⁴ A recomendação aos imigrantes interessados em se dirigir à Colônia Blumenau era o casamento.

Ainda nos anos iniciais da colônia¹³⁵, Hermann Blumenau recomendava aos jovens imigrantes que “procurem trazer uma esposa com prendas domésticas e que não esteja muito habituada a cidades grandes”, o que tornaria mais fácil sua adaptação em uma colônia recém criada. E continuava afirmando “não estou brincando, mas sim, falo sério”. Pois “os solteiros, aqui para mim, são muitas vezes uma verdadeira praga”.¹³⁶ Praga pois o número expressivo de solteiros aumentava a cada ano, só em 1859 aproximadamente um quarto da população da colônia não era casada, isto é, havia 227 solteiros numa população total 943 habitantes.¹³⁷

¹³³ BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 111.

¹³⁴ BLUMENAU, 2002, loc.cit.

¹³⁵ Estabeleceram-se na colônia entre 1851 e 1852, um total de 13 famílias, a estas ainda somavam-se duas mulheres solteiras e trinta homens solteiros. Cálculo realizado com os dados dos primeiros imigrantes. 1851-1852. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 39. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹³⁶ Correspondência pessoal de Hermann Blumenau para o Superintendente Baumgarten, datada de 12 de dezembro de 1853. Fundo: Colonização, Pasta 2.5, Doc. 52. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O curioso nesta mesma correspondência era a condição de solteiro igualmente compartilhada por Hermann Blumenau. Sobre o que ele comentava “provavelmente o senhor se surpreende com a minha defesa do casamento, eu o solteirão, mas deve compreender que comigo, outros fatores estão em jogo e a situação ainda não permite que eu me ligue a uma esposa”. O casamento de Hermann Blumenau somente viria a acontecer muitos anos mais tarde, em 1867, na época, ele estava com 48 anos de idade.

¹³⁷ Conforme os dados populacionais da Colônia Blumenau no ano de 1859. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo III, n.1, p. 14, Janeiro. 1960.

Ainda que nos relatórios coloniais e provinciais seja possível encontrar valores relativos ao número de indivíduos solteiros que chegavam a Blumenau, não podemos tomar estes dados como exatos, pois o próprio presidente da província de Santa Catarina comentava, em 1858, que na Colônia Blumenau contava-se como “população estável” apenas 609 pessoas, “por não se contarem os solteiros que saem a trabalhar a jornal fora da Colônia, nem as praças de pedestres que ali se acham para os defender dos indígenas selvagens”.¹³⁸

A condição de solteiro estava associada a uma trajetória de vida com maior mobilidade. Diferentemente da estabilidade que se esperava de um pai de família, por exemplo. Os solteiros tinham, dentro de suas escolhas possíveis, a liberdade de procurar trabalho fora do perímetro colonial, e como o próprio Hermann Blumenau indicava “existia uma defasagem muito grande de trabalhadores, tanto na colônia como ao longo do Itajaí [...]”¹³⁹. E era a oferta de trabalho que condicionava o vai e vem de muitos desses homens, “que andam trabalhando aqui e acolá, ausentam-se da colônia e em breve tornam a vir, para depois de semanas e meses de novo ausentarem-se”¹⁴⁰, o que dificultava a computação deles como parte da “população estável” da colônia.

A vinda de indivíduos solteiros¹⁴¹ ou de maridos desacompanhados também diz a respeito de uma colônia em formação inicial, no qual os solteiros poderiam ser os primeiros membros de uma família a tentarem a imigração, e caso as condições se mostrassem promissoras, o restante da família seguiria seus passos. A documentação da entrada de imigrantes, em algumas ocasiões, permite a identificação da vinda da família posteriormente. Por exemplo, em 1869 verifica-se na

¹³⁸ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, na Assembleia Legislativa Provincial. Sessão ordinária em 1º de março de 1858. Disponível em: <http://brazil.crl.edu> Acesso em 14 abril. 2014. Sobre a Companhia de Pedestre, ela foi criada pela Lei Provincial nº 28, em 25 de abril de 1836, extinta apenas em 1879, e tinha como objetivo proteger os habitantes da província de “qualquer assaltos dos gentios”. Quanto ao número de homens empregados na Companhia de Pedestre em Blumenau as informações não são precisas.

¹³⁹ BLUMENAU, 2002, op.cit., p. 110.

¹⁴⁰ Relatório da Colônia Blumenau. 04 de janeiro de 1854. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 6, p. 103-109, Abril. 1958.

¹⁴¹ Os registros de entrada de imigrantes pela administração colonial classificavam os homens que chegavam sozinhos como solteiros, embora em muitos casos, esses indivíduos já eram casados em suas regiões de origem, mas imigraram sem suas famílias.

listagem de entrada na colônia que mulheres como Eliza Merck, Bertha Schulz e Bertha Brandes que – acompanhadas de suas filhas – vieram “reunir-se com o marido já estabelecido”.¹⁴² Também o caso da família Hering serve como exemplo. Hermann Hering deixou sua esposa e seus filhos aos cuidados do seu irmão, em Dresden, e partiu com destino à Colônia Blumenau em 1878. Somente no ano seguinte, escrevia a sua mulher Minna, onde lhe dizia “certamente não teria lhe pedido para vir para cá se não tivesse as melhores perspectivas de manter nossa família [...]”.¹⁴³ Assim, podemos observar uma forma de estratégia do núcleo familiar, onde a figura de Hermann Hering e muitos outros homens atuaram como ponteiro, que inicialmente imigrava sozinho, mas ao se estabelecer e tendo “melhores perspectivas” chamava para junto de si sua família.

Mas a primazia por famílias não é uma situação excepcional da Colônia Blumenau. A “própria política de colonização do governo visava principalmente a instalação de famílias em pequenas propriedades agrícolas e não de indivíduos isolados”¹⁴⁴, o que está diretamente relacionado ao modo de produção dos pequenos proprietários e a condição camponesa reproduzida na colônia. O trabalho familiar gerava o produto para a subsistência da família, sendo assim, “o rendimento da propriedade agrícola também está diretamente vinculado à estrutura familiar e atinge o máximo quando todos os filhos de um casal chegaram à idade adulta mas ainda não casaram”.¹⁴⁵ Ainda que, o trabalho das crianças não era descartado, pois elas “auxiliavam os adultos em tarefas secundárias: buscar o trato para os animais, capinar a roça, ajudar na colheita e no trabalho da horta”.¹⁴⁶ Contava-se com a participação de todos os membros da família, adultos e crianças, na vida colonial.

Trabalhar na terra não era exceção, mas a regra na vida da colônia. O relato do imigrante Júlio Baumgarten, que chegou a

¹⁴² Estatísticas da imigração do ano de 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 339. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁴³ Correspondência de Hermann Hering, datada de 31 de Julho de 1879. Fundo: Família Hering, Grupo 1.3 Hermann Hering/Documentos Pessoais. Pasta: 1.3.1.7.1. Doc. 02. Arquivo Histórico Cia Hering.

¹⁴⁴ SEYFERTH, 1974, op.cit., p.55.

¹⁴⁵ SEYFERTH, 1974, op. cit., p.152.

¹⁴⁶ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. FURB, 1987.p.42-43.

Blumenau no ano de 1853, também apontava que “dos ofícios que melhor correspondam ao meio, devo dizer que o de agricultor é o preferível; a sua existência aqui será como a de todos os novos imigrantes nos primeiros anos, isto é, uma vida cheia de canseiras e de trabalho”.¹⁴⁷ É evidente, pela documentação, que ser proprietário de seu lote de terra requeria trabalho e dedicação do agricultor e de sua família, o que permite compreender que o perfil de colono proposto por Hermann Blumenau¹⁴⁸ conectava-se com o regime de trabalho e os usos da terra ao que seu projeto de colonização se propunha e, portanto, suas preferências podem ser vistas como uma necessidade operacional a fim de concretizar o empreendimento encetado por ele.

Essa vida cheia de canseiras das famílias de imigrantes em pequenas propriedades agrícolas no sul do Brasil, a qual o imigrante Baumgarten se refere, também estava sujeita a normas, regras, decretos e acordos que incidiam nas vidas das pessoas e determinavam obrigações, deveres e direitos. Mesmo por se tratar de um núcleo colonial particular, este núcleo estava conectado a legislação referente à colonização no Brasil Império, ainda que também poderiam haver ajustes entre Hermann Blumenau e os colonos, como fica subentendido por meio do Estatuto Colonial e, também, por meio do contrato que deveria ser firmado pela administração colonial e com os compradores de lotes de terras conforme determinava a Lei Provincial nº49 de 15 de junho de 1836 em seu artigo quinto.

No entanto, pouco se sabe sobre tais acertos quando se trata das atividades assalariadas prestadas pelos colonos nas obras públicas da colônia. Embora não seja de hoje que a historiografia aponte para este tipo de atividade ocasional realizada pelos colonos. Emilio Willems comentava em seu livro, lançado em 1946, sobre a vida do colono em seus anos iniciais:

¹⁴⁷ Apontamentos de Julio Baumgarten (1º de abril de 1854). *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo IV, n. 7, p. 121-127, Julho. 1961.

¹⁴⁸ São semelhantes os apontamentos feitos por João Klug, em seu artigo *Imigração no Sul do Brasil*. Onde ele baseado no obra de Hermann Blumenau – *Um alemão dos trópicos* – explica sobre as três diferentes categoriais em que Hermann Blumenau classificava os imigrantes: a) aqueles sem posses, b) aqueles com recursos suficientes para se estabelecer, mas não contam com alguma economia e, sim, com a força de seus braços, e por fim, c) os mais abastados. Blumenau considerava o segundo grupo como ideal para compor o contingente imigratório. KLGU, 2009, op.cit., p.207-211.

O problema inicial está não somente na necessidade de preparar o solo, plantar e colher, no menor lapso de tempo possível, as espécies e quantidades de produtos agrícolas indispensáveis à subsistência. É preciso também que o imigrante encontre, desde o momento da chegada na mata até a primeira colheita, *crédito* ou quaisquer outros meios de prover as necessidades vitais. Milhares de imigrantes alemães tentaram solucionar essa dificuldade trabalhando na construção de estradas enquanto outros membros da família preparavam as roças.¹⁴⁹

Apesar das atividades de prestar serviços em obras públicas para a administração colonial sejam de conhecimento geral, ainda é preciso buscar identificar e entender como eram as relações entre a administração colonial e os colonos empregados nestas tarefas, e como se dava o funcionamento deste tipo de serviço, que representava para o colono uma atividade de estratégia econômica, que permitia aumentar a renda doméstica até vingarem as primeiras safras no lote de terra ocupado pela família. E como Willems chama atenção, não foram poucos, mas milhares de imigrantes que se dedicaram a construção de estradas pelas colônias do Império.

Esta dissertação segue na tentativa de compreender como isto se dava na Colônia Blumenau, porém, ao longo dos primeiros dez anos só foi possível encontrar esporadicamente, na documentação pesquisada, informações que remetem a temática em foco. Como, por exemplo, após a enchente de 1855 houve a necessidade de contratar muitos trabalhadores para a reconstrução dos inúmeros pontos danificados na colônia, ou ainda, quando houve a paralisação de muitas obras na colônia devido a morte de dois moradores de Blumenau no início de 1856.

Desta maneira, um último documento entra em análise neste capítulo em uma tentativa de especular maiores detalhes sobre como a administração colonial na condição particular gerenciava as obras públicas daquele espaço. No início de 1862, isto é, já no período posterior à encampação da Colônia Blumenau pelo governo, Hermann Blumenau enviou uma correspondência ao Ministério da Agricultura,

¹⁴⁹ WILLEMS, 1980, op.cit., p. 237-238. Grifo do autor.

Comércio e Obras Públicas, onde questionava sobre a abertura de estradas de rodagem no perímetro colonial. O Ministério da Agricultura, em 17 de março do mesmo ano, emitiu a seguinte resposta:

Da posse do ofício de 13 de janeiro último, no qual V. M. remete à consideração ao Governo Imperial as medidas que lhe parecem mais acertadas para tornar obrigatória aos compradores de terras nessa Colônia, a abertura de estradas de rodagem, tenho em resposta a declarar-lhe que as estradas e caminhos a que V. M. se refere deverão ser feitas sob sua direção pelos meios que lhe parecerem mais convenientes sem criar obrigações para os colonos.¹⁵⁰

Na tentativa de dividir responsabilidades e desonerar a administração colonial, Hermann Blumenau solicitou autorização do governo imperial para tornar como obrigação, aos compradores de lotes de terra na Colônia, a responsabilidade de abrir estradas e caminhos próximos de suas propriedades, isso significava não apenas tornar transitável áreas muitas vezes que eram apenas picadas de pequena largura, mas possivelmente incluía limpeza e consertos delas. A incumbência que o diretor tentava jogar sobre os ombros dos colonos foi negada pela administração geral.

A solicitação encaminhada por Blumenau e a negativa datam de 1862, período em que a colônia já era de domínio do governo. Mas o ato de requerer a autorização do Ministério da Agricultura para determinar novas obrigações aos colonos, permite inferir que atitude de Blumenau trazia resquícios de uma administração particular, sem amplos recursos que permitissem a constante manutenção e construção de obras públicas.

Seu pedido acaba indicando como ele ainda buscava gerir a colônia como um diretor privado, que durante dez anos conviveu com uma irregular entrada de imigrantes – que resultou, em 1860, em uma população colonial de cerca de 1000 pessoas – além de uma economia colonial repleta de dificuldades e falta de recursos, o que impedia ou ao menos dificultava o desenvolvimento da infraestrutura colonial.

¹⁵⁰ Correspondências para o diretor da Colônia Blumenau. 17 de março de 1862. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências as Colônias do Estado. 1861-1865. IA^o 7. Folha 8. Arquivo Nacional.

Desta maneira enquanto a Colônia Blumenau estava na condição de particular possivelmente certos – como a abertura de estradas – entre Blumenau e os colonos podiam fazer parte da realidade daquela população. No entanto, isto não significa negar a existência das obras públicas realizadas na década de 1850 na colônia.

Na sequência, com a mudança político-administrativa da colônia não apenas poderemos observar um avanço no desenvolvimento da mesma, como também um avanço em relação a documentação produzida na época, o que garante um capítulo seguinte mais endossado na documentação e mais próximo da micro história.

Figura 02 - Folha de rosto do processo criminal em que foi réu Francisco Schmechel. 1871.

Friedemann.

1871.

Subdelegacia de Policia do Distrito
e Colonia Blumenau.

Sumario de culpa. Escrivão Meire.

Justica A.
Francisco Schmechel R.

Autoação.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil quinhentos e hum aos
treze dias do mes de Fevereiro nesta povoação
da Colonia, Termo e Comarca do Sanctissimo
Sacramento de Itajaí, Provincia de Sta. Catha-
rina, em meu cartorio por parte da Subdelegacia de
Policia o Cidadão Carlos Guithermo Friedemann
me foram entregues o officio d'elle com mais papeis
despachos e auto do Corpo de delicto que ao diante
são juntos, do que lavro presente auto e dou fé. Eu
Theodoro Meire, Escrivão que o escrevi.

Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

3 CAPÍTULO II – A VIDA COTIDIANA E O TRABALHO NA COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU (1860-1875)

3.1 A PRISÃO DE FRANZ SCHMECHEL

Era apenas mais um início de semana na Colônia Imperial Blumenau. Naquela segunda-feira, dia 13 de fevereiro de 1871, Guilhermina Schmechel notou que o fogo que mantinha aceso em sua cozinha tinha se extinguido, assim, pediu ao seu marido que fosse até a casa do vizinho pedir um tição. Francisco Schmechel saiu de sua casa no lote nº 35 no distrito do ribeirão da Mulde¹⁵¹, e seguiu para a casa de Francisco Koehler, na margem direita do mesmo distrito. Foi nesta ocasião que começou o desentendimento entre eles, a rixa tinha como motivo uma pequena dívida no valor de mil réis, sobre a qual Schmechel afirmava que Koehler era devedor, por outro lado, Koehler protestava já ter pago.¹⁵²

Pelo processo instaurado, sabemos que Francisco Schmechel – que assinava com uma caligrafia bem elaborada apenas Franz Schmechel – estava com 32 anos, sabia ler e escrever em alemão, era casado, natural de Nattmannsdorf, Prússia, mas há três anos residia na margem esquerda do ribeirão da Mulde (atualmente município de Timbó). Pela listagem de moradores da colônia, elaborada em 1869 pela diretoria da colônia, constata-se que a família Schmechel era composta por Francisco, sua esposa Guilhermina e apenas um filho, na época com idade entre 1 e 10 anos, sendo todos de religião evangélica.¹⁵³

¹⁵¹ O trabalho de Márcio Roberto Voigt traça uma análise populacional das linhas coloniais que, mais tarde, vieram a se tornar o município de Timbó. Sobre a população residente no ribeirão da Mulde de 1869, Voigt afirma que há indicativo que ela seria o assentamento mais antigo das linhas coloniais em análise. A população residente era 100% luterana. E estavam ocupados 66 lotes de terra, dos quais 41,6% pertenciam a proprietários casados enquanto os demais, 58,4%, eram propriedade de solteiros e viúvos. VOIGT, Márcio Roberto. *Imigração e cultura alemã no Vale do Itajaí: educação, religião e sociedades na história de Timbó (SC) - 1869-1939*. 1996. 150f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1996. p.36-45.

¹⁵² O relato que segue foi baseado no processo criminal em que foi réu Francisco Schmechel. Fundo: Judiciário, Caixa 2A, Auto nº 179. 1871. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

¹⁵³ Não foi possível localizar a data exata de entrada da família Schmechel na Colônia Blumenau. A primeira vez que encontramos a família na documentação é na Listagem de moradores da Colônia. 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.34, Doc. 341. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Com relação ao dia 13 de fevereiro, ficamos sem saber se Schmechel retornou a sua casa com o tição, mas o que fica evidente é que os vizinhos não entraram em acordo com relação aos mil réis. Segundo o testemunho do inspetor de quarteirão, Augusto Busch, de quarenta e seis anos de idade, morador da margem esquerda do rio Itajaí-açu, ao interrogar a mulher de Koehler, ela assegurava que ouviu seu marido dizer “tão verdadeiro que o sol está no céu, já te paguei um mil réis!”.

Em função do desentendimento, Schmechel retirou-se para sua casa. Então, a esposa do Koehler pediu “em vista das boas relações até lá existentes entre ambas as famílias”, que ele fosse a casa de seu vizinho, onde “lhe representasse tudo, com que pudesse restituir a unidade e boa harmonia entre eles havida”. Koehler e seu filho Roberto, de doze anos de idade, se dirigiram a casa da família Schmechel. O pai entrou na residência dos Schmechel, enquanto o filho aguardava do lado de fora, conforme relatou o próprio menino em depoimento.

Depois de Schmechel ter tomado café e almoçado, preparava-se para ir a roça, quando Koehler entrou em sua casa, e quis continuar a conversa anterior. Koehler perguntava ao vizinho se ele não lembrava que os mil réis já tinham sido pagos. Com a negativa de Schmechel e também de sua esposa Guilhermina, Koehler zangou-se e a discussão tornou-se acalorada. Guilhermina em seu depoimento afirmou que nesta hora “aumentou-se a paixão”. Então Schmechel ordenou pela primeira vez que Koehler deixasse a sua casa. Na segunda vez, bateu com a mão na mesa, pediu que ele se retirasse. Após o terceiro pedido, Schmechel “irado” se dirigiu até a cozinha e tomou a espingarda de parede que lá estava. Ele relatou que sua intenção era apenas usá-la para dar uma pancada no ombro esquerdo de Koehler. Entretanto após o golpe dado, Schmechel sustentava “que no retirar a arma esta disparou”, fazendo Koehler cair ferido.

Após o disparo, o ferido retirou-se da residência de Schmechel, e foi ao encontro de sua família, onde pôde dar sua versão dos fatos a eles, e também aos demais que lá foram chegando, dentre eles Carlos Hafemann, Christiano Hennig, Carlos Samuel André e Theophilo Bergold. O depoimento de Christiano Henning, de 46 anos, morador da margem esquerda do ribeirão da Mulde, confirmava – assim como os demais – que deitado em sua cama Koehler afirmava que era mentira a história que Schmechel lhe deu um golpe e então a arma disparou. A ferida redonda e penetrante de mais ou menos três

polegadas acima do umbigo, conforme o exame de corpo e delito, tinha sido causada intencionalmente na visão de Francisco Koehler.

O acusado, por sua vez, declarava que “não foi a minha intenção de fazer mal a Francisco Koehler com o tiro que se achava na espingarda”, que por um descuido a arma descarregou. Ainda assim, após o ocorrido, Schmechel pediu um cavalo emprestado a outro vizinho, e foi ao encontro do inspetor de quarteirão, para comunicá-lo do incidente e entregar-se a prisão. Concluídos os procedimentos de praxe, o subdelegado de polícia de Blumenau, Carlos Guilherme Friedenreich, instaurou um processo pelo delito do homicídio (artigo 193 do Código Criminal de 1830) - conforme pode-se observar na figura 02 - contra Francisco Schmechel, no dia 15 de fevereiro, tendo em vista que, na noite anterior, Koehler havia falecido.

A origem da desavença, tanto na versão do acusado quanto das testemunhas, confirmavam que o mau entendido era pela quantia de mil réis. Schmechel contava, ao ser interrogado, que esta dívida vinha do ano anterior, e que Koehler devia mil réis não a ele, mas a uma turma de trabalhadores. Naquela ocasião ele, e seus vizinhos Koehler, Kohls, Hafemann, Beckelberg e mais cinco homens, trabalharam juntos em “um caminho da Colônia Blumenau perto do ribeirão da Mulde”. E antes da festa de Natal o chefe da turma distribuiu o pagamento pelos serviços realizados aos “vários camaradas”, porém a “distribuição não foi bem feita, em vista que alguns receberam mais do que outros”.

horas”, mas era necessário compensar as horas até o escurecer.¹⁵⁴ A jornada de trabalho deveria ser registrada pelo chefe de turma com um relato exato dos trabalhos executados e do material utilizado. Além disto, os chefes eram instruídos para evitar que os trabalhadores não caíssem em “longas conversas particulares”, “discussões” ou até mesmo “agressões”, em tais casos caberia demissão imediata.¹⁵⁵ Nota-se que o emprego do trabalhador era acompanhado pela disciplinarização de sua conduta e pela administração eficiente do tempo.

Contudo, cabe salientar que não necessariamente cabia ao chefe o pagamento dos jornais, pois as instruções dos chefes de turmas que se tem acesso nada despacham a esse respeito. O procedimento da distribuição do pagamento das turmas ficava geralmente a cargo da diretoria colonial, tanto é que quando os pagamentos atrasavam era a diretoria que recebia as reclamações e queixas. Em algumas observações registradas por Hermann Blumenau, tomamos conhecimento que os próprios trabalhadores deveriam se dirigir à administração da colônia nos dias estipulados de pagamento para cobrar seus jornais. Em fevereiro de 1872, Hermann Blumenau registrou que os dias definidos para pagamento eram toda segunda-feira e sábado de cada semana.¹⁵⁶

Quanto à remuneração da turma de operários do ribeirão da Mulde, Schmechel, Koehler e Beckelberg receberam cada um a quantia de 20\$000, já os outros quatro camaradas receberam 10\$000 cada, e por fim, três trabalhadores receberam 14\$000 cada um. Porém “não chegando o dinheiro recebido para o total deste pagamento” Schmechel afirmou que forneceu “dez tostões do seu para completar a quantia necessária” e Koehler se comprometera “a dar para o mesmo fim dez tostões”. Cabe ressaltar, que o valor da desavença ao longo do processo passou a ser referido como dez tostões quando os procedimentos do julgamento passaram para a Comarca de Itajaí. Cada tostão equivalia a

¹⁵⁴ Instrução para os chefes de turmas de operários nas obras públicas. 1875. Fundo: Colonização. Pasta 2.50, Doc. 501. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Como tal instrução somente passou a vigorar a partir de 1875, quatro anos depois do citado processo, não podemos considerá-la como vigente no período em questão. Porém entendo que as normas, os editais e as instruções que foram lançadas pela diretoria da Colônia Blumenau foram formuladas com base nas experiências vivenciadas durante a administração e regência da colônia, assim este documento é aqui entendido como um provável registro por escrito – a posteriori – de um costume existente.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Observações de Hermann Blumenau sobre a execução de obras públicas. 10 de fevereiro de 1872. Fundo: Colonização. Pasta 2.42, Doc. 424. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

\$100, portanto, o valor do impasse não sofreu alteração. Talvez a mudança na terminologia utilizada nesta parte do inquérito ocorreu devido a figura do intérprete - Guilherme Asseburg – nomeado para realizar a tradução do alemão para o português dos depoimentos do réu e das testemunhas, assegurando que estes se fizessem entender pelo júri. Enquanto nos autos redigidos na Colônia Blumenau não encontramos nenhuma referência sobre intérpretes. Talvez em Blumenau os depoimentos poderiam ter sido realizados em alemão, ou até mesmo escritos em alemão, e o escrivão Theodor Kleine poderia ser o responsável pela tradução.¹⁵⁷

Mas retornando ao acerto de contas dos trabalhadores. Ficou combinado que somente depois do Natal seria pago o restante do dinheiro referente aos serviços prestados. “A divisa deste resto” entre os trabalhadores estava marcada para domingo, dia 12 de fevereiro de 1871, na casa de um deles, Carlos Kohls, cuja residência ficava na margem esquerda no Ribeirão da Mulde.

Dos dez trabalhadores apenas oito compareceram no dia programado. Carlos Hafemam não conseguiu atravessar o ribeirão da Mulde, que se achava “muito enchido por águas caídas”. Já Francisco Koehler decidiu não se reunir com os demais. O grupo reunido na casa do Kohls ao perceber a demora do chefe da turma, decidiu mandar o filho do dono casa - Germano Kohls - para chamá-lo, e foi primeiramente a ele que Koehler declarou que não iria comparecer. Schmechel então tomou a iniciativa e também foi chamá-lo para “arranjo da conta”, recebendo outra negativa como resposta. Schmechel narrou os acontecimentos do último acerto realizado entre os trabalhadores da turma e a sua tentativa de reunir Koehler com os demais da seguinte forma:

Nessa reunião tratando-se de dividir o dinheiro recebido para o último pagamento, verificou-se que faltava dinheiro, e então ele respondente perguntou a seus companheiros se o

¹⁵⁷ Theodor Kleine, pai de Karl Kleine, era escrivão da Colônia Blumenau. Karl faz referência sobre o trabalho de tradução de seu pai, que lhe rendeu a contratação como escrivão. “Simplesmente por comodidade, Laiseke encomendava traduções a meu pai, especificamente em português, as quais ele só precisava copiar. Mas se ele tivesse imaginado que esses trabalhos pudessem cair nas mãos do Dr. Blumenau, ele os teria escondido melhor. Esse foi o motivo pelo qual Dr. Blumenau substituiu Laiseke por meu pai.” KLEINE, 2011, op.cit., p.150-151.

assassinado[Koehler] já tinha feito entrega dos dez tostões com que se comprometera entrar para cobrir a diferença e sendo-lhe declarado que esta entrega ainda não tinha sido feita, ele fez ver que disto provinha a falta encontrada no dinheiro; em seguida resolveu ele respondente ir a casa do assassinado convidá-lo para vir ajustar as contas, e que com efetivo fez, mas que este se negou a ceder o seu desejo dizendo que quem tinha que ajustar contas com ele podia vir a sua casa. Em consequência desta declaração definitiva resolveram os outros trabalhadores reunidos levar o dinheiro ao escritório da direção da Colônia, para ali ser repartido, e separar-se todos em paz.

Mesmo que a desavença tenha se dado entre Schmechel e Koehler, o desentendimento entre eles se estendia a uma turma de trabalhadores. Porém não compete a história descobrir se a dívida dos mil réis havia sido quitada por Koehler ou não, ou ainda, se Schmechel atirou com intenção de ferir seu vizinho ou se a arma disparou acidentalmente. Afinal, cabe a justiça o papel de julgar, pois “a justiça tenta ser conclusiva. A história não o é”.¹⁵⁸ Mas como diria Sidney Chalhoub “devagar com o ceticismo” também “há certezas”¹⁵⁹ quando refletimos sobre a utilização de processos jurídicos como fonte para pesquisa histórica.

O processo de Franz Schmechel pode amparar a produção do conhecimento histórico sobre a sociedade colonial de Blumenau, pois ele nos envereda para algumas “certezas” ou indícios, pelo menos. Não há dúvidas que este grupo de trabalhadores ocasionais de obras públicas e, ao mesmo tempo, vizinhos uns dos outros, tinham relações construídas na vida cotidiana ligados por vínculos de residência, vizinhança e trabalho. Tanto é que duas vezes o grupo se propõe a chamar Koehler para que viesse se reunir com os demais, para que fosse feito o ajuste de contas, e também em todo o processo as testemunhas frisaram que Schmechel e Koehler, assim como as respectivas famílias, mantinham ótimas relações. Longe de haver inimizades, Guilhermina Schmechel inclusive contava que seu marido havia “matado um porco a pedido de Koehler, e que trouxe chouriço feito deste porco no dia doze

¹⁵⁸ GRAHAM, 2005, op.cit., p.221.

¹⁵⁹ CHALHOUB, 2012, op.cit., p.39.

do mês corrente que lhe foi feito de presente da parte de Francisco Koehler”. Não apenas as relações de trabalho, como as vicinais, os aproximavam, fazendo compartilhar maneiras coletivas de ver e entender determinadas situações que vivenciavam.

Neste sentido, o olhar do historiador deve-se voltar para além da contenda que se deu no dia 13 de fevereiro de 1871 e seu infeliz desenlace. Por meio do documento gerado daquele episódio tomamos conhecimento de como o trabalho em obras públicas, prestado por colonos, se tornava parte do cotidiano dessas personagens, o que desencadeava relações entre eles mesmos, assim como, entre eles e a administração colonial. São os “testemunhos involuntários”¹⁶⁰ deixados nas falas dos sujeitos históricos no processo criminal que auxiliam a pôr em foco aspectos do cotidiano, do trabalho e da cultura dos moradores da Colônia Blumenau.

3.2 O TRABALHO “TEMPORÁRIO” NAS OBRAS PÚBLICAS DA COLÔNIA

A partir da década de 1860 se torna mais claro na documentação pesquisada o universo cotidiano dos colonos na Colônia Blumenau e suas relações com a diretoria. Igualmente foi “a partir da gestão pública da colônia que as tensões entre eles se tornam mais evidentes”.¹⁶¹ Ainda no final do ano em que a colônia foi encampada pelo governo imperial, Hermann Blumenau, agora na função de diretor, recebeu as instruções de como deveria reger a colônia.¹⁶² Para prover a parte financeira, competia a ele a responsabilidade de enviar a cada trimestre o orçamento das despesas da colônia para o governo provincial, onde caberia a exposição dos valores a serem despendidos com: o pagamento dos funcionários encarregados da administração da colônia, que no princípio eram apenas três pessoas: o diretor Blumenau, um escrevente e um agrimensor; os valores destinados com a medição e exploração das terras; as quantias reservadas para recepção, alojamento e adiantamentos aos imigrantes recém chegados; valores referentes aos

¹⁶⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.p.76-77.

¹⁶¹ BULL, 2014, op.cit., p. 157.

¹⁶² Instruções para a regência da Colônia Blumenau. Dezembro de 1860. Fundo: Colonização. Pasta 2.13, Doc. 140. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

trabalhos públicos e por fim alguma quantia era alocada no item “eventuais diversos”, cifra geralmente pequena e utilizada em situações imprevistas.¹⁶³

Os orçamentos da colônia dependiam do aval do presidente da província, somente depois da autorização do mesmo, a tesouraria da província de Santa Catarina encaminhava os valores ao diretor colonial. Conforme Bull, a partir de 1860, esses valores eram repassados a colônia por meio de um mediador, Fernando Hackradt, que de “antigo sócio passou a atuar como procurador do diretor, responsável por receber as verbas do governo da província de Desterro, e levá-las para o núcleo”.¹⁶⁴ E por meio desses valores, o diretor poderia pôr em prática uma de suas competências estipuladas no artigo segundo das instruções que recebeu em 1860, que era

Proporcionar trabalho aos colonos recém-chegados de modo que, sem prejuízo da construção da sua casa e das primeiras plantações possam obter meios de vida. Caso porém não hajam trabalhos públicos, nem particulares, o Diretor abonará nos primeiros seis meses a cada colono adulto a diária de 400rs, aos de 10 a 5 anos a de 240rs, e aos de 5 a 2 anos a de 160rs, isto porém só nos dias em que nenhum trabalho público ou particular possa ser dado ao colono.¹⁶⁵

Desta maneira procurava-se empregar especialmente os recém-chegados nos trabalhos públicos temporários existentes na colônia, porém sua dedicação em tais obras não poderia, de maneira alguma, acarretar em prejuízo ao colono, que já adquiriu lote de terra e deveria buscar alcançar a subsistência em sua propriedade familiar. Cabe lembrar que o Estatuto da Colônia Blumenau¹⁶⁶ definia o prazo de seis

¹⁶³ Tomamos como exemplo o orçamento do trimestre de Outubro a Dezembro/1863. Fundo: Colonização. Pasta 2.19, Doc. 196. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁶⁴ BULL, 2014, op.cit., p. 148.

¹⁶⁵ Instruções para a regência da Colônia Blumenau. Dezembro de 1860. Fundo: Colonização. Pasta 2.13, Doc. 140. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁶⁶ Apesar do Estatuto ter sido criado e aplicado enquanto a colônia se mantinha na condição de particular, é possível que este regulamento continuou a ter validade após 1860, pois durante a negociação de transição da colônia ao Império, Hermann Blumenau solicitava que os Estatutos da colônia “até agora considerados como vigentes, fiquem conservados em pé”. Fundo:

meses para a construção de moradia no lote adquirido, do contrário perdia-se o direito sobre o terreno e as benfeitorias realizadas.

Quanto a situação cogitada nas instruções dadas a Hermann Blumenau referente à inexistência de trabalhos públicos e de particulares nos quais os colonos pudessem se ocupar, não encontrei ao longo de toda a documentação vestígios de falta de trabalhos públicos. Mesmo que em alguns momentos constata-se que a colônia teve seus orçamentos restringidos, o que diminuía consideravelmente o número de trabalhadores empregados nas obras, a colônia era um espaço em obras constantes.

Conforme noticiava o jornal *Kolonie Zeitung* em 2 de abril de 1864, a principal deficiência da Colônia Blumenau era “constituída pela falta de meios de comunicação”¹⁶⁷, faltavam caminhos e estradas transitáveis, pontes, aterramentos entre outras obras de viação. Tais obras, embora pagas pelos cofres públicos¹⁶⁸, desoneravam os valores despendidos com os recém chegados, chamados de diárias. Hermann Blumenau informava que após receber as instruções para a regência da colônia, passou a “reduzir as diárias ao termo mínimo possível, em que continuei e continuo”, a intenção era fazer os recém chegados procurassem o quanto antes “seu sustento no trabalho público e no particular”¹⁶⁹, o que ele considerava como uma despesa indireta no orçamento público.

O diretor colonial classificava de duas formas os valores despendidos com os imigrantes. A despesa direta era referente a todos os gastos que o governo tinha com o “fornecimento de víveres e outras necessidades, as despesas de desembarque, reembarque, ulterior viagem,

Colonização. Pasta 2.13, Doc. 135. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Ademais não encontrei nenhuma referência que invalidasse o estatuto após 1860.

¹⁶⁷ HESSE, Rudolf Oswald. Excerto do Jornal *Kolonie Zeitung*, edição 2 de abril de 1864. Um retrospecto do ano de 1863. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XIX, Setembro de 1978, nº9. p. 255-256. O jornal *Kolonie Zeitung* era um jornal publicado na Colônia Dona Francisca (atual Joinville) a partir de 1862, que trazia informações sobre a região, e inclusive sobre a Colônia Blumenau.

¹⁶⁸ Conforme o Artigo 7º das Instruções para a regência da Colônia Blumenau: “todos os serviços coloniais feitos por conta dos dinheiros públicos, sempre que for possível serão feitos por contrato ou tarefa, obtendo-se previamente, se as circunstâncias o permitirem, aprovação da Presidência da Província”. Fundo: Colonização. Pasta 2.13, Doc. 140. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁶⁹ Conta geral dos débitos dos colonos entrados na Colônia Blumenau. 15 de agosto de 1863. Fundo: Colonização. Pasta 2.19, Doc. 195. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

medicamentos, enterro dos indigentes falecidos, diárias e diferentes outras verbas”. Já a despesa indireta compreendia “todos os gastos com a fatura de picadas, caminhos, pontes provisórias e sólidas, e outros meios de comunicação, e com as medições”, ou seja, todos os valores que eram destinados às obras públicas, onde os imigrantes recebiam pelos serviços temporários prestados. Hermann Blumenau enfatizava que “não se pode dizer, que esta despesa exclusivamente se faça com o colono, visto que sempre é indispensável fazê-la, para dotar o país de estradas, pontes e mais obras”.¹⁷⁰ Assim, ao aumentar o valor das despesas indiretas, tão necessárias, era possível reduzir os gastos diretamente efetuados com os colonos. Além disto, o trabalho nas obras públicas tinha como resultado a construção da infraestrutura da colônia e da região. E eram obras que legalmente não poderiam ser realizadas com uso da mão de obra escrava, pois desde a Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848, o governo imperial proibia escravos em áreas de colonização, uma realidade distinta, por exemplo, da mão de obra empregada nas obras da capital do país.¹⁷¹

Na Colônia Blumenau os trabalhos públicos se estendiam desde o transporte das correspondências da colônia para a Vila de Itajaí, onde geralmente empregava-se apenas um colono, que ocupava a função de emissário dos correios¹⁷², mas também, empregavam-se turmas de trabalhadores que atuavam em obras de maior porte, como a demarcação dos lotes de terra, a derrubada de madeiras para serem utilizadas em construções diversas, a construções de prédios públicos – por exemplo, casas de recepção de imigrantes, casa de oração protestante, igreja católica, edifícios escolares, casa de detenção – ou ainda, a abertura e manutenção das vias de comunicação, como é o caso da turma de operários da qual faziam parte Koehler e Schmechel. Os que eram empregados neste serviço tratavam da abertura de picadas ou na transformação das picadas em estradas, além de estarem envolvidos em toda a instalação das vias públicas, que dependiam da abertura de

¹⁷⁰ Relatório da Colônia Blumenau relativo ao 1º semestre de 1863. Fundo: Colonização. Pasta 2.20, Doc. 208. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁷¹ Ver CHAZKEL, Amy. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro Oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, janeiro-junho de 2013, p. 40.

¹⁷² Este serviço de levar a correspondência de canoa de Blumenau até a Barra do Rio era realizado duas vezes ao mês, sendo que levava em média um dia para ir até a Barra por ser trajeto rio abaixo, e mais dois para retornar a colônia, e por cada viagem era pago a quantia de 6\$000 réis ao contratado para o serviço. Conforme KLEINE, op.cit., p.160.

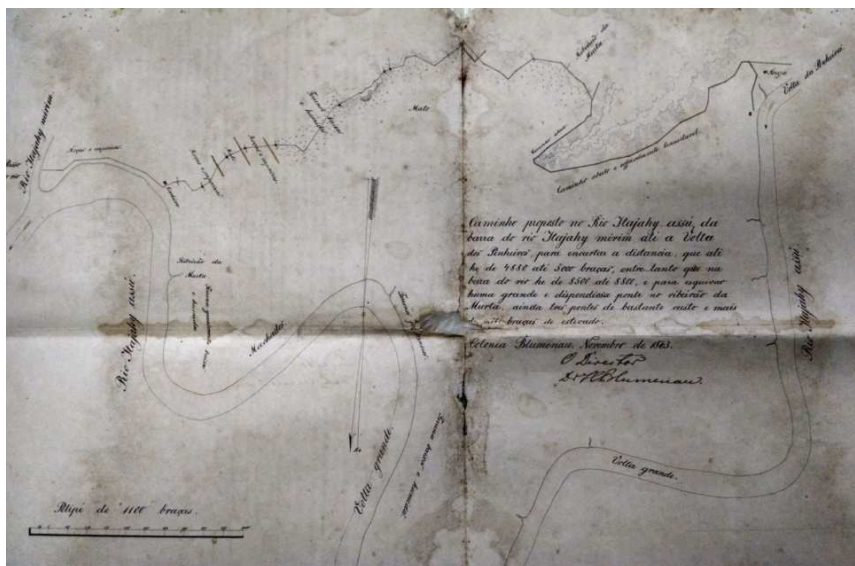
valetas de esgoto, aterramentos, escavações, construção de pontes provisórias e sólidas, etc.

Para observar na prática como se davam as despesas indiretas com os colonos nas obras públicas, vale comentar sobre uma via de comunicação importante para a Colônia Blumenau. Era o caminho descrito por Karl Kleine no primeiro capítulo, que ligava a Barra do Rio até a Colônia Blumenau. Desde cedo havia uma preocupação com esta via de comunicação, como demonstra o contrato de empréstimo de 1855 firmado entre Hermann Blumenau e o governo imperial, o qual já determinava que caberia ao empreendedor “abrir e conservar em bom estado”,¹⁷³ uma comunicação entre os dois pontos.

Quase dez anos mais tarde, em 1863, um mapa elaborado pelo engenheiro Emil Odebrecht buscava demonstrar a possibilidade de encurtar o caminho que ligava a Barra do Rio até a Colônia Blumenau. Um trecho do trajeto usual da estrada, que partia da Barra e contornava toda a beira do rio Itajaí mirim, resultava num percurso de aproximadamente 8500 a 8800 braças até a região conhecida como Volta dos Pinheiros. A sugestão era optar pela construção de uma via de comunicação que se distanciava do traçado rio e que poderia trazer como benefício, conforme Figura 3, uma diminuição de mais de 3000 braças, o que renderia uma diferença significativa no percurso.

¹⁷³ Termo de ajuste e contrato firmado entre o Governo Imperial e Hermann Blumenau. 17 de abril de 1855. Fundo: Colonização, Pasta 2.7.1, Doc. 71.1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Figura 04 – Mapa da estrada da Barra do Rio elaborado por Emil Odebrecht. Novembro de 1863.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc.188. No centro, o diretor Hermann Blumenau informava “Caminho proposto no Rio Itajaí-açu da Barra do Rio Itajaí-mirim até a Volta dos Pinheiros, para encurtar a distância que ali é de 4880 até 5000 braças, entretanto que na beira do rio é de 8500 até 8800, e para esquivar uma grande e dispendiosa ponte no ribeirão da Murta, ainda três pontes de bastante custo e mais (ilegível) mil braças de estivado”.

Hermann Blumenau solicitava no orçamento do trimestre de julho a setembro de 1864 a quantia de 13 contos de réis para as despesas da colônia no período, porém, pedia também ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, que concedesse ainda mais dois contos de réis “para a continuação da estrada da Barra até ulterior resolução do Governo Imperial”, ao qual havia solicitado maior auxílio pecuniário.

Os dois contos, que me animei, solicitar acima, são destinados, para desde já aterrar os estivados

de madeira já feitos, mas expostos ao perigo, no estado em que se acham de facilmente se queimarem e por outros acidentes se estragarem, e para alguns melhoramentos nas picadas provisórias. As obras restantes, sobretudo as pontes e pontilhões, devem ficar, para quando o Governo Imperial tiver concedido a quantia ainda necessária e orçada em dez contos de réis.¹⁷⁴

Ao todo pretendia-se gastar 12 contos com a estrada da Barra do Rio somente naquele ano. Com o relatório anual de 1864 concluímos que a autoridade provincial concedeu os dois contos de réis, permitindo que fossem contratados trabalhadores para fazer os aterramentos e as melhorias nas picadas, porém “o mau tempo interrompeu infelizmente esta importantíssima obra e à míngua dos fundos não permite continuar nela com vigor”.¹⁷⁵ Possivelmente os dez contos esperados do governo imperial para as obras restantes não vieram. Pelas contas do diretor interino¹⁷⁶, Hermann Wendeburg, faltavam de 6 a 8 contos para construção de “pontes, canais e grandes bueiros”¹⁷⁷. A estrada da Barra do Rio até Blumenau, cuja extensão era apenas de dez léguas, foi concluída no ano seguinte, conforme o relatório do ano de 1865.¹⁷⁸

Quanto ao pagamento dos trabalhadores das obras públicas, este poderia ser acertado por dia de trabalho (à jornal) ou por empreitada (a tarefa). Os valores pagos por empreitada variam em função do tipo de trabalho, por exemplo, sabemos que no mês de julho de 1863 Schoenau recebeu 6\$000 para derrubar madeiras de Tajuba e Ariribá usada em diversas construções, entretanto, neste mesmo mês, Meuche recebeu o

¹⁷⁴ Orçamento do trimestre de Julho a Setembro. 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.23, Doc. 237. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁷⁵ Relatório Geral da Colônia Blumenau. 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.24, Doc. 249. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁷⁶ No dia 9 de novembro de 1864 Hermann Blumenau deixou a Colônia Blumenau e se dirigiu, primeiramente, para Desterro, e depois para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, em março, embarcou para Europa, retornando a Colônia Blumenau no dia 23 de novembro de 1869. Durante sua ausência Hermann Wendeburg, o guarda livros da colônia, ocupou a função de diretor interino.

¹⁷⁷ Relatório Geral da Colônia Blumenau. 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.24, Doc. 249. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁷⁸ Relatório Geral da Colônia Blumenau. 1865. Fundo: Colonização, Pasta 2.26, Doc. 268. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

dobro por executar o serviço de passagem na região do Badenfurth.¹⁷⁹ Já o pagamento por dia de trabalho nesta mesma época, estava estipulado pelo governo provincial no valor de 1\$000 o jornal diário, possivelmente este era o valor mínimo pago aos trabalhadores nas obras da estrada da Barra.¹⁸⁰

O valor de mil réis passou a ser aplicado na Colônia Blumenau no dia 4 de abril de 1863, por conta do Aviso Circular do presidente da província de Santa Catarina, de 18 de março de 1863. Hermann Blumenau comunicou ao presidente que fixou cartazes na colônia a fim de informar a todos que houve uma “redução do usual jornal de Rs.1\$200 diários, até agora pago pela Direção aos regulares trabalhadores, a Rs.1\$000, como Vossa Excelência o ordena”.¹⁸¹ O valor do jornal anterior de 1\$200 réis era vigente, pelo menos, desde janeiro de 1860.¹⁸²

A redução do jornal fazia parte de algumas medidas adotadas pelo governo imperial na tentativa de diminuir os gastos nas colônias do império. Igualmente pode se observar racionamento em outras obras públicas, como a construção da casa de detenção na Colônia Blumenau. No começo do ano de 1863, Hermann Blumenau escreveu ao presidente da província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, solicitando autorização para a construção de uma cadeia, pois “em qualquer caso de pequena rixa ou embriaguez, que não são frequentes, mas se passam, os culpados devem ser reclusos em algum quarto das casas de hospedagem, onde estragam paredes e portas e atormentam os outros”, desta forma uma casa de detenção era de “urgentíssima necessidade”. O diretor apresentou o orçamento de uma casa com “comprimento de 24 palmos com 20 de fundos, dividida em dois quartos com portas

¹⁷⁹ Obras públicas realizadas pela administração colonial. Julho a outubro 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.20, Doc. 203. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁰ Para compreender o que o jornal de mil réis diários significava em termos de subsistência e consumo é válido trazer alguns preços de produtos básicos vigentes em 1863. Conforme consta na jornal *O Despertador* a arroba (15kg) de café custava 6\$000 réis, o alqueire (13,8 litros) de farinha de milho custava 2\$400 réis, o alqueire de batata inglesa era 3\$000 réis, o alqueire de milho debulhado era 1\$400 réis. *O despertador*. Ano I, nº 9. 13 de fevereiro de 1863. p. 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁸¹ Ofício de Hermann Blumenau para presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 15 de abril de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc. 184. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸² Conforme o ponto e recibo dos salários dos trabalhadores da Colônia Imperial Blumenau. 1860. Fundo: Colonização, Pasta 2.13, Doc. 132. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

separadas” no valor de Rs. 545\$000.¹⁸³ O parecer da Repartição Especial das Terras Públicas de Santa Catarina ao presidente da província, embora apontasse a “incontestável conveniência a casa de detenção”, lembrava-o que se fazem “tão terminantes e repetidas as ordens do Governo Imperial acerca da maior economia nas despesas das colônias”.¹⁸⁴

Em outro orçamento, de abril a junho de 1864, Hermann Blumenau ao se referir as obras públicas, declarou “tenho feito e faço o possível para reduzir as despesas”¹⁸⁵, e como prova informou que fez economia de três contos de réis da verba destinada ao trimestre de Outubro a Dezembro de 1863¹⁸⁶, para a qual havia solicitado o total de 15 contos. Este saldo foi utilizado no trimestre seguinte, pois, apesar de sua solicitação para o trimestre de janeiro a março de 1864 ter sido de 12 contos, somente recebeu a quantia de nove das autoridades provinciais.¹⁸⁷

Desta maneira, além da redução do jornal pago aos trabalhadores públicos determinada pelo governo, percebemos que também ocorriam reduções repentinas e inesperadas das autoridades provinciais nos orçamentos propostos pela diretoria colonial, o que causava transtornos e diminuição no número de trabalhadores empregados durante o trimestre. Hermann Blumenau comentou que durante os meses de janeiro a março de 1864 foi obrigado a “negar trabalho e ganho a muitos colonos necessitados”¹⁸⁸ devido as cortes no orçamento. Com relação à redução do jornal, comentava que os

¹⁸³ Correspondência de Hermann Blumenau ao presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 18 de abril de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc.185.Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁴ Repartição Especial das Terras Públicas da província de Santa Catarina, correspondência ao presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 13 de Junho de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.19, Doc.191. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁵ Correspondência de Hermann Blumenau referente ao orçamento do trimestre de abril a junho de 1864. 18 de fevereiro de 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.22, Doc. 226. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁶ Correspondência de Hermann Blumenau referente ao orçamento do trimestre de outubro a dezembro de 1863. 18 de agosto de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.19, Doc.196. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁷ Correspondência de Hermann Blumenau referente ao orçamento do trimestre de abril a junho de 1864. 18 de fevereiro de 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.22, Doc. 226. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁸ Idem.

trabalhadores “não se prestam por 1\$000 diários, tão pouco como os homens idôneos para trabalhadores-môres ou chefes de turmas, os carpinteiros, pedreiros”¹⁸⁹, isto é, aqueles que ocupavam funções de encarregado ou que tivesse alguma especialidade de ofício – também chamados nos relatórios de oficiais industriais – dificilmente aceitariam receber tão pouco. Hermann Wendeburg, o diretor interino da colônia, afirmava que geralmente quando os oficiais industriais trabalhavam por salários diários “recebem 1\$600, 1\$920 até 2\$000, e os mestres muito hábeis de 2\$500 a 3\$000, excluindo a comida, que eles mesmos se tem de prestar”.¹⁹⁰

Havia, até meados da década de 1860, um considerável número de trabalhos públicos em execução pela administração colonial, porém, as formas que eram regidos estes trabalhos dependiam de decretos, instruções e verbas que partiam do governo provincial, e estas estavam sujeitas a consideráveis variações. Assim, quando em 19 de janeiro de 1867 foi lançado o Regulamento para as Colônias do Estado, que dentre outras ações definia a distribuição e a duração dos trabalhos públicos nos núcleos coloniais, entendemos a formulação deste código como resultante “de um acúmulo de experiências em colonização”¹⁹¹, pois é certo que a distribuição de trabalhos a jornal ou à empreitada já ocorria em tais espaços, mas o regulamento de 1867, inspirado na prática cotidiana, definiu medidas e normas para tais ações.

O Regulamento para as Colônias do Estado foi um dos focos da análise de Paulo Pinheiro Machado, em *A política de colonização do Império*, com o qual concordamos que foi por meio deste regulamento que se definiu “uma clara política de colonização do Governo Imperial”.¹⁹² No geral era um documento que tinha como objetivo regular a vida nas colônias, assim como, ser peça de propaganda no exterior na tentativa de atrair novos imigrantes. Era composto por 45 artigos, que vigoraram de 1867 até 1879, dos quais nos interessam especialmente os artigos 32, 33 e 34, que seguem na íntegra:

¹⁸⁹ Ofício de Hermann Blumenau para presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 15 de abril de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc. 184. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁹⁰ Mapa estatístico da Colônia Blumenau. 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.24 Doc. 248. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁹¹ MACHADO, 1999, op.cit., p. 83.

¹⁹² MACHADO, 1999, op.cit., p. 87.

Art. 32. Havendo trabalho na colônia, serão nele empregados os colonos, que o quiseram nos primeiros seis meses.

Art. 33. O Diretor fará a distribuição dos serviços de maneira que a cada adulto de uma família correspondam, pelo menos, 15 dias de salário por mês, ou 90 dias no semestre.

Para esta disposição computam-se dois menores por um adulto.

Art.34. Tanto quanto for possível, o serviço para os colonos recém chegados constituirá na preparação da estrada em continuação de suas frentes, nas derrubadas e construção de casas provisórias, de forma que haja sempre 20 a 50 lotes prontos para neles se estabelecer novos colonos.¹⁹³

O regulamento indicava que a distribuição do trabalho era realizada pelo administrador da colônia, assim como, também ficava a seu cargo a seleção dos trabalhadores e a opção de quantos dias de trabalho cada um recebia ao mês, sendo no mínimo 15 dias ao mês ou 90 dias no semestre. Do outro lado, os trabalhadores contavam os serviços temporários, que complementavam sua renda, embora muitas vezes este trabalho avulso não era garantia de estabilidade e segurança, por estar sujeito a inúmeras flutuações. Machado comenta sobre a utilização do trabalho assalariado dos imigrantes nas obras públicas, “para o Governo Imperial, é uma forma de autofinanciamento e redução de gastos”, já para os colonos esta remuneração extra era uma forma eficiente “para fazer poupança e enfrentar os gastos iniciais de estabelecimento”.¹⁹⁴

Isso significa que havia uma rede de dependência entre colonos e direção da colônia, onde os primeiros esperavam complementar seus ganhos e diminuir a insegurança de sua vida na

¹⁹³ BRASIL, Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p.31. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html> Acesso em 26 jun. 2014.

¹⁹⁴ MACHADO, 1999, op.cit., p. 84.

colônia; e o segundo, que era responsável pela contratação da mão de obra avulsa, tinha, ao mesmo tempo, a dependência da força de trabalho do colono para a construção dos espaços públicos em Blumenau, como pontes, caminhos, estradas, aberturas de lotes e assim por diante.

Entretanto, tendo em vista o “reconhecimento de que disciplinas ou modos de vida não foram simplesmente ‘impostos’ aos trabalhadores pobres, mas objeto de lutas intensas e constantes”¹⁹⁵, é de se supor que, apesar das delimitações do Regulamento para as Colônias do Estado, a vida colonial dos homens e mulheres de Blumenau era permeada por escolhas, lutas e negociações.

3.3 ACIONANDO ESTRATÉGIAS E DIREITOS

Os jornais pagos aos trabalhadores nas obras públicas poderiam contribuir no pagamento da dívida colonial, a qual incluía o valor do lote de terra adquirido a prazo, as diárias e adiantamentos dados aos recém chegados, e em alguns casos até os subsídios concedidos para a passagem de navio transatlântica. Tendo em vista a grande dificuldade na quitação da dívida, o governo provincial do Rio Grande do Sul desde o início da década de 1870 adotou uma medida interessante no sentido de reduzir o valor das dívidas coloniais dos imigrantes. Aqueles que executassem trabalhos nas estradas e na demarcação de novos lotes ao invés de receberem o pagamento do jornal, receberiam dedução de sua dívida colonial.¹⁹⁶ Em Blumenau, conforme aponta Vanessa Nicoceli Bull, “a direção utilizava dos serviços dos trabalhadores para abater suas dívidas contraídas com o Governo desde a década de 1860”.¹⁹⁷

Em 1867 Hermann Wendeburg escrevia ao presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda comentando que o volume da dívida dos colonos de Blumenau, até a data de 31 de Dezembro de 1866, era de Rs. 152:492\$80, e comentava sobre as dificuldades para a quitação da mesma:

¹⁹⁵ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCHAEL, v.14, n.26, 2009. p. 42.

¹⁹⁶ MACHADO, 1999, op.cit., p. 40-41.

¹⁹⁷ BULL, 2014, op.cit., p.175.

O completo reembolso da Fazenda Nacional ainda não podia ter lugar, visto que a maior parte dos colonos que devem ao Governo entraram nos últimos anos e quase todos sem fortuna alguma, assim que precisarão de ganho por trabalho nas estradas até para seu sustento e para melhorar o estado dos seus lotes. Um imigrante indigente, mesmo que possua um lote fértil e que é homem vigoroso e assíduo, precisa sempre de diferentes anos para arranjar-se, ele deve comprar todos os animais domésticos, suíno, gado vaccum, etc. etc. fazer depois de alguns anos uma casa sólida, engenhos, pastos, cercas e outros arranjos rurais e tudo isto com o ganho de seu trabalho e com este mesmo. Só depois de ter ele arranjado completamente a sua economia rural acha-se facilitado a poder pagar as suas dívidas em prazos razoáveis.¹⁹⁸

Pela fala do diretor interino podemos assinalar uma mudança no perfil dos imigrantes que se estabeleceram na Colônia Blumenau a partir da década de 1860, onde a maioria dos colonos vinham “quase sem fortuna alguma”, o que acarretava em maiores dificuldades para saldar suas dívidas. Estes imigrantes que vieram da Alemanha durante o período de 1865-1895, conforme o trabalho de Alencastro e Renaux, faziam parte de grupos sociais mais empobrecidos¹⁹⁹, e portanto, um aumento da renda familiar proporcionado pelos trabalhos nas estradas não era apenas bem vindo, mas um ganho necessário para o imigrante “arranjar-se” em sua “economia rural”.

A partir do ano financeiro de 1868/1869 encontramos maiores desafios para a administração da colônia. Por que somente no ano de 1868 houve um aumento populacional considerável, a população que em 1867 era de 3391 habitantes, teve um acréscimo de 1735, totalizando 5126 no final do ano de 1868.²⁰⁰ Era necessário recepcionar, alojar e

¹⁹⁸ Ofício de Hermann Wendeburg para presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 18 de fevereiro de 1867. Fundo: Colonização. Encadernação Avulsa Volume 1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁹⁹ ALENCASTRO e RENAUX, 1997, op.cit., p. 318.

²⁰⁰ Mapa estatístico da Colônia Blumenau. 1868. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 332. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

distribuir auxílios e trabalhos públicos a um grande número de recém chegados. Lembrando que cabia a eles por direito, conforme o regulamento, receber trabalho nas obras públicas nos primeiros seis meses, mas com a chegada de grande número de imigrantes dificilmente era possível ocupar a todos.

A situação colonial igualmente era influenciada pela mudança no cenário político nacional. O jornal *A Regeneração*, de Desterro, órgão do partido liberal, criticava abertamente que bastou a entrada do governo conservador, com o gabinete do Visconde de Itaboraá, que “um dos primeiros atos do ministro d’agricultura, foi reduzir a 120:000\$ o crédito de 260:000\$, que havia sido distribuído, no exercício de 1868-1869, para as despesas da colonização nesta província”.²⁰¹ Neste sentido, também pode-se encontrar entre os ofícios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, diversas negativas à Colônia Blumenau, como por exemplo, ao não atender o pedido de aumento da gratificação do diretor interino da colônia²⁰², ou ao indeferir os pedidos de empréstimo de alguns moradores da Colônia Blumenau²⁰³, e ainda ao não autorizar a construção de uma casa de recepção na região do Ribeirão do Encano e um hospital, alegando “não comportarem atualmente os cofres públicos essas despesas”.²⁰⁴

As hostilidades trocadas entre liberais e conservadores estavam sempre presentes nos periódicos da época, mas, na verdade, a crítica dos liberais – conforme se constata na matéria do jornal *A Regeneração* – merece a ressalva de que pelo conjunto dos anos, os conservadores investiram muito mais em colonização para a pequena propriedade do que os liberais. Ainda assim, no ano financeiro de 1868/1869 muitos cortes de verbas ocorreram e outros fatores conjunturais precisam ser levados em conta, como a chegada de grande número de colonos ao mesmo tempo na Colônia Blumenau e a

²⁰¹ *A regeneração*. Ano III, nº 267. 16 de abril de 1871.p. 2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²⁰² Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 18 de agosto de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 99. Arquivo Nacional.

²⁰³ Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 28 de agosto de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 121. Arquivo Nacional.

²⁰⁴ Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 27 de julho de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 95. Arquivo Nacional.

concomitância com a Guerra do Paraguai (1865-1870), que exigiu muitos gastos do Império. Esses são alguns dos motivos que podem ter desencadeado as negativas do Ministério da Agricultura para os pedidos de colonos e da administração colonial de Blumenau.

No final do ano de 1869, em correspondência, Hermann Blumenau afirmava que o governo estava tornando impossível uma boa administração das colônias, pois ultimamente foram baixados avisos sobre tudo, “menos à respeito de pagamentos de dinheiro”.²⁰⁵ A virada do ano não trazia uma mudança no panorama, pois a partir de recuo do partido liberal em 1868, os conservadores ficaram a frente do governo provincial de Santa Catarina por anos consecutivos. Em 03 de fevereiro de 1870, Hermann Blumenau informava que a situação continuava a mesma, “estamos aqui ainda a espera de dinheiro e avisos da parte da Presidência, continuando eu entretanto de passar por apertos e desgostos”, pois os “trabalhadores exigem seus pagamentos”.²⁰⁶

São poucos os documentos que foram produzidos pelos trabalhadores que até hoje se mantiveram preservados e salvaguardados. Mas por meio da documentação registrada pela administração colonial somos informados de várias reclamações, ameaças e tumultos decorrentes das irregularidades vivenciadas pelos moradores da Colônia Blumenau no ano de 1870, um ano em que reinava, segundo a administração da colônia, certo “espírito de amotinação”.²⁰⁷

Significativamente neste mesmo ano algumas visitas importantes passaram pela colônia. No dia 12 de maio chegava a Comissão de Inquérito²⁰⁸, composta pelo engenheiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão e pelo agente de colonização Julio Melchior Trampowsky, com instruções do governo provincial de Santa Catarina para proceder uma averiguação, em primeiro lugar, na escrituração e contabilidade da colônia e, em segundo, na execução das obras

²⁰⁵ Correspondência de Hermann Blumenau a Ignácio da Cunha Galvão. 20 de dezembro de 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 338. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁰⁶ Correspondência de Hermann Blumenau. 03 de fevereiro de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.37, Doc.378. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁰⁷ Conforme consta no Relatório Geral da Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo: Colonização, Pasta 2.38, Doc. 382. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁰⁸ Conforme registrado no diário da colônia de 1870, a comissão chegou a colônia no dia 12 e partiu no dia 27 de maio. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc.365. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

públicas.²⁰⁹ Poucos meses depois, era a vez do presidente da província e sua comissão deixarem a capital a bordo da embarcação *Izabel* a fim de visitar ao longo de duas semanas as colônias Blumenau, Itajaí e Príncipe Dom Pedro.²¹⁰

Em julho de 1870 Hermann Blumenau dizia “tenho, junto como o guarda-livros Wendeburg, de aguentar nos aposentos da Diretoria e em qualquer excursão constantemente cenas tumultuosas e até ameaças de morte se proferiram contra nós”.²¹¹ Possivelmente com a chegada do presidente da província Francisco Ferreira Corrêa no dia 03 de agosto, muitos moradores enxergaram ali uma oportunidade para expressar suas reclamações e pedidos a autoridade máxima da província, visto que havia três anos desde a última visita presidencial à colônia.²¹²

Entretanto, nenhuma referência de insatisfação ou reação da população constava no jornal *O Despertador*, cuja edição do dia 30 de agosto dedicou mais de uma página sobre a visita do presidente ao município de Itajaí e suas colônias. O jornal, ligado ao partido conservador, noticiava que choveu muito nos quatro dias que o presidente esteve na Colônia Blumenau, ainda assim, ele foi visitar obras públicas e instituições, além de participar de um baile promovido pela Sociedade de Canto Germânia, onde “foi S. Ex. recebido ao som do hino nacional, e em todo o tempo em que nele se demorou recebeu reiteradas provas de consideração e deferência”. Por fim, a matéria expõe que Francisco Ferreira Corrêa partiu no domingo, dia 07 de agosto, pela manhã para a Vila de Itajaí, sendo saudado com “estrepitosas vivas” em sua saída.²¹³

²⁰⁹ GALVÃO, Luiz Manoel de Albuquerque. *Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajaí, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catarina) apresentado em 9 de março de 1871 ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=S3oCAAAAYAAJ&hl> Acesso em: 27 mar. 2014. p.5.

²¹⁰ *O despertador*. Ano VIII, nº 783. 29 de julho de 1870.p. 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²¹¹ Correspondência de Hermann Blumenau para Ignácio da Cunha Galvão. 20 de julho de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc.367. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²¹² A última visita presidencial a colônia foi de Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, e se deu entre os dias 11 a 14 de fevereiro de 1867. Fundo: Colonização, Pasta 2.31, Doc.313. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²¹³ *O despertador*. Ano VIII, nº 792. 30 de agosto de 1870. p. 2-4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Diferentemente é a cena narrada por Hermann Blumenau, que em carta diz estar “corando ainda hoje de cólera e indignação da ignominiosa cena jogada em vergonha desta Colônia na ocasião da partida de V. Ex. no domingo próximo passado”.²¹⁴ Do acontecimento só restam as informações apresentadas na correspondência do diretor, o qual remete a uma versão unilateral dos fatos, onde um “grupo tumultuário” motivado pela aguardente provocou uma cena no domingo na presença do presidente provincial. Cabe apenas destacar que o motivo do tumulto era devido ao mau estado dos caminhos da região da Itoupava. Assim, os moradores deste distrito, além de entregarem uma petição ao diretor colonial no dia 05 de agosto, apresentarem-se em grande número no dia da partida do presidente da província para pessoalmente exporem sua situação.²¹⁵

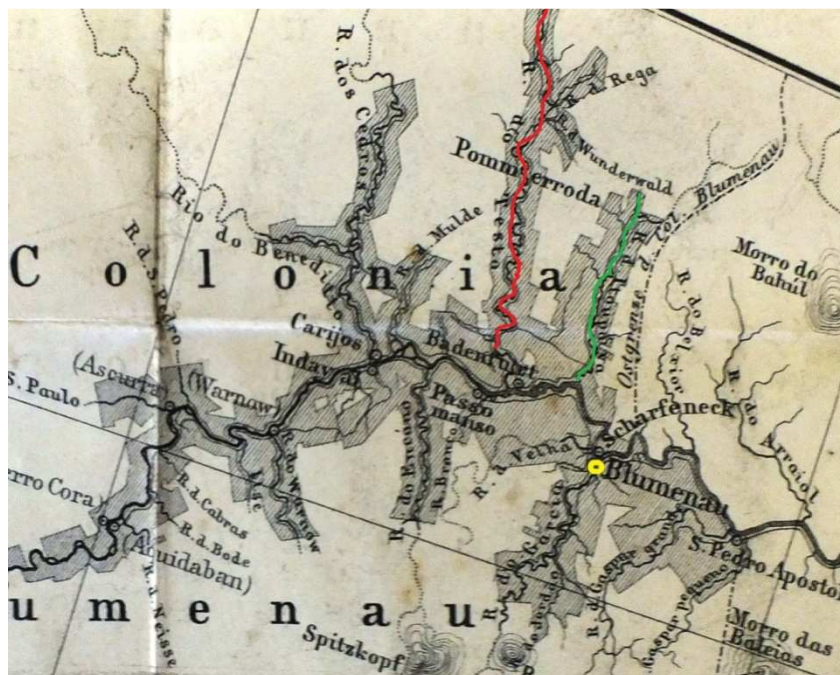
O trabalho de Vanessa Nicoceli Bull, ao analisar o acesso à terra na Colônia Blumenau, traz como observação o desinteresse da administração colonial com o distrito da Itoupava desde os primeiros anos da gestão pública da colônia a partir de 1860, dificultando, por exemplo, a compra de lotes a prazo naquela localidade. De acordo com os planos de Hermann Blumenau o desenvolvimento colonial deveria ocorrer para a região do Rio do Teste, de onde partiria uma estrada de ligação entre a Colônia Blumenau e Dona Francisca (atual cidade de Joinville).²¹⁶ Desta maneira, a Itoupava não recebia muitas obras públicas, o que torna procedente a reclamação dos moradores sobre o mau estado das vias de comunicação durante a visita do presidente em agosto de 1870.

²¹⁴ Ofício de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 09 de agosto de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.35, Doc. 359. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ BULL, 2014, op.cit., p. 167.

Figura 05 – Recorte do mapa da Colônia Blumenau de 1874.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo: Colonização, Pasta 2.47, Doc. 479. Em amarelo está indicado a sede da colônia, em vermelho é a região do ribeirão do Teste, que mostrasse bastante desenvolvida, enquanto que em verde está a localização da linha colonial do ribeirão da Itoupava.

Mas não eram apenas as estradas da Itoupava que estavam nesta situação. O relatório da Comissão de Inquérito, que em maio visitou a Colônia Blumenau, foi apresentado em 9 de março de 1871 ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e apontava como era precário o estado das vias de comunicação existentes na colônia. O redator do relatório, engenheiro Galvão, salientava que “as estradas desta colônia em geral apresentam um todo variável e irregular; a proporção que se afastam da sede para o interior, tornam-se cada vez mais estreitas, e de construção menos sólida”, além disto nenhuma via

era “macadamizada, todas conservam o leito natural ou primitivo do solo.”²¹⁷

A reclamação referente às estradas da Itoupava poderia ser interpretada apenas como uma repentina perturbação social se fosse lida isolada do contexto em que ocorria. Porém a retenção de custos do governo nos leva a compreender que se havia estradas precárias isto também pode ser indicativo de poucas obras públicas em andamento, seja na abertura de caminhos ou na manutenção dos mesmos. O que poderia levar muitos trabalhadores a condições de vida mais instáveis. Ilustrando bem esta situação, encontramos uma representação com 156 assinaturas reunidas na Colônia Blumenau, na data de julho de 1870.

Hermann Blumenau em carta de 21 de agosto comentava seus temores ao presidente provincial, especialmente depois da cena que este presenciou, porém relembra a autoridade de outra representação entregue a ele, na qual o diretor colonial havia incluído algumas considerações. Ele afirmava que os colonos de “classe inferior” ameaçavam “revolta aberta” e até mesmo falavam em pedir “intervenção diplomática do Ministro da sua nação se ainda não ficar atendida a representação, que entregaram a V. Ex. na ocasião da sua visita e que devolvi a V. Ex. com minha informação”.²¹⁸

Esta representação chega até nós por uma tradução encontrada entre os ofícios recebidos pelo presidente da província em 1870. A representação era datada de julho, já as informações inseridas por Hermann Blumenau nas margens do mesmo documento datam de 12 de agosto. No total 156 moradores e trabalhadores da colônia assinaram a petição, que foi bem redigida, articulada e dividida por parágrafos numerados. Infelizmente como encontramos apenas a cópia traduzida da petição, as assinaturas não constam no documento, apenas consta a informação do total de assinantes.

Nas primeiras linhas da petição, como em uma breve introdução, manifestavam que aquela não era a primeira vez que expunham seus pedidos e queixas, pois “por repetidas vezes e com toda a instância” foram ouvidos pelo diretor da colônia, a quem chamavam de “autoridade próxima”, inclusive confirmavam que, de fato, foram

²¹⁷ GALVÃO, 1871, op.cit., p.25 e p.31.

²¹⁸ Carta de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 21 de agosto de 1870. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XIX, n.8, p.229-230, Agosto. 1978.

ouvidos, mas apenas isto não bastava. Desta maneira, buscavam expor ao presidente sua situação, e pediam a ele algo mais, que levasse as queixas “também ao conhecimento do Governo Imperial”.²¹⁹ O que demonstra que os autores da petição recorriam às autoridades para além do poder local, pois escreviam à autoridade provincial, mas falavam da necessidade de expor sua situação ao governo imperial ou, como alegava a correspondência de Hermann Blumenau do dia 21 de agosto, diziam que seguiriam pelo caminho diplomático chamando para a conversa o “ministro de sua nação”.

Os parágrafos enumerados apresentavam separadamente as questões que eles estavam descontentes. O primeiro parágrafo relatava a insatisfação dos trabalhadores, em que se apoiavam suas exigências, qual a opinião deles sobre o governo imperial e sobre a conjuntura da imigração da Colônia Blumenau nos últimos dois anos.

1º Em virtude das promessas que se nos fizeram na Alemanha e do Regulamento para as Colônias do Estado, que ali também foi publicado, temos direito a certos adiantamentos e donativos; estes porém, na cerca de dois anos, não nos foram pagos senão parcialmente, em quantias diminutas e com muita irregularidade; e muitos de nós até agora ainda não foram pagos por inteiro sob pretexto de que as quantias que a presidência mandara pagar à direção, não tivessem chegado, nem atualmente chegaram para imediatamente ocorrer a todas as exigências e despesas. Como porém nos é impossível supormos que o Governo tencionasse faltar tão abertamente à fé e às suas promessas solenes, que o Governo mesmo não soubesse calcular quais as quantias relativamente grandes, que em conformidade co'as suas promessas, das disposições do regulamento das colônias e das mais circunstâncias e necessidades devia exigir uma imigração tão numerosa, como a que n'estas dois últimos anos tem afluído para esta Colônia, como enfim não podemos supor, que estas quantias indispensáveis não tenham sido e

²¹⁹ Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

não sejam pagas efetivamente e a tempo, temos de acusar o diretor da colônia d'essas irregularidades e de pedir respeitosamente, que ele seja obrigado a pagar prontamente aos imigrantes o que se lhes prometeu e a que tem direito em virtude do Regulamento.²²⁰

Os 156 trabalhadores iniciavam sua representação fazendo uso do Regulamento para as Colônias do Estado e relembavam também as promessas que lhes foram feitas por agentes do governo brasileiro na Europa, mas, de modo geral, suas queixas recaíam sobre a própria política de imigração e colonização. Há dois anos os compromissos estavam sendo desrespeitados. Conhecedores de seus direitos, indicavam no parágrafo seguinte que era determinado “que a cada pessoa adulta de uma família de imigrantes se dê ao menos 15 dias de trabalho por mês ou 90 dias por semestre”, o que remete ao artigo 33 do Regulamento, mas declaravam que “este direito tem sido recusado a muitos dentre nós”.²²¹

Para eles a inobservância dos direitos que possuíam em virtude do regulamento e das promessas feitas na Alemanha não poderia ser obra do governo imperial, que não faltaria tão abertamente à fé e às suas promessas solenes, a acusação recaía sobre a figura do diretor colonial, a autoridade mais próxima.

Cabe ressaltar que é por meio do primeiro parágrafo enumerado da petição que temos conhecimento do como os imigrantes tomavam contato com o Regulamento para as colônias de 1867. O documento havia sido publicado na Alemanha, e parece que chegou a mão de muitos que se instalaram na Colônia Blumenau. O regulamento possivelmente foi publicado na Europa, da mesma maneira que foi divulgada a Lei Provincial nº49, com o intuito de ser peça de propaganda, isto é, uma forma de demonstrar aos interessados em migrar para o Brasil, que eles estariam assegurados por um conjunto de normas específicas, na tentativa de acentuar garantias e segurança àqueles que escolhessem o Brasil como nova pátria. De fato, o Regulamento para as Colônias do Estado de 1867 parece ser conhecido

²²⁰ Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²²¹ Idem.

pelos habitantes da Colônia Blumenau, pois apenas estando um ano em vigor já era acionado pelos moradores da colônia, que pautados no artigo 38 e 39 do regulamento, concernente ao envio de dinheiro para fora do Brasil, faziam envios de pequenas quantias.²²²

Outro ponto interessante do primeiro artigo da representação é a referência sobre a numerosa imigração que ocorreu para a Colônia Blumenau nos últimos dois anos. No total entraram na colônia 2622 imigrantes entre os anos 1868 e 1870.²²³ A falta de verbas e as irregularidades nos pagamentos ficavam somadas a incapacidade da administração colonial em absorver toda a mão de obra disponível, com a entrada de grande número de imigrantes em um período relativamente curto.

De acordo com o Regulamento de 1867, ficava determinado pelo artigo 32, que os recém chegados que quisessem trabalhar nos serviços públicos poderiam assim fazer nos primeiros seis meses. No entanto, se observarmos a imigração no ano de 1870 notamos que apenas 28 imigrantes vindos diretamente do estrangeiro deram entrada na colônia (além de 41 luso-brasileiros e mais uma família alemã que vieram de outras partes da província). Esta insignificante imigração europeia em 1870 torna difícil acreditar que faltava trabalho público para um grupo tão pequeno de recém chegados. Isto evidencia que o prazo de dar trabalho aos colonos nas obras públicas apenas nos primeiros seis meses após a chegada do imigrante era geralmente estendido.

No jornal *A regeneração*, em uma matéria sobre as vias de comunicação das colônias, encontramos uma referência ao direito dos recém chegados ao tempo de trabalho, que expunha que o tempo previsto de seis meses “se prolongam extraordinariamente em consequência dos muitos consertos e novas obras que se estão sempre fazendo”.²²⁴

²²² Envio da quantia de 50\$000 do colono Frederico Kuhlmann para Johann Dietrich Kuhlmann. Ofícios ao Ministério da Fazenda. Fundo: Ministério da Agricultura. Ofícios para Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 38*. Folha 30. Arquivo Nacional.; Envio da quantia de 80\$000 do colono Rischbietz para Carolina Christiana Zerch. Ofícios ao Ministério da Fazenda. Fundo: Ministério da Agricultura. Ofícios para Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 38*. Folha 126. Arquivo Nacional.

²²³ De acordo com os mapas estatísticos da colônia no ano de 1868 entraram 1735 imigrantes, em 1869 foram 859, e em 1870 apenas 28 estrangeiros.

²²⁴ *A regeneração*. Ano VIII, nº 475. 15 de maio de 1873. p. 2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O jornal indicava que era a necessidade por parte da administração colonial de obras constantes o que fazia com que o tempo nos trabalhos públicos fosse prolongado. No entanto, a condição camponesa dos homens e mulheres que se instalavam na colônia também tornava indispensável um maior tempo nos serviços públicos. Porque mesmo se considerarmos uma família de condição remediada, que ao chegar na colônia logo tenha adquirido uma sorte de terra, essa mesma família precisava dedicar-se a construir uma moradia e dar início a produção da lavoura até conseguir produzir suas primeiras safras. E como Seyferth acertadamente aponta “o tempo necessário para tornar o lote colonial produtivo não era inferior a um ano”²²⁵, o que tornava a economia familiar dependente de outros rendimentos, como as atividades nas obras públicas.

Os 156 assinantes da petição relatavam que “mormente nos dois primeiros anos depois da sua imigração e estabelecimento” o bem estar das famílias dependia de auxílios financeiros do governo, especialmente da oferta de trabalhos à jornal. Porque “acima de tudo o trabalho nas obras públicas era reclamado enquanto meio para suprir as necessidades mais imediatas, enquanto única forma que dispunham para dar conta da existência material quando, ainda, outras possibilidades não tinham sido postas”²²⁶ ou ainda não estavam totalmente concretizadas.

O processo crime em que Franz Schmechel era réu, citado anteriormente neste capítulo, também ajuda a elucidar a questão. A turma de trabalhadores na estrada do ribeirão da Mulde era composta por dez homens, apesar de sabermos somente quem eram cinco deles: Franz Schmechel, Francisco Koehler, Carlos Kohls, Carlos Hafemann, Carlos Beckelberg. Pelo inquérito, sabemos que o réu já residia há 3 anos na Colônia Blumenau, e ao consultarmos a listagem de imigrantes que se estabeleceram na colônia em 1869 encontramos a família Kohls, que deu entrada em Blumenau em janeiro daquele ano, vindos da Prússia.²²⁷ Já os demais não conseguimos localizar o exato tempo de

²²⁵ SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências no tempo da globalização*. São Paulo (SP): Hucitec, 1999. p.291-292.

²²⁶ FRONZA, Francisco. *Das formas de dizer às formas de ser: o fazer-se trabalhador no Vale do Itajaí*. 1991. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 1991. p.64.

²²⁷ Por meio da listagem de imigrantes que se estabeleceram em 1869 na Colônia Blumenau, sabemos que a família Kohls era composta por 5 pessoas, o casal Carlos e sua esposa, e mais três meninos, todos com menos de 10 anos. Além disto, consta que naquele mesmo ano a

residência na colônia, porém, todos já constam na lista nominal dos habitantes da colônia elaborada em 1869, o que permite sugerir que Koehler, Hafemann e Beckelberg possam ter imigrando anteriormente. Tendo isto em vista e sabendo que os trabalhos à jornal por eles prestados se deram antes da festa de natal de 1870, podemos concluir que esses cinco trabalhadores não eram recém chegados recebendo trabalho nos primeiros seis meses de estada na colônia. Mas já residiam em seus lotes nas margens direita e esquerda do ribeirão da Mulde no mínimo desde 1869, e ainda assim a direção colonial, que tinha o considerável poder de decidir quem deveria trabalhar, por quanto tempo e em que condições, lhes empregou como jornaleiros.

Os trabalhos públicos temporários ofertados poderiam fazer a diferença na vida colonial de uma família, ou mesmo, para os indivíduos solteiros. Desta forma, o prolongamento do tempo, que era estipulado em seis meses pelo Regulamento das Colônias do Estado, demonstra uma prática aceita no cotidiano daqueles homens, e que era igualmente admitido pela própria administração da Colônia Blumenau, a quem cabia a distribuição dos serviços. Quando esta prática lhes foi restringida, podemos observar trabalhadores e famílias a reivindicar por um direito costumeiro²²⁸ aceito naquela comunidade.

Os parágrafos seguintes da petição de julho de 1870 nos auxiliam a compreender mais aspectos sobre o trabalho público realizado por jornaleiros, que protestavam sobre o valor do jornal praticado nos últimos tempos, a forma como eram computados os dias de serviços e o método de pagamento. O jornal pago naquele momento era de R\$1\$280, o que julgavam “muito diminuto de maneira que o trabalhador apenas pode poupar alguma cousa”, solicitavam respeitosamente que o diretor fosse autorizado a conceder um aumento, ficando o jornal estipulado em 1\$400 “ao menos para os trabalhos mais custosos e para os distritos mais distantes”.

Com relação ao trabalho em lugares distantes, a petição trazia a seguinte observação “quando tivermos de procurar trabalho nos caminhos em grande distância de nossas moradas, perdemos com as idas e voltas 2, 3 e até 4 dias”, porém os dias em deslocamento não eram

família comprou seu lote de terra no ribeirão da Mulde, onde mantinham roça de milho e aipim. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 339. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²²⁸ Inspirada na obra *Costumes em comum*, de Edward P. Thomspson, que estudou como o costume se manifestou na cultura dos trabalhadores ingleses no século XVIII e parte do XIX, compreendemos que o costume poderia vigorar dentro de uma sociedade com força de lei.

inclusos como dias pagos, então, pediam que o diretor fosse autorizado a abonar estes dias “senão com o jornal inteiro, pelo menos com três quartos do jornal usual”. Além disto, estavam descontentes com a prática empregada pela direção colonial para o pagamento dos serviços.

Por repetidas vezes e de há muito tempo os jornais pelo trabalho, que fizemos, ou por inteiro ou parcialmente nos tem sido pagos não em dinheiro e sim em vales pelo que não raras vezes sofremos prejuízos, porque só negociantes desta colônia aceitam estes vales em pagamento, porém não os negociantes de fora ou mestres de iates, que visitam a colônia, de maneira que não podemos aproveitar estas ocasiões de comprar mais barato certas fazendas; além disso não temos garantia de que estes vales sejam sempre recolhidos e pagos no fim de certo tempo, bem que até agora isso se tenha feito com mais ou menos regularidade. Pedimos pois respeitosamente, que a tempo se ponha à disposição do diretor as quantias necessárias para o pagamento dos jornais, e que ele seja obrigado a fazer sempre em dinheiro estes pagamentos.²²⁹

A solução de emitir vales adotada por Blumenau foi também empregada por outros diretores coloniais.²³⁰ A necessidade de tal emissão provinha da deficiência no repasse das verbas públicas, conforme explicava Luiz Manoel de Albuquerque Galvão no relatório que redigiu sobre as Colônias Blumenau, Itajaí, Príncipe D. Pedro e D. Francisca. Ele apontava que embora os diretores coloniais apresentassem o orçamento trimestral referente as quantias necessárias para a manutenção das colônias, “podem os presidentes [provinciais] reduzir os orçamentos, sem poderem pesar o mal que ocasiona uma redução”, e assim julgam-se os diretores “autorizados até a emitir vales, a fim de preencher os claros dos orçamentos, até que sejam estes

²²⁹ Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²³⁰ Conforme o estudo de Giralda Seyferth sobre a Colônia Brusque (SC), os trabalhos públicos “raramente eram pagos em dinheiro, os colonos recebiam vales para trocar por alimentos nos postos comerciais”. SEYFERTH, 1999, op.cit., p.323.

plenamente satisfeitos”, o que ocasionava um maior déficit orçamentário nas contas públicas.²³¹

Sobre o procedimento da administração da colônia de emitir vales e atestados como forma de crédito aos trabalhadores das obras públicas²³², Hermann Blumenau comentava em correspondência datada de 20 de dezembro de 1869.

Lanço agora mão do expediente, de passar um papel ou crédito aos trabalhadores, que evidencia o que cada um ganhou e que a Direção lhe esta devendo. Mas este expediente já em si pouco conveniente e que dificulta todas as transações, os trabalhos e enfim a administração inteira, tem seus limites em tempo e quantia, e estes não são muito longos. – Esgotado este expediente, serei ao cabo do meu abcedário administrativo, se no entretanto o Ministério não me acudir e mandar dinheiro. É realmente uma situação, para ficar doido e desesperar-se, e ao mesmo tempo, uma vergonha para o Governo ou pelo menos o Ministério da Agricultura, se os colonos em geral não são tão quietos e bons, como realmente são, podiam resultar da parte dos que chegaram no presente ano, e aos que ainda não foram cumpridas as promessas feitas e constantes dos avisos e regulamentos, mui sérios desgostos e complicações.²³³

O recurso de emitir vales, mesmo que “pouco conveniente” na visão de Hermann Blumenau, por representar um acréscimo aos trabalhos burocráticos para a diretoria, era a forma encontrada para driblar as inúmeras queixas e exigências de pagamento, porém a situação não estava contornada, pois como explicavam os trabalhadores,

²³¹ GALVÃO, 1871, op.cit., p.25.

²³² Sobre os vales, Hermann Blumenau afirmava que “assim procedi desde há cerca de 7 meses”. Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. 12 de Agosto de 1870. Folha 96. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²³³ Correspondência de Hermann Blumenau a Ignácio da Cunha Galvão. 20 de dezembro de 1869. Fundo Colonização, Pasta 2.33, Doc.338. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

eles se sentiam prejudicados por esta forma de pagamento, que somente era aceita pelos comerciantes locais, o que os obstava de comprar mais barato e com quem lhes convinha. Convém também notar que havia a dificuldade dos imigrantes “em obter acesso ao dinheiro, mesmo a somas modestas”²³⁴, e o pagamento em vales era mais uma forma de complicar esse acesso.

Ainda com relação à petição de julho de 1870, Hermann Blumenau em suas observações e comentários associava-se a alguns itens reclamados, especialmente quando os trabalhadores pediam que a direção colonial fosse provida de meios para executar diversas obras públicas. Eles pediam desde melhoramentos nos caminhos que ligavam os lotes entre si, que não passavam de “picadas de agrimensores, quase intransitáveis”, mas também solicitavam obras de maior importância, como a ligação da colônia com uma estrada para a serra. Ao mesmo tempo que pediam trabalho, apresentavam suas considerações de quem o devia executá-lo:

Tendo a experiência mostrado em todos os tempos e países, que a construção de caminhos e pontes, quando feita para empreiteiros, nunca pode ser bem fiscalizada, e que os concertos e remendos de semelhantes obras costumam a começar logo depois de concluídas, em grande prejuízo dos cofres públicos e dos vizinhos, pedimos respeitosamente, que se dê ordens à direção para que não mande executar pontes nem as obras mais importantes da estrada da serra por empreiteiros e sim por jornaleiros.²³⁵

Este trecho da petição me leva a inferir que foram especialmente os jornaleiros se dedicaram a escrever tal representação ao presidente da província. Homens que vivenciavam a experiência colonial, não apenas operando como colonos em seus lotes de terra, mas nos meses entre o plantio e a colheita ou em dias alternados também se dedicavam ao trabalho a jornal, complementado a renda familiar. Parte

²³⁴ MACHADO, 1999, op.cit., p. 29.

²³⁵ Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

da estabilidade de muitas famílias - sobretudo as que estavam a um ou dois anos no núcleo colonial, cuja subsistência ainda não era garantida pela produção familiar em seus lotes de terra - podia estar depositada no trabalho das estradas conforme era garantido pelo Regulamento. A administração colonial também tinha consciência disto, pois quando a falta de verbas acarretava em demissões, os primeiros a serem demitidos eram os solteiros. Na petição de julho de 1870 encontramos a evidência de que os solteiros haviam sido demitidos naquele ano, mesmo aqueles que já haviam adquirido lotes de terra. Em sua defesa os assinantes do abaixo assinado afirmavam “estes também tem os seus direitos, nem podem viver do ar”.²³⁶ Hermann Blumenau em suas observações confirmava que era “verídico” terem sido demitidos todos os solteiros, porém argumentava que a eles fica mais fácil “procurar serviço e ganho em outra parte, do que os chefes de famílias”.²³⁷

Ao analisar as medidas tomadas pela administração colonial frente às queixas e tumultos podemos observar a ação e a visão da diretoria colonial de Blumenau. Em alguns momentos, o diretor apresentava críticas a certos indivíduos considerados agitadores, chegando inclusive a processar dois indivíduos que foram responsáveis pela ação dos moradores da Itoupava enquanto o presidente visitava a colônia em agosto de 1870.²³⁸ A tentativa de diretor de desclassificar os indivíduos se dava no sentido de deslegitimar as reivindicações deles e, ao mesmo tempo, manter sua autoridade na colônia. Por outro lado, a realidade precária de muitos trabalhadores não passava despercebida aos olhos da administração. As palavras do diretor, Hermann Blumenau, no relatório do ano de 1870 deixam isto claro, ele apontava que “é verdade, que as intrigas de alguns zizaneiros[*sic*] e ambiciosos tiveram grande parte nestas vexações”, porém “não é menos verdade, que foi só a urgente necessidade, para não dizer miséria de muitos colonos, que os induziu a passos menos considerados e tornou possíveis as indicadas intrigas e cenas tumultuosas”.²³⁹

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Hermann Blumenau mandou citar Augusto Gloeden e seu filho pelo crime de calúnia. Fundo: Colonização, Pasta 2.35, Doc. 359. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²³⁹ Relatório Geral da Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo: Colonização, Pasta 2.38, Doc. 382. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

A família Schmechel, cuja história abre o capítulo, ilustra a precariedade enfrentada pelo núcleo familiar quando sua renda doméstica foi comprometida com a prisão de Franz Schmechel. Antes da prisão, a família ocupava-se no lote colonial na margem direita do ribeirão da Mulde, produzindo para o seu próprio sustento²⁴⁰ e talvez para o pequeno comércio em caso de excedente. Sabemos também que Schmechel trabalhava temporariamente nas obras públicas da colônia, que lhe rendiam algum receita extra, como, por exemplo, os vinte mil réis que recebeu devido a obra que realizou junto com uma turma de trabalhadores nas proximidades de onde morava.

Mas desde o dia 13 de fevereiro de 1871 Schmechel foi conduzido à casa de detenção da Colônia Blumenau, onde devia aguardar o seguimento do seu caso. O carcereiro da casa de detenção, Henrique Friske, registrou em seus apontamentos as despesas com os presos no ano financeiro de 1870-1871, sendo que despendeu com Francisco Schmechel o valor total de 31\$640 durante 36 dias que lá esteve. A conta encerrou-se no dia 21 de março, quando o preso foi conduzido à cadeia pública do Termo e Comarca de Itajaí.²⁴¹

Lá Schmechel ficou aguardando o julgamento, que somente aconteceu no mês de junho de 1871. E embora o júri tenha absolvido o réu da acusação, o juiz de direito Joaquim da S. Ramalho considerou que “as decisões do Júri sobre a parte principal da causa era contrária à evidência resultante dos debates, depoimentos e provados autos”, o que o levou a apelar para o Tribunal da Relação.²⁴²

A última vez que nos deparamos com os Schmechel após a decisão do juiz Ramalho é por meio de um auto de perguntas realizado, em 1872, com Victor Gaertner, sobrinho de Hermann Blumenau e um

²⁴⁰ Conforme consta no depoimento de Francisco Schmechel: “depois de ter tomado café e almoçado, chegou o assassinado a casa dele e [...], preparando-se ele respondente para ir para roça”.

²⁴¹ Correspondência nº12 de Hermann Blumenau e em anexo a relação das contas apresentada pelo carcereiro Henrique Friske, enviada ao presidente da província Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão. 31 de janeiro de 1873. Fundo: Colonização. Encadernação Avulsa Volume 2. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O anexo original das contas apresentadas pelo carcereiro Henrique Friske encontra-se no setor de documentos raros da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁴² Processo crime em que foi réu Francisco Schmechel. Fundo: Judiciário, Caixa 2A, Auto nº 179. 1871. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

dos jurados do processo instaurado contra Schmechel.²⁴³ Por meio deste terceiro, somos informados o que se passava com a família e com o acusado após o julgamento. Devido à apelação do juiz de direito, Schmechel continuaria preso na Comarca de Itajaí aguardando o seguimento de seu caso. No entanto, o preso apresentou ao juiz Ramalho uma petição onde alegou “moléstia e pobreza completa de sua família” e teve como despacho a autorização do juiz permitindo que ele fosse removido para a Colônia Blumenau, ficando sob a guarda do subdelegado da colônia até a resolução final do tribunal da relação. A petição alegando miséria pode ter sido apenas um meio para que Schmechel conseguisse retornar a colônia e lá aguardar o prosseguimento do processo, no entanto, não seria difícil de acreditar que o episódio inesperado no dia 13 de fevereiro de 1871 resultou numa mudança drástica para a família Schmechel levando-os a “pobreza completa”. O pai de família e jornaleiro não mais poderia prover a economia familiar.

Os jornais pagos em dinheiro ou vales aos colonos, ou mesmo quando descontado da dívida colonial, representava um valor a mais no orçamento de muitas famílias, além de um direito concedido a eles pelo Regulamento de 1867. Desta maneira, é possível notar a visão da diretoria da Colônia Blumenau que compreendia como a falta de trabalhos públicos ou do pagamento dos mesmos tornava a vida dos colonos precária, ao mesmo tempo, que provocava tumultos e desordens, com os quais a diretoria tinha que lidar. Não é para menos que no final do ano de 1870, Hermann Blumenau implorava para receber os valores orçados para as despesas de manutenção da colônia, ainda mais depois da enchente de 11 de novembro daquele ano.²⁴⁴ Também nota-se o diretor apelava para outras verbas na tentativa de concretizar mais obras públicas e assim oferecer mais trabalhos temporários aos colonos. Por exemplo, em agosto de 1870, logo após as “tumultuosas” manifestações dos colonos, o diretor Hermann Blumenau solicitava ao presidente da província mais dois contos de réis para reparos necessários na estrada Itajaí-Blumenau, que “se acha em estado quase intransitável na sua parte mais próxima à vila”, porém este valor

²⁴³ Auto de perguntas feito a Victor Gaertner. Fundo: Judiciário, Caixa 4B, Auto nº 215. 1872. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

²⁴⁴ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente da província, Francisco Ferreira Corrêa. 1º de novembro de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc. 362. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

não deveria sair do orçamento trimestral da colônia, que não comportaria tal despesa, e sim solicitava autorização para que corresse por “conta do crédito das obras provinciais ou gerais”.²⁴⁵

Apesar dos protestos, tumultos e petições, que não apenas se restringiram as autoridades locais, mas chegaram ao conhecimento do presidente da província, difícil é constatar o impacto que elas produziram na administração governamental e na política de imigração e colonização. Por exemplo, no relatório do presidente da província de Santa Catarina sobre o ano de 1870, embora conste sobre a escassez de verbas, não encontramos nenhuma referência aos incidentes ocorridos na Colônia Blumenau, apenas foi registrada a visita do presidente da província em agosto a Colônia Blumenau e Itajaí, que “tem tido, e vão tendo, um desenvolvimento regular”.²⁴⁶

Já a administração da Colônia Blumenau, que tinha um enfrentamento mais direto com relação a insatisfação dos colonos, apresentava no relatório daquele ano uma proposta interessante ao presidente da província. A ideia era reformar o Regulamento das Colônias do Estado de 1867. Para Hermann Blumenau, no Brasil “a colonização e o regime das colônias do Estado carecem urgentemente de uma organização mais bem coordenada e em si coerente e o atual regulamento das colônias do Estado de reformas e determinações suplementares”, por isso, sua proposta era modificar cinco artigos do regulamento, dentre eles o artigo 33 que norteava a distribuição do trabalho em obras públicas, cláusula que gerou inúmeras reclamações naquele ano. Sua sugestão era de redigir o artigo 33

[...] de outra forma e no sentido de que os colonos necessitados e que o quiserem, podem ter ganho e serviços, mas que os 90 dias por semestre do regulamento não constitua uma perfeita garantia. Os imigrantes atualmente o entendem assim, o que já provocou sérios conflitos, visto que reclamam como seu direito os referidos 90 dias e

²⁴⁵ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente da província, Francisco Ferreira Corrêa. 26 de agosto de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc. 368. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁴⁶ Relatório apresentado pelo presidente da província de Santa Catarina, Francisco Ferreira Corrêa a Joaquim Bandeira de Gouvêa, no ato de passar-lhe a administração da mesma em 16 de janeiro de 1871. Disponível pelo endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 14 abril. 2014.

clamavam sobre engano, dolo, etc., quando a Diretoria, não tendo recebido do Governo Imperial os competentes e correspondentes fundos, foi na absoluta impossibilidade de lhes conceder e pagar os 90 dias de serviço do regulamento. É sempre melhor, prometer e garantir pouco e logo cumprir e dar mais do que o prometido, do que fazer promessas, que às vezes não podem ser cumpridas, e assim fornecer fáceis armas aos detratores e concorrentes do Brasil na arena da emigração.²⁴⁷

Hermann Blumenau tinha consciência de que o não cumprimento do regulamento acarretava em má propaganda no exterior sobre a política de imigração e colonização do Brasil, sendo este um dos motivos da sugestão de alteração dos pontos mais críticos e conflituosos do Regulamento de 1867: o trabalho nas obras públicas. Mas as alterações propostas por Hermann Blumenau também se devem à luta de homens e mulheres que habitavam Blumenau no século XIX e que nela vivenciavam a experiência colonial, onde buscavam lutar por seus direitos e acabavam colocando em movimento as leis que regiam suas vidas. O costume de prolongar o tempo de serviço nas obras públicas para além dos primeiros seis meses, assim como as sugestões de alterações nos artigos do Regulamento de 1867, revelam que estes sujeitos históricos não apenas deixaram registrado suas queixas e exigências, mas foram formuladores de estratégias para acionar seus direitos, fazendo protesto em plena visita presidencial ou escrevendo abaixo assinados.

Quanto a falta de verbas e as irregularidades administrativas, percebemos que o administrador da colônia, Hermann Blumenau, desde os primeiros anos da administração pública da colônia, apoiava e indicava em seus relatórios a importância do governo empreender gastos indiretos com a administração das colônias, isto é, em sua opinião os valores despendidos em obras públicas era uma melhor aplicação do dinheiro público, ao invés das diárias e adiantamentos concedidos aos colonos, que só faziam aumentar as cifras da dívida colonial. Em 1870 sua opinião com relação aos gastos indiretos com os colonos e a importância das obras públicas não havia se modificado. No entanto,

²⁴⁷ Relatório Geral da Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo Colonização, Pasta 2.38, Doc. 382. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Grifos do autor.

quando petições e ameaças começaram a aparecer no ambiente colonial, a administração condenou cenas e tumultos, o que é bastante plausível tendo em vista que Hermann Blumenau era um diretor assalariado do império, e se tais situações geravam desordens e embaralhavam a tranquilidade pública, sua administração, assim como seu emprego poderiam estar em jogo.

No entanto, esta mesma diretoria demandava por fundos pecuniários e buscava assegurar o direito dos colonos e moradores daquele espaço, porque sem as obras públicas a colônia perdia em infraestrutura. A direção colonial, do mesmo modo, tinha ciência de que a prosperidade dos moradores gerava benefícios ao espaço colonial, logo a precariedade e miséria que muitos colonos enfrentavam por falta de regularidade na disponibilização de trabalhos e pagamentos provocava uma queda nas expectativas, o que possivelmente diminuía até as chances dos imigrantes já instalados na colônia chamarem para lá parentes e amigos que ainda estavam na Europa.

Longe de apenas buscar ler as relações conflituosas entre colonos e diretoria do núcleo colonial, é preciso ressaltar que, ao mesmo tempo, em que as queixas incidiram sobre a administração – ou ainda foram personificadas na figura do diretor Hermann Blumenau – era para esta mesma direção que os colonos recorriam para seus acertos de contas. Como é o caso da turma de trabalhadores em que estavam Koehler, Schmechel e os demais jornaleiros do ribeirão da Mulde. Oito trabalhadores daquela turma se dirigiram ao escritório da administração colonial para resolver o impasse que se dava em função da falta dos mil réis no pagamento dos jornais. Coube a direção da colônia, responsável pela distribuição dos trabalhos públicos, ser autoridade para a qual recorriam quando era necessário resolver algum litígio. O desfecho escolhido pelos próprios sujeitos históricos foi reunirem-se no escritório da direção da colônia para repartiram o dinheiro em paz. Tal estratégia de resolução era compreendida por todos como uma decisão incontestável.

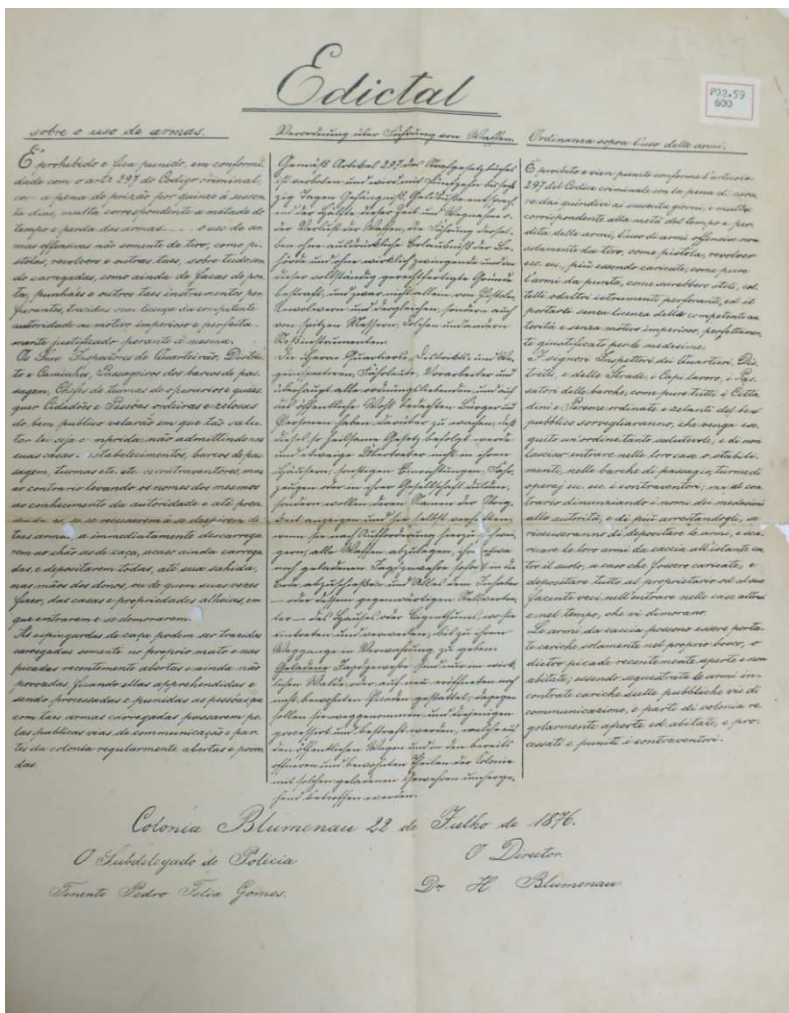
De acordo com as fontes concluímos este capítulo compreendendo o grupo de colonos e trabalhadores à jornal da Colônia Blumenau como personagens que compartilhavam maneiras coletivas de lidar com determinadas situações, que os afetavam de alguma forma. Seja acionando seus direitos, confrontando autoridades ou recorrendo a elas, ou ainda, adotando estratégias para reivindicar melhores condições de vida, são estas “formas de conceber e articular experiências coletivas

em práticas e instituições específicas”²⁴⁸ que refletem a cultura compartilhada pelos trabalhadores da Colônia Blumenau. A experiência colonial comum destes sujeitos históricos – que se moldava por vínculos de residência, vizinhança e trabalho – pode ser entendida como o elemento que dá forma e conteúdo aos valores partilhados por eles. Entretanto, o compartilhamento que se dava entre certos grupos de colonos e que gerava consenso deve ser visto com cautela, pois em nenhum momento entendo a sociedade colonial de Blumenau como totalmente coesa, uniforme e homogênea.²⁴⁹

²⁴⁸ AZEVEDO, Elciene [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas, SP: UNICAMP, 2009. p. 12.

²⁴⁹ Considero as observações críticas de Suzanne Desan sobre a o conceito de consenso comunitário de E.P. Thompson válidas, pois ela alerta que em certos momentos o autor exagera na coesão da massa, um cuidado que como historiadora devo ter para com a comunidade colonial de Blumenau. DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn.(org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Figura 06 – Edital trilingue sobre o uso de armas na Colônia Blumenau. 22 de julho de 1876.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo: Colonização, Pasta 2.59, Doc. 600.

4 CAPÍTULO III – O FIM DA ESTRADA: OS ÚLTIMOS PERCALÇOS DA COLÔNIA BLUMENAU (1875-1880)

4.1 CHUMBO E PÓLVORA NO CHEFE DA TURMA

Na margem direita do rio do Testo ficava a casa do ferreiro Carlos Ziesemer. No domingo, no dia seis de fevereiro de 1876, próximo ao horário do meio dia ele ocupava-se em ferrar cavalos quando viu aproximarem-se pela estrada alguns homens discutindo. O professor particular Otto Kowalsky, de 41 anos, que também morava na localidade, relatou que ouviu vozes ao longe e, por isto, subiu até o sótão da casa da escola com a finalidade de entender o que acontecia na estrada. Ambos afirmaram que viram caminhando a pé o chefe da turma de operários, Henrique Riegel, acompanhado por mais alguns homens e, montado a cavalo, Henrique Krüger, que lançava “continuamente epítetos injuriosos contra o Riegel, presente, e outros empregados da Diretoria, ausentes, chamando-os de ladrões e o Riegel um ladrão católico”.²⁵⁰

No dia seguinte Riegel tomou a decisão de ir até o escritório da direção colonial a fim de dar queixa de Henrique Krüger referente aos acontecimentos do dia anterior. O escritório da direção da Colônia Blumenau adotava como expediente, nos últimos anos de funcionamento, as manhãs de terças e sextas-feiras, especificamente no horário das 8:00 as 11:00 horas, para tratar de adiantamentos e subsídios creditados aos colonos pelo governo, já as manhãs de segundas-feiras e sábados eram reservadas para atendimento geral.²⁵¹ Foi possivelmente naquela manhã da segunda-feira, do dia sete, que Riegel se apresentou no escritório.

Riegel contou ao diretor colonial que, no domingo, mais ou menos no horário do meio dia, ele se achava prestes “a largar o serviço na estrada nas margens do Warnow”, onde chefiava uma turma de operários, quando apareceu Henrique Krüger a cavalo. Ao se

²⁵⁰ O relato que segue foi baseado no processo criminal em que foi réu Henrique Krüger. Fundo: Judiciário, Caixa 4A, Auto nº 293. 1876. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

²⁵¹ Conforme o horário de atendimento que consta no Edital para Aquisição de Terra na Colônia Blumenau – nos idiomas italiano e alemão. 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 565. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Ver tradução na *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo VI, n. 6, p. 116-117, Junho. 1963.

encontrarem na estrada Krüger veio lhe pedir satisfação a respeito de jornais que julgava com direito, pois “há tempo” ele havia executado obras públicas sob “ordens da Diretoria” e inspeção de Riegel. Em resposta, o chefe da turma lhe disse que “nada lhe prometera e que por isto nada lhe devia”.

Difícilmente era esta a resposta que Krüger aguardava ouvir, o que resultou na exaltação de ambos. Krüger acabou “chamando de ladrões não só o chefe de turma, Henrique Riegel, como também ao Vice Diretor da colônia Hermann Wendeburg e Krohberger empregado na mesma Diretoria”. Suas palavras, segundo o depoimento do ofendido, foram “tão ladrão é Vossa Mercê como o é Wendeburg e Krohberger”, e ainda Riegel acrescentava em seu depoimento que não apenas ele tinha sido injuriado por Krüger como ameaçado com “chumbo e pólvora”.

Dois dos operários da turma que trabalhavam na estrada do Warnow e que estavam acompanhando Riegel a pé na estrada, Luiz Kremer, de 18 anos, e Fernando Schuhmacher, de 39 anos de idade, confirmaram em seus depoimentos os insultos dirigidos por Krüger a Riegel. Mas a situação parecia ter se encerrado quando Krüger continuou seu caminho a cavalo pela estrada, enquanto os trabalhadores e Riegel seguiram a pé em direção ao “rancho comum”, onde eram feitas as refeições das turmas de operários.

mesma aparência daquela da minha mãe”. No entanto, o interessante da narrativa de Kleine são alguns detalhes sobre a ocupação de cozinheiro, quem ocupava essa função ficava dispensado da construção do rancho, pois havia outras atribuições a cumprir como “buscar lenha e água, acender o fogo e colocar a chaleira com água, pois primeiro era preciso preparar o café”, em seguida o cozinheiro dava início no preparo das refeições, que basicamente envolviam feijão, farinha, carne-seca e caças.²⁵³

Não é possível encontrar referências sobre o cozinheiro responsável pela alimentação dos homens da turma de Riegel. Mas era competência de Riegel, por ser o chefe da turma de operários, determinar qual dos seus trabalhadores ocuparia o cargo de cozinheiro, além disso, cabia ao chefe de turma, segundo as instruções dadas pela diretoria da colônia, ficar atento para que o escolhido não esbanjasse o alimento disponível, que conservasse a limpeza do local que servia de cozinha e, principalmente, que a comida estivesse pronta na hora certa.²⁵⁴

A turma de Riegel provavelmente almoçava em horário programado, pois o chefe da turma afirma que “partindo o réu” pela estrada, ele “mandaria para o rancho a sua gente”. Parecia que a rotina de trabalho voltava ao normal, logo todos seguiriam de volta ao serviço nas estrada. Quando os operários descansavam, cerca de “hora e meia mais ou menos depois da rixa” entre Krüger e Riegel, três homens da turma de operários sentiram uma “ardência repentina” pelo corpo, eles foram atingidos e ficaram ligeiramente feridos por chumbo miúdo. Os feridos foram o chefe da turma e mais dois operários, Fernando Schuhmacher e Nicolau Brikheimer, e nas suas opiniões aquilo era obra de Krüger.

A queixa de Riegel rendeu a acusação de ofensas físicas e ameaças contra Henrique Krüger. A autuação, que tem como apelante o próprio diretor da colônia, Hermann Blumenau, foi encaminhada para o subdelegado de polícia da colônia, na época, o capitão Herculano José de Sá Almeida Lobão, ao qual o diretor acrescentou mais algumas informações referentes ao acusado e até mesmo uma sugestão de punição que julgava conveniente.

²⁵³ Ibid., p. 184-185.

²⁵⁴ Instrução para os chefes de turmas de operários nas obras públicas. 1875. Fundo: Colonização. Pasta 2.50, Doc. 501. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Hermann Blumenau informava que a reputação de Henrique Krüger não era das melhores, era considerado um sujeito rixoso, que vivia em constantes querelas com seus vizinhos. Como indicativo Blumenau comenta dois desentendimentos anteriores entre o acusado e funcionários da diretoria da colônia. O primeiro caso foi há cerca de um mês, quando Krüger retirou-se do escritório da direção colonial dizendo que “não possuía papel e tinta, mas tinha em casa pólvora e chumbo suficientes para saldar contas”, e tal situação poderia ser comprovada tendo em vista que havia testemunhas que poderiam prestar depoimento sobre o incidente. E ainda em outro momento, há cerca de três meses, Krüger lançou novamente ameaças e insultos a outro empregado da diretoria responsável por fiscalizar obras públicas pela colônia.

Três depoimentos foram colhidos em relação aos casos de rixas anteriores que envolviam a figura de Krüger. Em depoimento Reinaldo Freygang, de 63 anos de idade e que atuava no cargo de segundo feitor da diretoria da colônia, esclareceu que “há cousa de mês e meio apareceu o réu na repartição da Diretoria” para tratar “a respeito de contas”.

Na época quem havia assumido interinamente a direção da colônia era Hermann Wendeburg, visto que Hermann Blumenau dirigiu-se a Corte no Rio de Janeiro no final do ano de 1875, e embora tivesse a pretensão de retornar a colônia antes do Natal, somente regressou no dia 12 de janeiro de 1876.²⁵⁵ Desta forma, Krüger encontrou Wendeburg como responsável do escritório colonial, e o diretor interino pediu que o suplicante formalizasse seu pedido e “apresentasse a sua pretensão por escrito”, ao qual o réu respondeu, segundo Freygang, “careço de papel, tinta e pena, tenho porém fartura de pólvora e chumbo com que liquidarei minhas contas com vocês”.

Henrique Augusto Wreder, de 36 anos de idade, traz mais detalhes em seu depoimento sobre o mesmo evento. Naquele dia ele estava “ocupado na Repartição da Diretoria”, quando ali chegou Krüger exigindo a Hermann Wendeburg que lhe pagasse os “salários que total ou parcialmente foram requisitados pelas competentes autoridades em favor de Henrique Frohner, como Fiscal da Comarca Municipal do

²⁵⁵ Blumenau viajou para o Rio de Janeiro no final do ano de 1875. No dia 11 de dezembro daquele ano escreveu um telegrama no Rio de Janeiro para o diretor interino, Wendeburg, onde dizia-lhe “devo abandonar a esperança de me achar ali [na colônia] na festa do natal”. Hermann Blumenau retornou a colônia no dia 12 de janeiro de 1876, por volta das dez horas da manhã. Fundo: Colonização, Pasta 2.54 e Pasta 2.61, Doc. 545 e Doc. 617. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Itajaí”. O depoimento de Wreder não apresenta maiores detalhes sobre a solicitação de Krüger, e com relação ao restante do ocorrido – a resposta do diretor interino e a réplica de Krüger – o depoimento de Wreder é semelhante ao que Freygang já descreveu.

Até aqui os dois casos que Krüger se envolveu tem em comum a solicitação de dinheiro à funcionários da colônia. Porém em nenhum momento nestes dois casos, que ocorreram em fevereiro e o outro possivelmente entre o final de dezembro de 1875 e início do ano de 1876, Henrique Krüger parece estar trabalhando nos serviços de obras públicas disponibilizados pela diretoria. Cabe salientar que no primeiro caso, a rixa com Riegel, ele pediu que lhe fosse pago pelo seu trabalho prestado “há tempos”, o que indica que ele não estava trabalhando mais para Riegel no momento. Já no segundo caso, ele solicita pagamento em nome de um terceiro, igualmente não há indicativos que estava prestando serviços em obras públicas. Suas tentativas de receber algum dinheiro podem indicar que naqueles últimos meses Krüger não vinha conseguindo nenhum trabalho temporário das obras públicas pela colônia.

O terceiro caso que envolvia a figura de Krüger auxilia a compreender por que motivos ele estava afastado da prestação de serviços temporários na Colônia Blumenau. A última testemunha ouvida no processo foi Henrique Krohberger, que estava com 39 anos de idade e era empregado da direção colonial como mestre de obras. Ele relatou que há cerca de três meses no distrito do Warnow, onde a família Krüger residia, ele e o acusado se desentenderam. Exatamente naquela mesma localidade Krohberger, “no exercício de seu emprego” de mestre de obras, foi “examinar e inspecionar os serviços das diversas turmas e operários”, quando notou que o réu “cujas terras ficam adjacentes a estrada, tinha feito um tapamento de tábuas em um caminho que serve de comunicação entre as estradas de além e aquém do Warnow”, e como tal obstrução no caminho era ilegal, ele solicitou que Krüger desmanchasse a obra, o que ele se negou a fazer. Então, Krohberger declarou que desta forma Krüger “não obteria mais serviços pela Diretoria”. A resposta de Krüger ao que Krohberger lhe dizia foi rápida, ele levantou a pá que segurava e a arremessou contra o mestre de obras, o qual teve que puxar o revólver para conter e fazer recuar o “agressor”, pois, segundo o depoimento de Krohberger, esta não era a primeira vez que ameaças lhe eram feitas da parte do réu.

As informações prestadas por Krohberger levam a conclusão de que ambos já se conheciam anteriormente devido outras obras públicas, onde Krüger trabalhava como operário e Krohberger como

mestre de obras. Este caso que ocorreu há cerca de três meses antes do incidente de Krüger com Riegel, conforme depoimento de Krohberger, se releva como a contenda mais antiga de Krüger com funcionários da diretoria da colônia. E aparentemente a determinação do mestre de obras de que Krüger “não obteria mais serviços” na colônia após o ocorrido foi levada a sério.

Na conclusão do documento assinado por Hermann Blumenau em 7 de fevereiro de 1876 e enviado ao subdelegado de polícia, o diretor deixava claro que não era possível deixar o acusado sair impune, sua sugestão como punição a Krüger era de “removê-lo e expeli-lo da colônia, em conformidade com o Regulamento das Colônias”. De fato, o Regulamento para as Colônias do Estado, de 19 de janeiro de 1867, determinava conforme o artigo 37 que “o colono, que, por sua ociosidade e maus costumes, for pela junta reconhecido incorrigível, deixará de pertencer ao regime colonial e será excluído do respectivo distrito pelo Presidente da Província [...]”.²⁵⁶ A sugestão de expulsão de Krüger da colônia podia se pautar nas rixas constantes dos últimos tempos, um indicativo de maus costumes, por outro lado, no quesito ociosidade muitas dúvidas entram em questão.

Henrique Krüger era morador e proprietário de um lote rural da colônia desde, pelo menos, 1868²⁵⁷, possivelmente ocupava-se como outros colonos até então, trabalhando em seu lote de terra e esporadicamente nas obras públicas existentes. O processo em que ele é réu, datado de 1876, informa-nos que Krüger até pouco tempo antes de ser indiciado ocupava-se nas obras públicas, o que indica que mesmo após oito anos residindo na colônia ele ainda fazia parte das frente de trabalho, o que reforça a informação apurada no capítulo anterior que os trabalhos públicos eram executados pelos colonos muito além dos prazos iniciais de instalação, conforme estava previsto na legislação. Possivelmente foi após a briga entre ele e Krohberger que ele não pôde

²⁵⁶ BRASIL, *Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>

²⁵⁷ Henrique Krüger comprou o lote nº 130 no distrito do rio do Testo, margem direita em 1868, conforme consta na Lista de Moradores da Linha Colonial do rio do Testo. 1861-1880. Fundo: Colonização, Pasta 2.14, Doc. 149. A listagem de moradores da colônia de 1869 informa que ele ainda residia ali, juntamente com sua esposa e mais quatro filhos do casal, todos menores de 10 anos de idade e todos evangélicos, ver em: Listagem de moradores da Colônia Blumenau. 1869. Já durante o processo, Krüger e sua família constam como moradores do ribeirão do Warnow.

mais contar com a renda extra do serviço nas estradas, mas dificilmente Krüger era considerado como um ocioso, pois a ociosidade estava relacionada especialmente com o trabalho de lavoura em seu próprio lote de terra.²⁵⁸

O que se percebe pelo documento assinado por Blumenau e também nos depoimentos registrados no processo é que a punição de despachar Krüger para fora da colônia caía lhe sobre os ombros devido a sua reputação. Quando as testemunhas foram questionadas se conheciam o réu e também sobre seu convívio na colônia, a resposta foi semelhante nos inquéritos. Reinaldo Freygang afirmou que é “cousa conhecida por todos que o réu é o homem turbulento e rixoso, que com nenhum de seus vizinhos vive em paz”. Já Henrique Riegel declarou que o réu é “homem intratável, rixoso e turbulento. De cujo caráter numerosas vezes dera provas”. Outro questionamento aos depoentes era com relação as ameaças proferidas pelo réu contra os empregados da diretoria da colônia. Sobre isto Fernando Schuhmacher afirmou que ficou sabendo da história por *vox populi*, e Riegel respondeu que “ambas estas ocorrências são assunto da conversa pública da colônia”. Por fim, o professor Otto Kowalsky disse que não sabia das ofensas praticadas pelo réu contra outros empregados da diretoria, porém conhecia a reputação de Krüger devido outra ocasião, em que maltratou uma enteada dele, quando esta moça estava lhe servindo como criada, tendo em vista que “levou na ocasião a brutalidade do ponto tal de rasgar a orelha da dita moça com um soco que lhe aplicara de maneira que o brinco, por falta de apoio, caía ao chão”. Os boatos da reputação de Krüger que corriam pela colônia contribuía para que o artigo 37 do Regulamento fosse posto em prática.

Uma rápida e desatenta leitura do processo contra Krüger poderia levar a considerações precipitadas de que o caso se tratava apenas da história de um indivíduo rixoso, encenqueiro, que tinha convívio difícil com os que estavam ao seu redor. No entanto, não são estes detalhes que fazem este caso relevante. Indivíduos como Krüger fazem parte de qualquer composição social. O processo aparentemente irrelevante instaurado contra Henrique Krüger ajuda a equilibrar uma balança muito mal contrabalançada na história da Colônia Blumenau, onde a maioria dos documentos referente ao recorte temporal desta

²⁵⁸ Ver artigo 36. BRASIL, *Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>

pesquisa foram produzidos por poucos indivíduos, por aqueles que ocupavam cargos administrativos importantes na colônia ou muitas vezes são relatos e memórias de pessoas que com o tempo tornaram-se componentes da elite da sociedade blumenauense. Logo existe uma equação em desequilíbrio, pois pobres, colonos e muitas vezes analfabetos não produziram documentos em quantidade consideravelmente equivalente. É papel do historiador equilibrar esta equação desproporcional e neste sentido cabe não apenas descrever a história das rixas de Krüger, mas, na medida do possível, buscar compreender suas ações e suas relações com as pessoas de seu convívio, como Henrique Riegel e Henrique Krohberger.

4.2 MESTRE, CHEFES E OPERÁRIOS

No processo citado no início do capítulo também encontra-se a sucinta defesa de Henrique Krüger sobre as acusações que lhe caíam. No dia nove de fevereiro de 1876 Krüger declarava sobre a contenda com o chefe da turma de operários, “que não fora ele e sim talvez algum caçador que caminhando pelo mato atirasse sobre e errasse algum caça”, embora em nenhum momento ele negasse os desentendimentos entre ele e Riegel, o acusado buscava chamar atenção para as “recíprocas” injúrias trocadas entre ambos, pois ao chamar Riegel de “ladrão católico”, ele obteve como resposta “ladrão herético”.²⁵⁹ Quanto ao segundo ponto de acusação, isto é, as ameaças feitas contra Hermann Wendeburg, ele confessou ter pronunciado tais palavras, com restrição da palavra “pólvora”, mas não deu nenhum detalhe sobre sua solicitação ao vice diretor. E por fim, quanto a agressão realizada contra o mestre de obras Krohberger, ele afirmou que “não agrediu ninguém e que apenas repelia as injustas exigências daquele empregado, o qual sem motivo puxara o revólver e o ameaçara”. Perguntado sobre sua índole e caráter, Krüger respondeu que “vive ele em perfeita paz com todos, bem que às vezes castiga os malévolos e atrevidos.” E mais não disse.

Encerrada a defesa de Henrique Krüger também foram encerradas as chances de encontrar documentos e fontes históricas que permitam dar voz a ele. Estas foram as últimas palavras do réu que se tem acesso. O processo foi encaminhado para o Juiz Municipal de Itajaí, que pretendia dar continuidade ao caso no dia 25 de abril de 1876, data programada para acontecer uma nova tomada de depoimento das

²⁵⁹ O que indica que o campo religioso também suscitada conflitos entre os colonos.

testemunhas e do réu. No entanto, o oficial de justiça Alberto Schadrack, responsável pela intimação, registrou que apenas conseguiu cumprir o mandado e intimar, no dia 18 de abril, as testemunhas Luiz Kremer, Carlos Ziesemer, Otto Kowalsky e Carlos Giese. A testemunha Fernando Schuhmacher não foi comunicada porque ele estava trabalhando “no mato da Serra de Curitibaanos” e o réu igualmente estava ausente da colônia, achando-se ele na “Cidade de Santos, Província de Sto Paulo”.

A ausência de Henrique Krüger resulta na incontinuidade do processo, talvez sua ausência era estratégica para a interrupção do processo judicial ou sua saída da colônia era uma necessidade de sobrevivência, indo em busca de uma nova vida em outro lugar. Desta forma, as únicas palavras de Krüger registradas em sua defesa não revelam o que se passava na Colônia Blumenau no período e que pode ter influenciado sua decisão de se retirar do núcleo colonial. Assim, cabe se valer da frase de Marc Bloch “onde calcular é impossível, impõe-se sugerir”²⁶⁰, pois não é possível encontrar a exatidão nas ações de Krüger posteriores ao incidente de fevereiro de 1876, e neste sentido torna-se aplicável sugerir caminhos e contextos que nos aproximem do que se passava na colônia e que igualmente podem levar a entender os motivos do réu de se retirar para a província paulista.

Fazendo uso do recurso de “variação da distância focal”²⁶¹ é válido retirar o zoom da lente utilizada para observar o caso de Henrique Krüger e a partir disto seguir outras trilhas que levam a compreender uma realidade dinâmica associada às obras públicas na Colônia Blumenau, e que também lançam luz nas ações do acusado.

Quando recém chegados davam entrada na Colônia Blumenau, sua acolhida era repleta de novidades: o contato com a língua portuguesa, o alojamento nos primeiros tempos na casa de recepção de imigrantes, os subsídios do governo pagos nos dias estipulados pela diretoria da colônia, as normas coloniais, a legislação brasileira e os costumes locais são algumas das novidades com que se deparavam os novos moradores de Blumenau. Para instruí-los, a diretoria realizava publicações de editais que davam informações sobre as formas de regimento e de convivência da Colônia Blumenau.

²⁶⁰ BLOCH, 2001, op. cit., p.55.

²⁶¹ REVEL, Jacques. Prefácio. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.35.

Contudo a partir de 1876 se percebe uma mudança evidente neste tipo de publicação realizada pela direção da colônia, passou-se a publicar editais não apenas em português e alemão, mas também na língua italiana, conforme pode-se notar na figura 04 na abertura do capítulo, que tratava especificamente sobre algumas restrições quanto ao uso de armas no perímetro colonial.²⁶²

A entrada de grande número de imigrantes italianos a partir de 1875 ocorreu em todo o território brasileiro devido ao contrato celebrado entre Joaquim Caetano Pinto Junior e o governo imperial. Pelo Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, as partes acordavam sobre as condições para a introdução de 100 mil imigrantes, no decorrer de 10 anos, os quais deveriam ser “agricultores, sadios, laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de família. Desses imigrantes 20 por cento poderão pertencer a outras profissões”.²⁶³ O empresário recebia “subvenções” do Estado conforme o número de imigrantes destinados ao Brasil. Já aos imigrantes recebiam as garantias previstas no Regulamento para as Colônias do Estado.

A emigração transoceânica italiana que ocorreu entre a unificação da Itália e o fim do século XIX tinha a predominância de emigrantes rurais setentrionais e vênéticos, e em geral voltava-se para à colonização agrícola da América do Sul.²⁶⁴ Não é por acaso que no último lustro da Colônia Blumenau houve uma mudança significativa nos quadros populacionais, conforme a tabela 2 demonstra, devido a chegada de muitos destes imigrantes do sul da Europa.

²⁶² Edital sobre o uso de armas. 22 de julho de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.59, Doc. 600. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁶³ BRASIL, *Decreto 5.663 de 17 de junho de 1874*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1874. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59763&norma=75627> Acesso em 19 set. 2014.

²⁶⁴ FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Tradução Edilene Toledo, Luigi Biondi. Campinas: Unicamp, 2006. p.82-83

Tabela 2 – Entrada imigrantes vindos do estrangeiro. Colônia Blumenau 1875-1880.

Ano	Entrada imigrantes vindos do estrangeiro	Nascimentos	População total da colônia
1875	1.147	-	9.039
1876	1.078	460	10.701
1877	368	475	11.532
1878	893	729	13.000
1879	330	525	13.976
1880	418	-	14.981

Fonte: Mapas estatísticos e relatórios da Blumenau dos anos de 1876 (até o mês de novembro), 1877, 1878, 1879 (até o mês de novembro) e 1881. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Falas dos presidentes de província dos anos de 1876 e 1880, disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 08 dez. 2014. Cabe a observação que a população colonial era calculada não apenas com a entrada de imigrantes vindos do estrangeiro, mas com imigrantes vindos de outras partes da província e do Brasil, com a entrada de famílias brasileiras, com a retirada de pessoas da colônia para outras partes, assim como pelos nascimentos e óbitos.

A grande maioria dos imigrantes vindos de países estrangeiros para a Colônia Blumenau era de língua italiana. O ano de 1875 serve de exemplo, das 1147 pessoas que deram entrada em Blumenau, cerca de 25 foram classificados como italianos, 782 austríacos (sendo que o Tirol era na época uma província austríaca), 306 alemães e os demais 34 se dividiam entre brasileiros, suíços, franceses, etc.²⁶⁵ No ano seguinte dos 1078 imigrantes cerca de 500 eram “austríacos de língua italiana”, 267

²⁶⁵ Tais dados podem ser encontrados na fala do Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina em 1º de março de 1876. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1876. p.83. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://brazil.crl.edu> Acesso em 02 dez. 2014.

eram italianos e 276 alemães.²⁶⁶ Infelizmente não é possível detalhar a entrada de imigrantes e suas nacionalidades em todos os anos de existência da colônia ora devido a falta de alguns dados/fontes ora pelas próprias dificuldades de levantamento das estatísticas enfrentadas pela direção colonial, o que resultou em números aproximativos em alguns relatórios da colônia, como é o caso do total da população da colônia em 1878, onde consta no relatório somente a informação que “a população é de certa ou até além de 13.000 almas”.²⁶⁷

Para que esses novos imigrantes fossem integrados a população colonial outros editais foram publicados, na língua alemã e italiana, naquele mesmo ano de 1876. Um tratava sobre como proceder nos alojamentos disponibilizados para os recém chegados²⁶⁸ e outro trazia informações e instruções para a compra do primeiro lote de terra na Colônia Blumenau.²⁶⁹

O edital relativo à aquisição de terra informava aos chefes de família, desde que “com mais de 20 anos” empenhados em estabelecer-se em um lote adquirido do governo, que eles receberiam adiantamentos de acordo com sua composição familiar. Sendo que para cada membro da família com mais de 10 anos de idade era concedida a quantia de 72\$000, e a metade disto era a quantia estipulada para cada filho menor de idade. Já os auxílios que vinham em socorro aos homens solteiros eram consideravelmente reduzidos, recebiam somente o “necessário para a sua manutenção durante 10 dias”, além do fornecimento das ferramentas básicas, isto é, “enxada e pá”, para a participação em serviços de construção de estradas, conforme determinavam os Artigos 32, 33 e 34 do Regulamento para as Colônias do Estado. Porém não somente aos solteiros competia a ocupação nos serviços públicos, o edital indicava que todas as “pessoas válidas” da família deveriam procurar “ganhar dinheiro, nas épocas em que não tenham serviços nos seus próprios lotes, ou na Direção da Colônia ou trabalhando para outros

²⁶⁶ Relatório anual da colônia Blumenau de 1876 (até meados de novembro). 15 de janeiro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.62, Doc. 262. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁶⁷ Relatório anual da colônia Blumenau de 1878. 31 de janeiro de 1879. Fundo: Colonização, Pasta 2.74, Doc. 746. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁶⁸ Edital e instrução afixadas nas Casas de Hospedagem da Colônia Blumenau. 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 564. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁶⁹ Edital para aquisição de terra – nos idiomas italiano e alemão. 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 565. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Tradução na *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo VI, n. 6, p. 116-117, Junho. 1963.

proprietários, sendo-lhes concedida a oportunidade pela primeira [vez] através [d]a admissão nas obras públicas, especialmente na construção de estradas”.²⁷⁰

Porém, o problema para Hermann Blumenau, nos primeiros meses de 1876, estava sendo reunir “número tão considerável e de boa qualidade e aptidão” de trabalhadores

[...] com os indispensáveis requisitos e poder fomentar estes serviços com a desejável e muito desejada rapidez, se os novos imigrados tirolezes e italianos não se apresentarem em número maior e se acomodarem melhor, do que até hoje e pelas 9/10 partes, ao trabalho ativo e assíduo. A grande maioria infelizmente mostra poucas disposições para isto e, além disso, seu serviço é o mais insatisfatório e lento possível, não chegando freqüentemente a metade daquilo que poderia e deveria ser, o que também não deixa de exercer estragadora influência sobre muitos operários alemães.²⁷¹

A fala de Blumenau indicava a entrada de imigrantes italianos na Colônia Blumenau, processo que igualmente vinha ocorrendo em todo o império. No entanto, a visão do diretor era que os recém chegados, tirolezes e italianos, não estavam se acomodando devidamente e, ainda mais, não se apresentavam, em número maior, na busca de trabalho e quando o faziam trabalhavam de forma lenta e insatisfatória. De fato, das obras que estavam ocorrendo em fevereiro de 1876, apenas em uma delas, na ponte do Paddaratz, o diretor da Colônia Blumenau informou que foram “ocupados os pedreiros italianos e tirolezes existentes, que se prestam ao trabalho”.²⁷² Já nas demais obras públicas ele não faz nenhuma referência ao emprego da mão de obra do grupo recém chegado.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁷² Idem.

Mas o que é válido destacar nas informações dadas por Hermann Blumenau sobre a inserção dos recém chegados nos trabalhos em obras públicas da colônia é que os novos imigrados não se apresentavam em número maior, ou seja, sua fala indica que cabia ao imigrante recém chegado a iniciativa de procurar um posto de trabalho nas obras públicas. Era preciso que os interessados se apresentassem a direção colonial informando sua vontade de se ocupar nos serviços organizados pela direção da colônia, e a partir daí, poderiam ser possivelmente convocados ao trabalho. Mas seria realmente desta maneira que se empregavam trabalhadores temporários nas obras públicas? E aqueles que já residiam na colônia há mais tempo, como era o processo de seleção para ocupar uma vaga nas turmas de operários?

Giralda Seyferth sugeri dois critérios mais comuns utilizados pela diretoria da colônia para selecionar os “colonos-jornaleiros”, primeiro “dava-se trabalho aos homens adultos casados recém-chegados, amontoados com suas famílias nos ranchos da administração à espera dos seus lotes” já os demais colonos “já considerados assentados [...] a escolha dos que deveriam trabalhar deve ter sido aleatória, obedecendo apenas ao critério de privilegiar chefes de família”.²⁷³

Na busca de ir além e demonstrar como eram mais complexas as escolhas dos homens empregados nas obras públicas, cabe se voltar a documentação da Colônia Blumenau em análise. Ainda que pareça difícil encontrar uma resposta exata para as questões formuladas, podemos a princípio buscar respondê-las compreendendo melhor o papel de duas figuras de extrema importância no processo de contratação e seleção de trabalhadores ocupados temporariamente nas obras públicas, eram eles: o mestre de obras da colônia e os chefes de turma de operários.

Na década de 1870 o mestre de obras da Colônia Blumenau era Henrique Krohberger, apesar de que em alguns momentos - na documentação pesquisada – as referências a ele são como arquiteto.²⁷⁴

Krohberger nasceu no dia 18 de novembro de 1836 na cidade de Bayreuth, Baviera, chegando em Blumenau, com 21 anos de idade, em 1858, acompanhado de sua irmã Cristiana.²⁷⁵

²⁷³ SEYFERTH, 1999, op.cit., p.292.

²⁷⁴ DEEKE, 1995, op.cit., p.208. Deeke comenta que “Heinrich” Krohberger foi cartógrafo e agrimensor, porém tal nomeação somente veio ocorrer após 1882, ano de sua aprovação no exame de agrimensor, que prestou no Rio de Janeiro, antes disto atuou como arquiteto e construtor na Colônia Blumenau.

Várias construções da colônia indicam o grande envolvimento de Krohberger nas obras públicas locais, sendo ele até hoje reconhecido na cidade pela construção ao estilo gótico da antiga igreja São Paulo Apóstolo no centro de Blumenau construída em 1875, e desmanchada na década de 1950.²⁷⁶

As melhorias na Colônia Blumenau durante o ano de 1876 envolviam o emprego de muitos operários nas obras públicas localizadas dentro do perímetro colonial sob a fiscalização do mestre de obras Henrique Krohberger. Inclusive Hermann Blumenau, em correspondência ao presidente da província em 1876, comentava das ocupações de Krohberger, que estava “sobrecarregado com a confecção de plantas e orçamentos de quaisquer construção; de obras de caminhos e estradas e fiscalização de sua execução; com a dita turma de operários e seus chefes; tomada e prestação de contas, etc”.²⁷⁷ Naquele ano Krohberger acompanhou e fiscalizou pequenas obras e reparos no hospital da colônia, a construção dos muros em torno da igreja católica e dos muros da casa de oração evangélica, a construção de cemitérios, havia também a ocupação de muitos homens para erguer uma ampla casa para abrigar o escritório da direção colonial, e outros precisavam ser fiscalizados durante a reconstrução das pontes localizadas no ribeirão Garcia e no Paddaratz. Além dessas obras, Hermann Blumenau registrou que seriam empregados cerca de 200 a 230 operários para melhorar o caminho entre o ribeirão do Warnow e o Salto Pilão.²⁷⁸ O número elevado de homens que seriam encaminhados para a região do Warnow e além, demonstra a importância daquela área que servia de caminho para a serra catarinense. Neste mesmo local a turma de operários sob o comando de Riegel vinha trabalhando no início do ano de 1876, conforme consta no processo crime citado nas primeiras páginas do capítulo.

Como o mestre de obras da Colônia Blumenau precisava lidar com a execução simultânea de diferentes obras e em regiões, muitas

²⁷⁵ CENTENÁRIO DE BLUMENAU: 1850 – 2 de setembro de 1950. Blumenau: Comissão de festejos. 1950. p.417.

²⁷⁶ Figuras do passado: Henrique Krohberger. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 1, p. 11, Novembro. 1957.

²⁷⁷ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁷⁸ Idem.

vezes, distantes umas das outras, era necessário repassar a outros indivíduos as responsabilidades de obras fora do limite territorial da colônia. É o caso de uma das mais importantes obras do ano de 1876, a ligação da colônia com a serra catarinense, a estrada de Curitibaanos.²⁷⁹ Cabe destacar que estava confiada à diretoria da Colônia Blumenau a abertura da estrada até onde hoje é a cidade de Taió.²⁸⁰ Cerca de 60 homens, divididos em duas turmas de operários seguiram em direção a serra sob o comando do engenheiro Emil Odebrecht.²⁸¹

A estrada de Curitibaanos era uma obra de maior amplitude – tanto em termos de distância como de importância – afinal era uma obra de importância estratégica, que promoveria uma ligação com o planalto catarinense. Uma obra bem diferente das outras que até então foram coordenadas pela administração colonial de Blumenau, com exceção da ligação da sede da colônia com o caminho para Itajaí, ainda assim sua extensão [Blumenau - Barra do Rio] era menor e os benefícios dessa estrada eram voltados para uma pequena parte da população da província de Santa Catarina.

Odebrecht já estava há bastante tempo na Colônia Blumenau, residia ali desde 1861. Ele nasceu em 29 de março de 1835, na Prússia, e no ano de 1856 deixou à casa dos pais e veio instalar-se na colônia particular Blumenau. Veio acompanhado de mais dois colegas, que tinham como plano abrir um negócio em conjunto na colônia. Os três vieram juntamente com o grupo de imigrantes em que estava a família Kleine. Porém a situação não foi tão promissora quanto o esperado, e Emil acabou retornando para Prússia, afim de completar seus estudos. Lá cursou algumas disciplinas que lhe renderam o título de engenheiro pela Universidade de Greifswald. Como engenheiro formado retornou definitivamente a Blumenau em 1861, naquela ocasião foi logo empregado pela direção colonial. Entre suas atividades cabia-lhe inicialmente a medição e discriminação dos lotes de terra, assim como explorar áreas próximas à colônia. Deste modo, não era a primeira vez,

²⁷⁹ Quanto aos valores spendidos com as obras na estrada para Curitibaanos naquele ano ver o Relatório anual da Colônia Blumenau de 1876. 15 de janeiro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.62 , Doc. 625. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁸⁰ FERRAZ, Paulo Malta. Pequena história da colonização de Blumenau – 1850-1883. Parte IV. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XVII, n. 6, Jun. 1976, p. 234.

²⁸¹ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

em 1876, que os trabalhos do engenheiro se voltavam para a serra catarinense, em maio de 1864, por exemplo, ele saiu em expedição rumo a Serra Geral com o propósito de estudar o melhor caminho para o planalto.²⁸²

Outros engenheiros foram encarregados pelo governo provincial de realizar serviços em áreas próximas ou extremantes com a colônia, por exemplo, durante os anos de 1868 e 1869 uma comissão de engenheiros coordenada por Martinho Pinto Braga ficou responsável por medir terras devolutas entre as Colônias Blumenau e Itajaí.²⁸³ Ou ainda em 1872 a diretoria da Colônia Blumenau foi exonerada do serviço de medição e demarcação de terras no núcleo colonial, atividade que vinha, até então, sendo executada pelo engenheiro Odebrecht, mas a partir daquele ano uma comissão de engenheiros seria empregada na tarefa.²⁸⁴

Nota-se que engenheiros e arquitetos eram chamados a comandar obras e comissões em Blumenau. Porém o conserto de um ponte, a limpeza de uma estrada, o escoamento de águas paradas em caminhos, a abertura de picadas aconteciam o tempo todo na colônia, e no comando deste tipo de obras públicas havia um responsável no local, que não tinha necessariamente uma formação específica para a função que desempenhava, não era formado em universidades estrangeiras, ainda assim, ele coordenava os trabalhos de turmas de operários que chegavam a ter 50 a 60 homens. A função do chefe da turma de operários era essencial para o andamento das múltiplas obras pela colônia. Muitos homens atuaram na função de chefe, embora já de antemão cabe dizer que a pesquisa não conseguiu listar e tomar conhecimento de todos eles.

Sabemos a respeito do chefe da turma nas obras da estrada do ribeirão do Warnow devido ao processo de Krüger. O chefe da turma era Henrique Riegel e na época estava com 30 anos de idade. No auto de perguntas do processo, Riegel informou ser natural da Alemanha, filho de Jorge Riegel, de religião católica e que sua profissão era a de chefe de turma na colônia, embora não descarto também a possibilidade de Riegel ser agricultor em seu próprio lote de terra. Não lhe foi

²⁸² CASTRO, Moacir Werneck de. *Missão na selva*: Emil Odebrecht (1835-1912). Rio de Janeiro: AC&M, 1994. p. 24-54.

²⁸³ Ver mapa estatístico da Colônia Blumenau de 1868 e 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.33 e Pasta 2.35, Doc. 332 e Doc. 351. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁸⁴ Relatório geral da Colônia Blumenau de 1872. *Revista Blumenau em cadernos*. Blumenau, Tomo XXXVI, n.11/12, novembro/dezembro. 1995.

perguntado qual o seu tempo de residência na colônia, portanto, não foi possível determinar a data de sua chegada, apesar de várias consultas no Arquivo Histórico de Blumenau para obter maiores informações sobre ele. Ainda assim, é acertado indicar que, pelo menos, desde 1865 Henrique Riegel já residia em Blumenau, pois ele foi um dos 75 homens que deixaram a colônia naquele ano para servir na Guerra do Paraguai como voluntários da pátria.²⁸⁵

O pouco que se sabe sobre Riegel, o fato dele ser morador da Colônia Blumenau há mais de dez anos e ter participado como voluntário na guerra, podem indicar quais características eram esperadas daqueles que seriam encarregados de comandar turmas de operários nas obras públicas da colônia. O tempo de residência e a reputação do indivíduo construída ao longo dos anos poderiam ajudar a conseguir a colocação de chefe da turma.

No entanto, quando a população de fala italiana começou a se fixar na colônia, era necessário ter como chefes de turmas pessoas que igualmente falassem italiano. Assim, as contratações podem não ter levado em conta o tempo de residência na Colônia Blumenau, mas outros fatores, como, por exemplo, experiências anteriores em obras na Europa.

Tomamos conhecimento do caso de Pedro Zechini, que ocupava o cargo de chefe de uma turma de operários, em 1876, na Colônia Blumenau, pois naquele ano muitos indivíduos que recentemente haviam se instalado na colônia começaram a se retirar do núcleo colonial, e Zechini foi um deles.

No final do mês de fevereiro de 1876 Hermann Blumenau escrevia ao presidente da província, Bandeira de Mello, avisando que “diferentes imigrantes austríacos-italianos ou italianos, entrados nos últimos seis meses” retiraram-se da colônia e “segundo todas as aparências, ainda outros hão de seguir este exemplo, sobretudo quando cessão os subsídios”.²⁸⁶ Tais subsídios eram concedidos aos recém

²⁸⁵ Ver Lista dos Voluntários da Pátria da Colônia Blumenau, o 8º voluntário é de Henrique Riegel (19 anos). 14 de setembro de 1865. Setor de documentos raros. Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina. Quanto ao grupo de voluntários José Deeke comenta que foram “incorporados em Blumenau 67 soldados e 8 oficiais, dos quais a primeira divisão seguiu para Desterro no dia 5 de setembro de 1865, enquanto o restante partiu no dia 23 de outubro”. DEEKE, 1995, op.cit., p.64.

²⁸⁶ Ofício nº 17 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 572. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

chegados durante os primeiros seis meses de residência no núcleo colonial, porém esses meses, segundo o diretor da colônia, eram de constantes desentendimentos entre a direção colonial e os recém chegados.

Hermann Blumenau chegou a sondar o presidente da província “se dando-se uma emergência grave, e mandando eu um respectivo telegrama a V. Ex. poderei realmente contar com que sem demora venha um vapor com uma força armada?”. Apesar de cogitar o auxílio de uma força armada de 20 soldados, ele manifestava consciência sobre as conseqüências de tal requisição, que “há de causar má impressão na Europa e no Brasil”.²⁸⁷

As queixas e indagações de Blumenau receberam como resposta do presidente da província Bandeira Mello – que escreveu confidencialmente a Hermann Blumenau em 11 de março de 1876 – a orientação de que ele deveria utilizar toda sua experiência dos longos anos em que vinha administrando a colônia para manter a ordem, e que “só em último caso” poderia apelar para força armada.²⁸⁸

Para lidar com a situação Hermann Blumenau buscava formas de contornar a situação devido as muitas solicitações e exigências dos recém imigrados, de fala italiana, para serem encaminhados para fora da colônia.²⁸⁹ Blumenau deixava claro aos indivíduos que, a partir da saída da colônia, eles não poderiam contar com nenhum tipo de auxílio, transporte ou novos subsídios por parte das autoridades brasileiras, muito menos dele. Ainda assim muitos retiraram-se da colônia seja de maneira clandestina seja com autorização do diretor colonial. Esta última opção fazia com que os se retiravam levassem consigo um tipo de “certificado” expedido pela diretoria. Tal documento era a forma

²⁸⁷ Postscriptum reservado que acompanha o ofício n.17 de 25 de fevereiro de 1876 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 571. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁸⁸ Correspondência confidencial de João Capistrano Bandeira de Mello Filho para Hermann Blumenau. Desterro 11 de março de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 577. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁸⁹ Hermann Blumenau escreveu “diferentes imigrantes tirolezes me exigiram e ainda continuam exigir, serem expedidos para fora da colônia e a Corte ou Capital, bem como da opinião que neles se parece ter enraizada, de que é capricho ou má vontade minha e que mesmo e eu tenho interesse pecuniário e pessoal, recusando lhes o dinheiro, necessário para ulteriores passeios ou o transporte gratuito [...]”. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 568. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

encontrada por Hermann Blumenau para atestar que tais indivíduos não tinham cometido nenhum crime, em suas palavras “quem não pode ou quer apresentar tal certificado, ou é criminoso ou é vagabundo incorrigível”.²⁹⁰

Entre a documentação pesquisada foi possível encontrar apenas um certificado expedido pelo diretor colonial, que estava no nome de Sebastião Baudini, que se retirou da colônia em 21 de fevereiro de 1876. Seu certificado informava o seguinte:

Tendo o imigrante tirolês, Sebastião Baudini, serrador de madeira como alega, com sua mulher persistido em retirar-se desta colônia, bem que por esta Diretoria foi advertido de que, retirando-se da mesma, em que, querendo e trabalhando bem, poderia prosperar como tantos outros seus patrícios, desde já cessão todos e quaisquer favores, quaisquer subsídios para alimentação e sustento tanto em esta como em qualquer outra colônia do Estado, qualquer ulterior transporte gratuito por terra e mar e a hospedagem gratuita nas respectivas casas de tanto por parte desta Diretoria como das Agencias Oficiais de Colonização, das Presidências da Província e enfim do Governo Imperial, não podendo e devendo ele, portanto d’ora em diante, contar senão com os seus próprios únicos recursos, ficou lhe passado o presente como atestado, de quem neste lugar não cometeu crime ou delito grave. – Entrado em esta colônia no dia 20 de Novembro próximo passado, recebeu auxílios e adiantamentos à reembolsos na importância de cento e doze mil réis Rs.112\$000 – tendo além disso ganhado, de salário por trabalho prestado a esta Diretoria, a quantia de Rs.42\$250.²⁹¹

²⁹⁰ Postscriptum reservado que acompanha o ofício n.17 de 25 de fevereiro de 1876 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 571. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁹¹ Certificado de Sebastião Baudini. 21 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 569. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Baudini chegou na colônia no dia 20 de novembro de 1875, vivendo ali por pouco mais de três meses, chegando inclusive a trabalhar nas obras públicas da colônia, pois constava como seus salários a quantia de Rs.42\$250. O certificado informava que era decisão do colono deixar a colônia, embora advertido pelo diretor para permanecer pois trabalhando com afinco haveria de prosperar. O tirolês, que “não cometeu crime ou delito grave”, retirou de Blumenau em 1876 juntamente com outros 86 imigrantes que se retiraram da colônia durante naquele mesmo ano.²⁹²

Nos dias próximos a partida de Baudini, evadiu-se também Pedro Zechini. Ele retirou-se clandestinamente da Colônia Blumenau no final do mês de fevereiro de 1876, não levando consigo passaporte nem certificado. Segundo relata Hermann Blumenau, Pedro Zechini era carpinteiro, falava italiano, mas dominava um pouco o alemão e o francês e alegava “ter funcionado como apontador ou subempreiteiro em diferentes caminhos de ferro da Europa”, assim a experiência anterior de Zechini em outras obras acabou lhe rendendo o emprego de “chefe de turma e apontador de operários”. O problema é que a direção colonial descobriu que o sujeito “cometeu não pequena porção de ladroeiros e subtração de dinheiros públicos e particulares”.²⁹³ Blumenau calculava que Pedro Zechini embolsou do dinheiro público a quantia de pouco mais de 58 mil réis e para impedir novamente tais ocorrências o diretor modificou o “modo dos pagamentos e recibos” utilizado nas contas das obras públicas.²⁹⁴

O fato de Zechini ter subtraído o dinheiro das obras públicas, possivelmente dinheiro que estava destinado ao pagamento dos jornais dos homens sob sua supervisão, releva que os chefes de turma muitas vezes realizavam os pagamentos dos salários aos operários. Essa mesma hipótese já foi levantada no segundo capítulo, quando observou-se que Francisco Koehler distribuiu o pagamento aos trabalhadores do ribeirão da Mulde. Embora não conste nenhuma referência sobre a

²⁹² Relatório anual da colônia 1876 (até novembro). Fundo: Colonização, Pasta 2.62, Doc. 625. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁹³ Ofício nº 17 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 572. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁹⁴ Ofício nº 20 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 29 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 575. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

responsabilidade dos chefes de efetuar pagamentos no edital de instruções²⁹⁵ para os chefes de turmas de operários nas obras públicas publicado pela Colônia Blumenau em 1875, a documentação cada vez mais demonstra que esta era uma tarefa comum atribuída aos chefes de turma.

Esse mesmo documento de instrução aos chefes de turma indicava a obrigação de cada chefe de registrar diariamente em livro os dias de trabalho e um exato relato das atividades diárias realizadas pela turma, “este livro deve ser apresentado cada fim de mês a direção, [e] deve constar também no livro quais as pontes, canais e esgotos receberam consertos”.²⁹⁶ Neste sentido fica evidente que se exigia dos chefes de turma, ao menos, alguma alfabetização a ponto que eles pudessem cumprir certas obrigações, como o registro de atividades executadas, o controle das diárias dos jornaleiros e possivelmente o preenchimento de recibos e comprovantes de pagamentos.

Assim, em nenhum momento descarto a competência de organização e de regência das obras públicas por parte da diretoria da colônia (subordinada aos autoridades provinciais), mas cabe salientar a importância dos chefes de turma neste esquema organizacional.

Quando uma obra pública era autorizada e seu orçamento aceito, a diretoria colonial determinava o número de jornaleiros temporários que seriam empregados e o chefe da turma responsável, conforme pode se constatar nas instruções para os chefes de turma: “o número de trabalhadores que cada chefe tem sob seus cuidados e supervisão é determinado pela própria direção e ele de maneira nenhuma pode ultrapassar este número”.²⁹⁷ Assim era a diretoria que determinava o *número* total de trabalhadores para uma obra, mas aparentemente não era ela que definia quais trabalhadores seriam escolhidos para as frentes de trabalho.

Deduzo que a seleção dos trabalhadores ficava a cargo do chefe da turma de operários, que por meio dos documentos e registros dos trabalhos em execução avisavam a direção da colônia de quem estava empregado, a que salário e por quanto tempo. A diretoria mantinha sua função de supervisionar as obras e os pagamentos das

²⁹⁵ Instrução para os chefes de turmas de operários nas obras públicas. 1875. Fundo: Colonização. Pasta 2.50, Doc. 501. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

mesmas, sendo o mestre de obras possivelmente uma pessoa atuante nestas atribuições, mas definitivamente outras funções eram delegadas, como a seleção dos trabalhadores. Um exemplo deste esquema é que para um trabalhador trocar de turma era preciso que seu antigo chefe de turma lhe entregasse um bilhete que informava o nome do sujeito e que este estava liberado para ser alocado em uma outra turma de operários. Porém tal bilhete somente teria validade após ser assinado pela diretoria da colônia.²⁹⁸

É possível deduzir também pela documentação em análise que a seleção dos trabalhadores realizada pelos chefes de turma tinha como principal característica a contratação de trabalhadores que residiam, geralmente, próximos ao local das obras a serem realizadas. Tomamos como exemplo o processo de Henrique Krüger, pelo qual sabemos que o chefe de turma Riegel comandava uma turma de operários na região do ribeirão do Warnow. O próprio Riegel, assim como os operários Luiz Kremer e Carlos Giese eram moradores da linha colonial rio do Testo²⁹⁹ - área próxima da estrada do Warnow, onde estavam sendo executadas as obras.

Chefes e trabalhadores das obras públicas eram escolhidos para prestar serviço nas proximidades de suas áreas de residência e, assim, não apenas vínculos de trabalho, mas de convivência e vizinhança os aproximavam e davam consistência as relações tecidas entre eles. Sem contar que havia o benefício dos operários conhecerem bem a região onde executariam as obras, por serem residentes locais.

A convivência diária entre vizinhos dava forma a teia de relacionamentos da população de cada distrito e linha colonial, no entanto, as vivências na condição de trabalhadores, ainda que temporários, não podem ser descartadas. Significativamente na ocasião em Henrique Krüger se desentendeu com Henrique Krohberger, o mestre de obras foi enfático lhe dizendo que daquela forma Krüger “não obteria mais serviços pela Diretoria”. Krüger ao se desentender com o chefe de turma com quem já havia trabalhado anteriormente, ouviu de

²⁹⁸ Ver os artigos 6 e 7 das instruções para os chefes de turmas de operários nas obras públicas. 1875. Fundo: Colonização. Pasta 2.50, Doc. 501. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²⁹⁹ Ver Lista de Moradores da Linha Colonial do rio do Testo. 1861-1880; e Listagem de moradores da Colônia Blumenau. 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.14, Doc. 149 e Pasta 2.34, Doc. 341. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Constam como moradores da linha colonial rio do Testo: Henrique Riegel, Carlos Giese e Luiz Kremer que na época estava com 18 anos o que leva a acreditar que o mesmo morava com o pai – Henrique Kremer, que era morador da margem direta do rio do Testo.

Riegel que “nada lhe prometera” e “nada lhe devia”. Riegel na condição de chefe de turma de operários poderia selecionar Krüger em alguma frente de trabalho que ele coordenava, no entanto, a cada desentendimento de Krüger com os funcionários da direção da colônia ele minava sua reputação como trabalhador temporário, o que dificilmente lhe renderia uma vaga nas obras públicas, especialmente quando na colônia havia uma grande entrada de imigrantes recém chegados, aos quais ficava garantido – pelo Regulamento para as Colônias do Estado e também pelos editais da colônia – receber algum posto de trabalho temporário nas obras públicas da colônia.

Não é de estranhar que Henrique Krüger tenha se ausentado da Colônia Blumenau após ser processado. Antes a renda familiar dos Krüger podia sempre contar com alguns mil réis a mais devido ao trabalho dele no serviço das obras públicas da colônia. Com os últimos incidentes e o impedimento de Krüger de se apresentar como trabalhador temporário, é possível que Krüger, sua esposa e mais os quatro filhos do casal tenham sentido as conseqüências na vida e economia domestica da família. O que nos leva a entender os dois primeiros itens da acusação de Krüger no processo, foram dois entendimentos que tiveram em comum: a tentativa de receber algum dinheiro extra. Acredito que foi como alternativa de vida e sobrevivência que Krüger em abril de 1876 deixou a colônia e seguiu para a província de São Paulo, levando com ele suas ambições e expectativas, sua experiência de colono e trabalhador temporário e sua reputação.

4.3 ENTRE OBRAS E MANOBRAS

No início de 1876 estavam empregados nas obras públicas pela colônia e nas obras na serra catarinense pelo menos 300 homens.³⁰⁰ Para cobrir todas as despesas a diretoria da Colônia Blumenau no mês de março daquele ano solicitou o orçamento mensal de Rs.36:101\$560, porém a Tesouraria da fazenda apenas recebeu ordens para pagar a quantia de Rs.24:217\$660. A diferença de valores, que passava dos dez contos de réis, deixou o diretor em “profunda consternação”, pois todos os serviços que estavam em andamento na colônia já haviam sido

³⁰⁰ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

plenamente autorizados e não era mais possível “tornar não feito o que já se fez”.³⁰¹ Inclusive Hermann Blumenau argumentava que as obras em execução na colônia seguiam as instruções das autoridades provinciais que consideravam como principais meses para conceder trabalhos públicos os períodos entre março a julho e outubro a dezembro, pois de acordo com as instruções dadas pelo governo provincial estes eram os melhores meses para que os colonos se ausentassem de seus lotes sem prejuízo em suas lavouras.³⁰²

Momentos semelhantes de falta de verbas foram vivenciados anteriormente pela diretoria da colônia. Uma das alternativas – empregada em 1870, conforme demonstra a dissertação de Vanessa N. Bull – foi manipular certos recursos coletados dentro da Colônia Blumenau – como a receita das terras vendidas ou ainda os pagamentos das dívidas dos colonos – que deveriam ser repassados ao governo provincial, mas que acabaram permanecendo na colônia. Hermann Blumenau solicitava autorização para não enviar o dinheiro à capital da província e investi-lo no pagamento de alguma melhoria ou manutenção necessária no espaço colonial.³⁰³ Em outros casos a diretoria realizou a emissão de créditos na forma de vales para os colonos, como também abateu o valor dos serviços prestados pelos colonos das suas dívidas coloniais, conforme se acompanhou no capítulo 2. Já em 1876 a estratégia adotada seria diferente.

Durante a realização do nivelamento e do traçado da estrada de Curitiba cerca de 60 moradores da Colônia Blumenau foram escolhidos para prestar seus serviços no caminho da serra catarinense. Porém devido as incertezas com relação aos recursos financeiros, Hermann Blumenau escrevia diversas cartas ao presidente da província, Bandeira Mello, devido a necessidade de receber os recursos solicitados³⁰⁴. Em umas das correspondências ele tratava sobre a conveniência de não interromper os trabalhos na estrada da serra, pois ele conseguiu

³⁰¹ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 15 de março de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 580. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Grifo do autor.

³⁰² Idem.

³⁰³ BULL, 2014, op.cit., p.144.

³⁰⁴ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. Fundo: Colonização, Pasta 2.57 e Pasta 2.58, Doc. 580, 583, 586 e 588. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

[...] enfim, e depois de bastantes tropeços e dificuldades, sofrivelmente organizar o transporte, de resto bem dispendioso, dos víveres para aquele sertão e qualquer interrupção no esmo, até somente por algumas semanas, havia de ressuscitar as mesmas dificuldades, além disso devendo-se cessar temporariamente com o trabalho, os operários escolhidos e reunidos com não pouca pena, para este serviço especial e nele já sofrivelmente adestrados deveriam voltar para suas casas, e tendo-se dispersado, em seguida de novo ser escolhidos, reunidos e mandados para o sertão em questão; enfim, a estação progride e não sendo com toda a energia ativado e adiantado nos próximos meses até junho [...], todo o serviço ficará não somente muito dificultado, mas ainda resultará daí e das demais causas acima enumeradas mui sensível prejuízo pecuniário.³⁰⁵

A fala de Blumenau expõe não apenas o acerto com os trabalhadores, mas o contrato efetuado provavelmente com comerciantes que ficaram responsáveis pelo transporte de alimentos para onde estavam localizadas as turmas de operários na serra. A interrupção dos serviços só levaria a perda de tempo e dinheiro. Desta forma, enquanto mais verbas não eram liberadas, apesar dos diversos pedidos realizados pelo diretor colonial, ele solicita autorização ao Ministério da Agricultura para fazer um ajuste com todos os que estavam aguardando pagamento, tanto trabalhadores como fornecedores.

Hermann Blumenau propõe aos credores da colônia que os pagamentos em atraso sejam quitados apenas no segundo semestre de 1876, assim os valores despendidos passariam a contar para o novo ano financeiro, que se iniciava em julho. Com relação as obras da estrada da serra o diretor comenta que conseguiu “a adesão dos fornecedores e contratador do transporte dos víveres e dos respectivos operários” para que o acerto de contas fosse realizado nos meses de julho e agosto. Igualmente solicitava autorização para proceder da mesma forma com

³⁰⁵ Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 24 de março de 1876. Fundo: Colonização, , Doc. 583. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

“a continuação das obras da Matriz e Casa de Oração e da Diretoria, ficando também esta despesa paga e levada em conta no novo exercício”.³⁰⁶ Era uma maneira pela qual seria possível dar continuidade as maiores obras em execução sob comando da diretoria da Colônia Blumenau.

Como a recomendação por parte das autoridades provinciais de Santa Catarina era conter despesas³⁰⁷, Hermann Blumenau busca manter o ritmo constantes de obras dando como garantia aos trabalhadores e demais credores pagamentos no futuro.

No entanto, o ano de 1877 nenhuma das manobras anteriores da direção da colonial com relação as verbas (ou a falta delas) surtiram efeito, a meta do governo imperial era uma redução extrema nos gastos aliada a uma nova forma de pagamento.

Até então os valores orçamentários mensais que eram aprovados pelas autoridades provinciais com destino a Colônia Blumenau seguiam pelas mãos de procuradores de Hermann Blumenau até chegarem a colônia. Um dos procuradores, inclusive já citado no capítulo anterior, era Fernando Hackradt, o antigo sócio de Blumenau durante sua empreitada particular. A partir de 15 de fevereiro de 1877 a administração colonial foi vetada de realizar qualquer tipo de pagamento³⁰⁸, desta maneira os valores solicitados não mais seguiriam pelas mãos de procuradores e diretores coloniais.

Em virtude da ordem do Tesouro Nacional de 30 de janeiro de 1877, uma Comissão Pagadora viria mensalmente até as colônias Blumenau, Itajaí e Príncipe Dom Pedro. A comissão era composta por dois funcionários da Tesouraria da fazenda da província, sendo um na qualidade de pagador e outro na de escrivão.³⁰⁹ Eles eram responsáveis por trazer as quantias necessárias e já anteriormente informadas que

³⁰⁶ Correspondência de Hermann Blumenau ao Ministro da Agricultura. 14 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.58, Doc. 589. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³⁰⁷ Blumenau informa que recebeu o aviso do governo provincial no dia 31 de março o qual “me recomenda a máxima economia e cautela na execução dos serviços desta Diretoria, afim de que até o fim do corrente exercício”. Correspondência de Hermann Blumenau a João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 15 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.59, Doc. 591. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³⁰⁸ Relatório anual da colônia 1877. 31 de dezembro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.67, Doc. 678. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³⁰⁹ Fala do presidente da província José Bento de Araujo. Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina. 6 de março de 1877. Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1877. p. 24.

cobririam as despesas com os pagamentos dos mais diversos no núcleo colonial. Cabia a comissão pagar diretamente aos funcionários da direção e aos muitos homens empregados nas obras públicas, além de pagar os subsídios e auxílios que competiam aos imigrantes recém chegados.

Conforme a Tabela 3, foi a partir do mês de fevereiro de 1877 que a Comissão Pagadora passou a freqüentar a Colônia Blumenau, naquele mês a despesa paga foi pouco mais de 22 contos de réis. No entanto, até o dia 15 de fevereiro os pagamentos foram realizados da antiga forma. Cabe salientar que a diretoria da Colônia Blumenau teve como despesa a quantia total de 42:934\$070, valor referente ao mês de janeiro e meados de fevereiro. Portanto, se somarmos os valores pagos pela diretoria com os pagos pela Comissão Pagadora, teremos como despesa, para os dois primeiros meses do ano na Colônia Blumenau, o total de 65:305\$275, o que gera uma média de gasto mensal de pouco mais de 32 contos de réis.

Logo, ao observar os demais valores indicados ao longo do ano de 1877 na Tabela 3, nota-se que a mudança na forma de pagamento vinha claramente reduzir os valores injetados pelo governo na colônia. Com a instauração da Comissão Pagadora não haveria mais liberdade de manobras financeiras da diretoria da colônia com relação as despesas.

Tabela 3 – Pagamentos realizados pela Comissão Pagadora – de fevereiro a dezembro de 1877 – na Colônia Blumenau

Mês	Despesa
Fevereiro	22:371\$205
Março	28:201\$095
Abril	29:834\$560
Maiο	24:952\$650
Junho	23:550\$580
Julho	25:725\$570
Agosto	11:587\$860
Setembro	17:211\$250
Outubro	17:097\$790
Novembro	18:282\$530

Dezembro	18:450\$270
Total	237:265\$360

Fonte: Pagamentos efetuados na Colônia Blumenau durante o ano civil de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.62, Doc. 621. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Na tarde de segunda-feira do dia cinco de março de 1877 a Comissão Pagadora chegou a Blumenau, onde permaneceu durante dez dias. No mês seguinte, sua chegada se deu no dia 12, mas não se tem a data de partida da comissão, por outro lado, sabemos que no dia 17 de abril a comissão se encaminhou para a região do Warnow, área de constantes obras públicas, para realizar um grande número de pagamentos por lá.³¹⁰ Estes dois meses, conforme Tabela 3, apresentam os maiores valores despendidos de pagamentos realizados pela comissão no ano de 1877. Por outro lado, é a partir do segundo semestre que a contenção nos gastos acentua-se.

É plausível apontar que a modificação na forma de pagamento dos operários das obras públicas gerou desentendimentos e queixas. Antes eles recebiam os jornais possivelmente por meio do chefe da turma de operários, e caso alguma irregularidade viesse a ocorrer o escritório da diretoria da colônia estaria de portas abertas para solucionar problemas (conforme pode-se observar no capítulo 2). Agora uma comissão se dirigia até a colônia com data marcada e aqueles que não estavam com a documentação perfeitamente em dia para comprovar seus trabalhos ficavam sem ver a cor do dinheiro.

O edital lançado pela diretoria da Colônia Blumenau em junho de 1877 parecia ter o intuito de esclarecer como se dava o pagamento pela Comissão Pagadora. Inicialmente o edital explicava que os pagamentos somente seriam efetuados corretamente se no final de cada mês em curso, ou no máximo até o dia cinco do mês seguinte, fossem apresentadas todas as contas cuja cobrança se deseja fazer, o que garantia tempo a diretoria para a “devida inscrição nas relações e para serem conferidas, antes da sua apresentação ao respectivo pagador, por ocasião da sua presença nesta Colônia, mensalmente”. Caso os pedidos

³¹⁰ Diário do ano de 1877 da Colônia Blumenau. 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 669. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

de recebimento do mês fossem entregues a diretoria em data posterior a estipulada, as contas “serão entregues ao pagador somente no mês seguinte”, mas o edital advertia que a partir daí não era garantido receber os jornais, “pois os orçamentos de receita e despesas são elaborados para cada mês, sendo exigida rigorosa distinção entre as respectivas datas. Retardatários, que vierem a sofrer contratemplos e até prejuízos serão os únicos responsáveis por tais inconvenientes”.³¹¹

A direção colonial esclarecia suas funções neste novo método de pagamento, e repassava aos colonos e aos chefes de turma as responsabilidades para receber os salários corretamente. Lembrando que eram os chefes de turma os responsáveis por realizar todas as anotações em livro referentes as diárias dos operários. Caso a tramitação dos documentos não seguisse os métodos determinados pelas autoridades provinciais o prejuízo recaía unicamente sobre o trabalhador. E a diretoria dificilmente conseguiria auxiliar os “retardatários” para que recebessem seus pagamentos nos meses futuros, pois havia uma “rigorosa distinção” sobre cada despesa no orçamento mensal.

Outro edital, publicado pela diretoria da colônia no ano de 1877, ilustra ainda mais o contexto econômico que se estabelecia em Blumenau naquele ano. O edital referente a conservação das estradas da colônia informava que a direção da Colônia Blumenau, seguindo as recentes ordens do governo imperial, encontra-se impossibilitada de fazer despesas com a conservação de estradas, com exceção de algumas obras como a construção de pontes e bueiros essenciais. Desta maneira, o edital pedia “o maior zelo da parte dos moradores no desempenho dos seus compromissos referentes as desobstruções dos córregos, limpeza de capim do leito da estrada e das valetas”.³¹² O corte nos orçamentos mensais das colônias reduzia ao máximo as despesas com as vias de comunicação, o que acarretava em maiores obrigações aos moradores da colônia, que deveriam zelar pelas áreas comuns próximas as suas residências pelo bem da coletividade. Cabia aos moradores, longe de receberem qualquer retribuição pecuniária, cuidar das linhas coloniais em que estavam estabelecidos, e as turmas de trabalhadores que antes eram empregadas neste serviço foram aos poucos se dissolvendo devido ao orçamento limitado.

³¹¹ Edital sobre de como proceder para receber pagamentos da Tesouraria da Fazenda. Junho de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 661. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³¹² Edital sobre conservação das estradas da Colônia Blumenau. Junho de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 662. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Poucos meses depois novas ordens chegavam a colônia. O cerco das autoridades brasileiras conservadoras com gabinete Duque de Caxias (1875-1878)³¹³, tinha como uma de suas últimas medidas pôr fim a prática costumeira de se empregar trabalhadores nas obras públicas da colônia que já estavam residindo no núcleo colonial a mais de seis meses.

A ordem veio por meio de telegrama e ofício do presidente da província, com data de 4 de outubro de 1877. Após ser notificado, Hermann Blumenau informava ao presidente da província, José Bento de Araújo, “demitir [...] os solteiros em número de 80”, porém, pelo menos, mais 300 homens estavam empregados nas obras públicas. O diretor avisava que não podia “assumir a responsabilidade d’executar imediata e literal e talvez inconsideradamente aquela [ordem] que determina a demissão do serviço das estradas, de todos os colonos que tenham mais de seis meses na colônia”.³¹⁴ Tal ordem se colocada em prática de forma literal representaria uma mudança na condição de vida de mais de 300 colonos e suas famílias.

Ao demitir os homens solteiros Hermann Blumenau relata que “já afluíram com reclamações”. Se a situação mostrou-se complicada quando foram demitidos uma pequena parte dos colonos, ele perguntava “o que não se há de dar com os cerca de 300 ou mais chefes e sustentadores de famílias, às vezes compostas de 7, 9 e até 11 pessoas?”.³¹⁵

O jornal *Gazeta de Joinville* da Colônia Dona Francisca, publicado no dia 20 de novembro de 1877, não deixou de comentar os últimas ações do governo. O jornal ao tratar sobre a suspensão dos “pagamentos dos trabalhadores de estradas coloniais [...] estabelecidos há mais de seis meses”, em sua “humilde opinião”, alegava que o

³¹³ O gabinete do Duque de Caxias além de enfrentar uma crise financeira “visava recompor as relações do Estado com a Igreja católica, abaladas pelo enfrentamentos dos bispos com Rio Branco [...] Visava também recompor as bases do próprio Partido Conservador, rachado em torno da aprovação da Lei do Ventre Livre, conduzida a ferro e fogo pelo próprio Rio Branco contra a oposição tenaz dos representantes fluminenses, paulistas e mineiros do partidos”. SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.46.

³¹⁴ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 13 de outubro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.65, Doc. 651. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³¹⁵ Idem.

governo atualmente não estava procedendo com a devida “prudência e calma que sempre pautaram os atos do nosso governo. Os colonos estão já habituados à percepção daqueles dinheiros, embora se conservem estabelecidos há mais de um ano, o que até agora tem sido permitido, e sem aviso antecedente suspendem-se os pagamentos desses trabalhos?!”.³¹⁶

Para amenizar a situação Blumenau solicitava autorização para retornar com algumas medidas adotadas anteriormente na colônia, como por exemplo, certos pagamentos serem realizados pela direção colonial, e não obrigatoriamente pela Comissão Pagadora. Sua proposta encaminhada ao Inspetor Geral das Terras e Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, requeria

autorização telegráfica para convenientemente operar e também para, nas ausências do pagador, realizar os pagamentos dos artigos 29 e 30 do Regulamento, [...] visto que a Presidência [provincial] ainda determinou que o Diretor não faça pagamento algum, assim seria desmantelado o serviço, perigando o público sossego. Enfim, tendo-se estendida sobre a maioria da população rural crescente e assustadora irritação, solicito com urgência o restabelecimento da faculdade para a Diretoria poder proceder a reparos, melhoramentos e outros serviços nos caminhos por conta das dívidas dos colonos ao Governo e pelos próprios devedores mais interessados, faculdade antiga, de que ela ficou privada pelo novo modo dos pagamentos, mas com cujo discreto emprego podia e ainda poderá acalmar muitas queixas e conjurar tumultuosas cenas.³¹⁷

Os primeiros pagamentos que o diretor buscava autorização para efetuar, referente aos artigos 29 e 30 do Regulamento para as Colônias do Estado, tratavam especialmente dos subsídios que os

³¹⁶ *Gazeta de Joinville*. Ano I, nº 8. 20 de novembro de 1877. p. 1. Arquivo Histórico de Joinville.

³¹⁷ Correspondência de Hermann Blumenau para o Inspetor Geral das Terras e Colonização Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 14 de outubro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.64, Doc. 648. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

colonos deveriam receber logo após sua chegada à colônia até a compra do lote de terra. Pois os pagadores apenas se dirigiam a colônia uma vez ao mês e, assim, muitos recém chegados tinham que aguardar sua vinda para então receber os primeiros subsídios. O diretor salientava sua subordinação as autoridades superiores deixando claro que só efetuariam tais pagamentos conforme o Regulamento “nas ausências do pagador”, embora as ordens até então recebidas expressavam exatamente o contrário. A nova maneira de proceder outros pagamentos também causava insatisfação, pois antes os colonos podiam trabalhar nas obras públicas recebendo, ao invés de salários, abatimentos das dívidas coloniais – uma “faculdade antiga” não mais empregada pela diretoria, mas cujo “discreto emprego”, na opinião de Blumenau, (isto é, uma condição que não seria oferecida a todos os residentes na colônia, mas sim para alguns mais necessitados) acalmaria o animo dos mais exaltados, caso voltasse a ser aplicada.

Como a reação de diminuir custos com a imigração e a colonização em 1877 era uma medida do Ministério da Agricultura, sob ordens do gabinete conservador, os colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul igualmente foram prejudicados. Lá a situação de confrontação por parte dos colonos com as diretorias coloniais fez com que batalhões de linha do exército fossem estacionados nas colônias Caxias, Dona Isabel e Conde d’Eu.³¹⁸ Porém nestas colônias a situação agravava-se pelo fato da colheita nos meses entre 1876/1877 não ter sido satisfatória, devido à seca que atingiu a região.³¹⁹ No caso da Colônia Blumenau, o diretor informava em seus escritos que houve “no princípio do ano uma boa colheita de milho”³²⁰, a mesma plantação que no Rio Grande do Sul tinha sido afetada. Neste caso, os colonos em Blumenau ainda poderiam se apoiar na comercialização do produto, porém se as ordens dos governantes continuassem a ceifar subsídios, orçamentos e práticas costumeiras da população, as queixas de homens e mulheres afetados pelas novas medidas iriam se fazer ouvir. Nas palavras de Blumenau o sossego público estava “perigando”.

Com relação as solicitações de Hermann Blumenau em outubro de 1877 ao Inspetor Geral das Terras e Colonização,

³¹⁸ MACHADO, 1999, op.cit., p.106-110.

³¹⁹ MACHADO, 1999, op.cit., p. 103.

³²⁰ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 13 de outubro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.65, Doc. 651. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

possivelmente a direção colonial foi autorizada a realizar alguns pagamentos no que diz respeito a recepção e alojamento dos imigrantes recém chegados, conforme os artigos 29 e 30 do Regulamento para as Colônias do Estado.³²¹ Por outro lado, o governo dificultava cada vez mais as questões pecuniárias referentes aos trabalhos nas obras públicas. A diretoria não estava autorizada a descontar da dívida colonial o trabalho prestado pelo colono, e ainda os meses de dezembro de 1877 e janeiro de 1878 os pagadores recusaram-se a pagar muitos auxílios e subsídios que os colonos aguardavam. As dificuldades financeiras enfrentadas pelos colonos, somadas ao atrasado da chegada dos pagadores no mês de fevereiro de 1878, levaram “uma porção dos mais necessitados e que se acham nos mais tristes e deploráveis apuros” a se apresentar no escritório da direção colonial. Hermann Blumenau registrou sobre essa situação “a pobre gente havia, com razão, contado com o pagamento desses jornais, ganhos no serviço público das estradas”.³²²

O interessante é que os relatos sobre as cenas e queixas que ocorreram na Colônia Blumenau não são informadas em nenhum jornal catarinense da época³²³. É válido lembrar que “por falta de incentivo do próprio fundador, Hermann Bruno Otto Blumenau, durante três décadas a colônia Blumenau não publicou nenhum periódico”.³²⁴ Mesmo assim, outras áreas de colonização como Itajaí e Brusque, que também não tinham jornais locais, foram assunto na imprensa de Santa Catarina. Por exemplo, o jornal *Gazeta de Joinville*, da Colônia Dona Francisca, comentava devido aos cortes de orçamento do governo que “não é para se surpreender que os colonos do Itajaí tem representado contra este

³²¹ No último semestre do ano de 1877 a Diretoria Colonial despendeu na recepção de colonos (em adiantamento) a quantia de 7 contos de réis, sendo este o único item na tabela de despesas que consta a diretoria como entidade pagante, nos demais itens sempre o pagamento foi realizado pela Comissão Pagadora. Ver: Pagamentos do ano de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.62, Doc. 621. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³²² Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 14 de fevereiro de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 680. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³²³ Durante a pesquisa foram consultados os seguintes periódicos referente a década de 1870: O despertador, A regeneração e Gazeta de Joinville.

³²⁴ FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão*: outros usos e outros produtos do labor humano. Mestrado em História. Orientadora: Maria Bernadete Ramos Flores. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Abril de 1998. p. 51. O primeiro jornal a ser publicado na Colônia foi o Blumenauer Zeitung em 1881.

procedimento”.³²⁵ O jornal *O Despertador*, de Desterro, noticiava que se amotinaram muitos colonos da Colônia Brusque, onde “a gente amotinada queixava-se de estar por pagar há três meses dos seus vencimentos”, e para reprimir a revolta – continuava a notícia no jornal – soldados de Desterro comandados pelo Capitão Caldas foram encaminhados para a colônia.³²⁶ Poucos meses depois o mesmo jornal informava que 50 praças do Batalhão da 17^a Infantaria seguiram para a Colônia Itajaí para conter o motim que lá se dava.³²⁷

A exemplo do que acontecia em algumas colônias em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, os protestos e as queixas de moradores e trabalhadores da Colônia Blumenau chegaram a diretoria da colônia. Hermann Blumenau comentava “tive cenas muito desagradáveis”.³²⁸ No entanto, o diretor parece ter encontrado meios de acalmar os queixosos ou, ao menos, impediu que os tumultos se tornassem matérias da imprensa.

Um dos motivos que parece ter contribuído para acalmar os ânimos de muitos moradores da colônia, foi a aceitação dos vendeiros e negociantes de vender a crédito aos colonos, porém na visão de Hermann Blumenau o prolongamento de tal situação tornar-se-ia “impossível ou insustentável para os próprios vendeiros e negociantes” e então pode ser que seja necessário a presença da “força militar” na colônia, como vinha acontecendo em outras áreas coloniais.³²⁹

Além disto, a partir do mês de março de 1878 Hermann Blumenau, apesar de vetado pelo presidente da província, passou a emitir vales novamente aos colonos. Ele afirma que sua resolução de ceder créditos aos colonos foi para evitar “uma desastrosa explosão”, pois sua condição de diretor o colocava “entre a aberta revolta e outros

³²⁵ *Gazeta de Joinville*. Ano I, nº 8. 20 de novembro de 1877. p. 1. Arquivo Histórico de Joinville.

³²⁶ *O Despertador*. Ano XVI, nº 1578. 9 de abril de 1878. p. 1. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³²⁷ *O Despertador*. Ano XVI, nº 1600. 5 de julho de 1878. p. 1. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³²⁸ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 14 de fevereiro de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 680. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

³²⁹ Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província Joaquim da Silva Ramalho. 4 de março de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 681. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

funestos acontecimentos inconvenientes de um [lado] e este temporário expediente [de emitir vales] do outro lado, julguei não dever hesitar em adotar este último”.³³⁰ É preciso lembrar que muitos tumultos já haviam ocorrido no mês anterior, em fevereiro de 1878, quando a Comissão Pagadora se atrasou para vir a colônia. Provavelmente a situação já estava tensa, então Hermann Blumenau, fazendo uso de sua experiência como administrador da colônia, parece não cogitar em emitir vales para evitar uma “revolta aberta”.

Neste sentido as manobras de Hermann Blumenau na função de diretor colonial demonstram uma administração que buscava soluções variáveis para um mesmo problema: a falta de fundos financeiros ou a falta de pagamento deles.

Cabe aqui a ressalva de que no início da pesquisa da dissertação, uma das hipóteses levantadas com relação a este terceiro capítulo era a possibilidade de encontrar diversas manifestações da população colonial de Blumenau no final da década de 1870, quando o corte de verbas públicas tornava-se uma realidade mais concreta a cada ano, e as garantias concedidas aos colonos, como o trabalho nas obras públicas, ficavam igualmente mais incertas. Embora não foi possível encontrar manifestações e escritos dos próprios colonos, ao longo deste capítulo foi possível demonstrar diversos momentos em que o diretor colonial afirmar ter presenciado cenas tumultuosas, queixas, ocasiões de perigo e revolta. O que da mesma forma corrobora na compreensão de como o Regulamento para as Colônias do Estado (Decreto 3.784), durante seu período de vigência (1867-1879) moldou e conduziu a vida de milhares de colonos, que apoiados em seus direitos buscavam fazer valer o que o governo assumiu como regra.

Assim, a relevância Regulamento para as Colônias do Estado não está no regulamento em si, mas conforme se demonstrou nesta pesquisa, está nos usos do mesmo pelos colonos, operários, camponeses e imigrantes que como sujeitos e agentes de sua própria vida lutaram por direitos que lhe eram garantidos. As obras públicas, associadas aos cortes de orçamento e as muitas reivindicações, somente foram um meio pelo qual se tornou possível demonstrar isto.

O início do ano de 1878 principiava com a mudança de poder no Gabinete Ministerial. O liberal Visconde de Sinimbu tinha como um

³³⁰Correspondência de Hermann Blumenau para o Inspetor Geral das Terras e Colonização Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 23 de março de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 685. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

dos itens de sua agenda “a reorganização das finanças do País”, porém conforme demonstrou a pesquisa de Paulo Pinheiro Machado, este mesmo Gabinete, ciente das conseqüências nos cortes de orçamento na política de colonização e diante da “pressão dos colonos” em diversas províncias do país, autorizou a liberação de grandes quantias de créditos extraordinários, que rendeu ao governo um investimento na parte de colonização, do ano fiscal de 1877/1878, de 9,2% do orçamento total do Império brasileiro. E a normatização das verbas veio acompanhada de novas mudanças administrativas.³³¹

Uma das mudanças foi a extinção da Comissão Pagadora na província catarinense. Sendo restabelecido o antigo sistema de pagamento nas colônias da província. Em 19 de julho de 1878 o presidente da província endereçou ofício ao diretor da Colônia Blumenau informando sobre a modificação no método de pagamento das despesas, desta forma, ele recomenda a Blumenau para dar “as providencias necessárias, afim de que os novos imigrantes entrem tão depressa quanto for possível na posse de seus lotes, cumprindo-se assim o que determina o Regulamento de 19 de janeiro de 1867”.³³² A pressa era, de enfim, voltar a conduzir as operações na colônia de acordo com o que estava determinado pelo Regulamento e dentro das expectativas dos colonos.

O Regulamento para as Colônias de 1867 ganhava novamente a seriedade com a qual foi criado para garantir os direitos e deveres dos colonos instalados pelo império brasileiro. O serviço nas obras públicas, especialmente nas estradas, os subsídios destinados aos recém chegados, as diretrizes destinados aos diretores coloniais e assim por diante conforme prescrevia o Regulamento ainda teve validade até o final do ano de 1879, quando pelo Decreto 7.570 de 20 de dezembro de 1879 o Gabinete de Sinimbu o suspendeu de modo provisório, por não ser possível atender as despesas necessárias com o serviço de colonização devido a lei de orçamento para o novo exercício. A partir de então, as despesas com a colonização foram consideravelmente reduzidas o que acarretou na emancipação de muitas colônias, como é o caso de Blumenau, que por meio do Decreto nº860, de 1880, foi elevada a categoria de município.

³³¹ MACHADO, 1999, op.cit., p. 111-116.

³³² *A Regeneração*. Ano X, nº 986. 25 de julho de 1878. p. 2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Ver Seção Oficial, expediente do governo de 19 de julho de 1878.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação pesquisada referente ao primeiro decênio da Colônia Blumenau nos leva a compreender o surgimento e o desenvolvimento de uma colônia particular amplamente subsidiada pelo Estado. Tal documentação conservada nos arquivos históricos deixou consideráveis vestígios sobre a vida administrativa, legal e financeira do núcleo de colonização particular, porém para construir uma narrativa sobre este período que permitisse – ainda que de maneira rasa – compreender certas características da vida cotidiana dos moradores deste lugar fez-se necessário somar a esta documentação oficial outros elementos, como uma ou outra memória, cartas e registros daqueles que habitaram Blumenau, como o jovem Karl Kleine ou o professor de primeiras letras Fernando Ostermann.

Neste sentido, o primeiro capítulo foi redigido na tentativa de compor a história da Colônia Blumenau durante seus primeiros dez anos de existência por meio de uma narrativa que aspirava por detalhes nas questões e acontecimentos simples e corriqueiros presentes no dia a dia da comunidade colonial de Blumenau. Para isto busquei tecer um diálogo entre fontes de diversas origens, permitindo assim construir a história de Blumenau não apenas pelas palavras de seu administrador, mas dando espaço a gente comum para contar sua própria história, como, por exemplo, quando o colono Weise expõe sua versão da enchente de 1855.

Assim verificou-se uma colônia em lento desenvolvimento, onde casas enxaimel não povoavam o *Stadtplatz*, mas sim casebres construídos a moda brasileira preenchiam a maior parte do espaço colonial nos primeiros anos. O volume populacional igualmente demonstra como o desenvolvimento era gradual, longe de atingir as metas esperadas por Hermann Blumenau ou aquelas previstas nos contratos firmados com o governo imperial. Os números de imigrantes instalados na Colônia Blumenau eram aquém das expectativas e renderam ao final do ano de 1859 o total de 943 habitantes.

As dificuldades enfrentadas para dar continuidade ao empreendimento colonial nos levaram ao encontro das expectativas Hermann Blumenau sobre os imigrantes desejados: jovens com uma condição financeira remediada, casais ou de preferência famílias com filhos, todos dispostos e aptos para trabalhar. Quanto ao perfil moldado por Blumenau, me parece acertado compreendê-lo dentro da ótica das

necessidades operacionais de uma colônia em formação. O que o empreendedor buscava eram pessoas jovens e capazes de trabalhar no que a colônia oferecia: a vida em família na condição de colono. Apesar de que, como a pesquisa tornou evidente, muitos solteiros não necessariamente desejados também se fixaram no núcleo colonial.

A documentação pesquisada no primeiro capítulo permitiu vislumbrar fragmentos sobre o cotidiano da vida colonial e o trabalho nas obras públicas, ao evidenciar, por exemplo, a primeira “greve” dos trabalhadores temporários nas estradas da colônia (isto no início do ano de 1856). Igualmente as páginas que compõe o primeiro capítulo da dissertação constataam que a vida de muitos “solteiros” na colônia era ocupada com trabalhos temporários não apenas dentro do perímetro colonial, mas fora dele, o que acarretava em constantes idas e vindas e uma grande mobilidade da parte dos homens. Além disto, a pesquisa demonstrou como possíveis acordos podem ter sido celebrados entre o administrador da colônia particular e os colonos, onde moradores e proprietários de lotes de terras acabavam sendo obrigados a cuidar não apenas do que era seu, mas das estradas próximas às suas residências. Esses ajustes eram uma maneira pela qual Hermann Blumenau possivelmente reduzia responsabilidades e gastos que, a princípio, deveriam estar sob sua alçada. Mas mesmo com tais medidas não foi possível levar adiante o empreendimento particular. A total falta de recursos e o acúmulo de dívidas resultou na transferência da Colônia Blumenau para a responsabilidade do governo imperial.

A partir de 1860 a documentação produzida pelo próprio núcleo colonial (correspondência oficial, decretos, regulamentos, editais, etc.) e sobre ele (como nos jornais) e aquela confeccionada direta (cartas, memórias, registros) ou indireta (processos judiciais) pelos próprios moradores da colônia permitiu ao segundo e terceiro capítulo da dissertação a comprovação de que a vida na Colônia Imperial Blumenau era dinâmica, em certos momentos intranquila e repleta de ajustes e acertos devido a ação política e inserção social dos habitantes de Blumenau. Grande parte da chance de demonstrar isto na dissertação se deve, ao meu ver, a perspectiva da micro história. Estes capítulos amparados por dois processos crime renderam uma exposição sobre a sociedade colonial de Blumenau que ainda é pouco conhecida: pela ótica e pelas palavras de pessoas comuns.

Franz Schmechel e Henrique Krüger são dois personagens comuns. Eram imigrantes, chefes de família, proprietários de lotes de terra em linhas coloniais de Blumenau durante a década de 1860 e 1870

e eram também trabalhadores temporários nas obras públicas administradas pela direção colonial. Mas ao narrar parte de suas histórias de vida – que nos são parcialmente contadas por meio dos processos criminais que eles, como réus, enfrentaram – foi possível construir um universo que transcende as suas histórias individuais.

Em especial, verificou-se como se dava o trabalho temporário de colonos em obras públicas. E embora a pesquisa tenha partido desde o início tendo conhecimento de que algumas determinações referentes aos trabalhos públicos eram previstas no Regulamento para as Colônias do Estado (artigos 32, 33 e 34), é possível afirmar que a dissertação ao tratar de obras públicas vai muito além destas determinações. A documentação em análise trouxe elementos para compreender sobre a vida dupla enfrentada por centenas de homens, afinal constatou-se que a diretoria colonial deveria preferencialmente oferecer maior número de vagas nas frentes de trabalho nas obras públicas nos meses que afetariam o mínimo possível o trabalho do colono na lavoura de seu lote de terra. Também se averiguou em detalhes a prática costumeira de prolongar o tempo de trabalho prestado pelo colono nas obras públicas, além de outros pormenores relacionados com as formas de pagamentos de salários e seus valores, as responsabilidades e funções dos chefes da turma de operários e o compartilhamento, por parte dos trabalhadores, sobre a autoridade da diretoria colonial em casos de desentendimentos entre eles, afinal tanto os trabalhadores do ribeirão da Mulde como o chefe da turma de operários do Warnow procuraram à diretoria colonial quando problemas apareceram.

Tais contribuições da pesquisa no que se refere as obras públicas devem ser vistas com um olhar para além de um estudo local, afinal muito do que se constatou não se aplica unicamente para o caso da Colônia Blumenau, mas pode refletir também sobre outras colônias administradas pelo governo e regidas pelo mesmo Regulamento para as Colônias do Estado de 19 de janeiro de 1867.

A pesquisa também demonstrou que a organização dos serviços de obras públicas envolvia um grande número de pessoas. Não apenas a diretoria colonial e os colonos faziam parte deste universo, mas também mestre de obras, chefes de turmas de operários e engenheiros estavam envolvidos na tarefa de desenvolver a infraestrutura colonial de Blumenau. Cada qual tinha suas atribuições, direitos e deveres. Porém esses homens não estavam apenas conectados por laços de trabalho, outras relações estavam inseridas em suas vidas e, assim, laços de

amizade e de vizinhança se formavam, o que ficou claramente demonstrado por meio da análise dos processos criminais.

O foco do trabalho nas obras públicas também permitiu ir além e inquirir sobre as experiências dos homens que prestavam serviços nas frentes de trabalho pela colônia. Desta maneira, a pesquisa contribuiu significativamente no entendimento de que a prestação de serviço de centenas de homens nas obras públicas foram muito além das pontes, estradas, picadas e prédios públicos construídos por sua mão de obra. Esses homens também moldaram costumes, garantiram seus direitos, exigiram as garantidas que lhes foram prometidas pelas autoridades.

Os colonos, muitas vezes, são lembrados na história ligada à imigração e colonização de uma cidade em função de seu trabalho na mata virgem, das adversidades pelas quais passaram numa pequena comunidade colonial, pelo seu trabalho na agricultura, mas a perspectiva sobre esses homens e mulheres com relação a sua participação política (suas lutas, suas reivindicações e ações) são pouco mencionadas. Não podemos desqualificar os colonos – independente se eram analfabetos ou não, se estavam ligados a movimentos políticos organizados ou não, ou se eles dedicavam a maior parte de seus dias a agricultura – é preciso levar em conta que esses agentes sociais, ao seu modo, também foram participantes ativos na dinâmica cotidiana do espaço em que residiam. Assim, especialmente por meio do segundo e terceiro capítulo procurei demonstrar a relevância política e social destes sujeitos históricos, que buscaram fazer valer o Regulamento para as Colônias do Estado ou práticas costumeiras por eles aceitas, embasando suas lutas nas suas experiências e nas suas concepções comunitariamente compartilhadas de que seus direitos estavam sendo infringidos e negados, e era preciso lutar por eles.

Desta forma, esta pesquisa colabora para que ao se pensar nos mais de 30 anos de existência da Colônia Blumenau se tenha em mente que as transformações e mudanças vivenciadas pela sociedade de Blumenau foram influenciadas pelas ações dos habitantes daquela comunidade, e não foram apenas decisões tomadas entre quatro paredes por figuras chaves da colônia dentro do escritório da diretoria colonial.

Quando Hermann Blumenau acionava o presidente da província cogitando se seria possível o envio de uma força armada para a colônia, ou quando ele informava que enfrentava cenas de tumulto e que para contê-las passou a emitir vales para os colonos, entre outros casos, podemos notar que era parte da população colonial que

pressionava e exigia da figura do diretor colonial, a autoridade mais próxima, respostas e soluções para problemas que dificultavam sua vida e sua subsistência.

Com relação a administração colonial praticada por Hermann Blumenau à frente da colônia, ao longo da dissertação verificou-se as muitas estratégias acionadas por ele para tentar garantir a “ordem” e a “tranquilidade pública” do lugar. Seus movimentos em muitos casos eram manobras de contorno em situações adversas, como por exemplo, desde os primeiros anos, enquanto a colônia ainda era privada, Blumenau buscou empréstimos com o governo devido à falta de recursos financeiros que enfrentava, depois quando houve a encampação da colônia pelo Estado, novamente suas manobras eram acionadas com o propósito de contornar as situações geradores de conflito entre a diretoria colonial e os colonos. Emissão de crédito aos colonos na forma de vales, acordos de pagamentos no futuro (para pagar no novo ano financeiro), retenção de verbas na colônia, valores que supostamente deveriam ser enviadas para governo provincial, foram algumas de suas jogadas. Assim, durante três décadas ele buscou soluções variáveis para um mesmo problema: a falta de dinheiro, a princípio, dele mesmo e, depois, a falta de dinheiro que enfrentava ao administrar as contas de uma colônia pública.

Por fim, cabe a ressalva que não tive a pretensão, nesta pesquisa, de diminuir ou invalidar e nem enaltecer as ações de Hermann Blumenau enquanto diretor e administrador do núcleo colonial iniciado por ele em 1850, mas já era tempo da história deste lugar conhecer outras personagens do passado.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRANTES, Visconde (Miguel Calmon du Pine e Almeida). *Memória sobre os meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger & Irmãos. 1846. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00029800>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz. F. (org.). *História da vida privada no Brasil*, Volume II: Império. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

AZEVEDO, Elciene [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto. 2008.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume II: 1831 - 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 7ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3º Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Campinas: São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCHAEL, v.14, n.26, p.11-49, 2009.

CHAZKEL, Amy. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. *Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 31-48, set. 2013.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a lei de Terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 2010. 350f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2010.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn.(org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Tradução Edilene Toledo, Luigi Biondi. Campinas: Unicamp, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

HALL, Michael M. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: *História da cidade de São Paulo*, Volume III: a cidade na primeira metade do século XX. Organização Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP*, v. 14, p. 133-175, 2009.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

MARTINS, Ismênia de Lima. A presença italiana no Rio de Janeiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (orgs.). *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 45-60, 2012.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Jacques Revel (org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Prefácio A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume II: 1831 - 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, Volume III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Juliana Teixeira. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na corte Imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, E. [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1981.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio L.; SILVA, Sergio. (org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho para além das fronteiras. *Cadernos AEL: Trabalho e política*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.17, n.29, p.31-64, 2010.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL/MEC, 1980.

WITT, Marcos Antônio. Sob a contagem de outro tempo: organização social e estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – Século XIX). In: MARTINS, Ismênia de Lima e HECKER, Alexandre (orgs.). *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

BULL, Vanessa Nicoceli. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba. 2014.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catharina: história – evolução*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1937.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Missão na selva: Emil Odebrecht (1835-1912)*. Rio de Janeiro: AC&M, 1994.

CENTENÁRIO DE BLUMENAU: 1850 – 2 de setembro de 1950. Blumenau: Comissão de festejos. 1950.

DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.

FERRAZ, Paulo Malta. Pequena história da colonização de Blumenau 1850-1883. Parte IV. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XVII, n. 6, p.233-249, jun.1976.

FERREIRA, Cristina e KOEPEL, Daniel Fabrício. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

FRONZA, Francisco. *Das formas de dizer às formas de ser: o fazer-se trabalhador no Vale do Itajaí*. 1991. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 1991.

FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. 1998. 191f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 1998.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. FURB, 1987.

HILLESHEIM, Antonio Anselmo. *O crescimento do mercado interno numa colônia do império: o caso de Blumenau, 1850-1880*. 1979. viii, 88f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1979.

JOCHEM, Toni Vidal. *São Pedro de Alcântara, 1829-1999: aspectos de sua história*. São Pedro de Alcântara: [s. n.], 1999.

MENDES, Simoni. *A construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das enchentes em Blumenau (1850-1957)*. 2012. 151f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem na Colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia*. 2009. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Blumenau, 2009. Disponível em:

http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/341776_1_1.pdf

RICHTER, Klaus. Primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 3ª Fase, nº 23, p.11-52, 2004.

SALOMON, Marlon Jaison; VOIGT, André. Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina; Frostcher, Méri. (orgs). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências no tempo da globalização*. São Paulo (SP): Hucitec, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Vale do Itajaí e a política migratória do Império. *Revista Blumenau em cadernos: Edição Especial 50 anos*, Blumenau, Tomo XLVIII, n.11/12, p. 57-82, novembro/dezembro. 2007.

SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício R. de Limas. *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB; Cultura em Movimento, 2000.

VOIGT, André F. (org.). *Cartas reveladas*. A troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz: algumas considerações. Blumenau.SC. Ed. Cultura em movimento, 2004.

VOIGT, Márcio Roberto. *Imigração e cultura alemã no Vale do Itajaí: educação, religião e sociedades na história de Timbó (SC) - 1869-1939*. 1996. 150f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 1996.

FONTES

IMPRESSA EM LIVROS

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Ferreira, Cristina e Petry, Sueli Maria Vanzuita (org.). Tradução: Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.

BLUMENAU, Hermann. *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil = Deutsche Blumenau in der Provinz Santa Catarina in Süd-Brasilien*. 1856. FERREIRA, Cristina (org.). Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto 150 anos, 2002.

GALVÃO, Luiz Manoel de Albuquerque. *Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajaí, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catarina) apresentado em 9 de março de 1871 ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=S3oCAAAAYAAJ&hl> Acesso em: 27 mar. 2014.

KLEINE, Karl. *Vivências e narrativas de um blumenauense*. Tradução Annemarie Fouquet Schünke; Cristina Ferreira (org). Blumenau: Editora Cultura em Movimento, 2011.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante Boêmio*. Hilda Agnes Hübner Flores (trad.). Edição Bilíngue. Porto Alegre: Est. 1981.

PERIÓDICOS

A regeneração. Ano III, nº 267. 16 de abril de 1871. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

A regeneração. Ano VIII, nº 475. 15 de maio de 1873. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

A Regeneração. Ano X, nº 986. 25 de julho de 1878. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Gazeta de Joinville. Ano I, nº 8. 20 de novembro de 1877. Arquivo Histórico de Joinville.

HESSE, Rudolf Oswald. Excerto do Jornal Kolonie Zeitung, edição 2 de abril de 1864. Um retrospecto do ano de 1863. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XIX, nº9, p. 255-256. Setembro 1978.

O despertador. Ano I, nº 9. 13 de fevereiro de 1863. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O despertador. Ano VIII, nº 783. 29 de julho de 1870. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O despertador. Ano VIII, nº 792. 30 de agosto de 1870. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O Despertador. Ano XVI, nº 1578. 9 de abril de 1878. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O Despertador. Ano XVI, nº 1600. 5 de julho de 1878. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, *Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>

BRASIL, *Decreto 5.663 de 17 de junho de 1874*. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1874. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59763&norma=75627>

BRASIL. *Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

BRASIL. *Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848*. Fixa despesas e orça receita para exercício de 1849-1850. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79736>

SANTA CATARINA. *Lei Provincial nº 11 de 5 de maio de 1835*. Coleção das Leis da Província de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. *Lei Provincial nº 49 de 15 de junho de 1836*. Coleção das Leis da Província de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

FUNDO JUDICIÁRIO

Auto de perguntas feito a Victor Gaertner. Fundo: Judiciário, Caixa 4B, Auto nº 215. 1872. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

Processo criminal em que foi réu Francisco Schmechel. Fundo: Judiciário. Caixa 2A. Auto nº 179. 1871. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

Processo criminal em que foi réu Henrique Krüger. Fundo: Judiciário. Caixa 4A, Auto nº 293. 1876. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

MAPAS

Mapa da Colônia Blumenau elaborado por Emil Odebrecht. 1874. Fundo: Colonização, Pasta 2.47, Doc. 479. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Mapa da estrada da Barra do Rio elaborado por Emil Odebrecht. Novembro 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc.188. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

DEMAIS FONTES

Apontamentos de Julio Baumgarten de 1º de abril de 1854. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo IV, n. 7, p. 121-127, Julho. 1961.

Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 18 de agosto de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 99. Arquivo Nacional.

Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 27 de julho de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 95. Arquivo Nacional.

Aviso ao presidente da província de Santa Catarina. 28 de agosto de 1868. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências aos Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 39*. Folha 121. Arquivo Nacional.

Aviso nº 03 de 21 de abril de 1855. IOTTI, Luiza H., *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

Carta de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 21 de agosto de 1870. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XIX, n.8, p.229-230, Agosto. 1978.

Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau ao Imperador dom Pedro II. 26 de julho de 1848. Fundo: Colonização, Pasta 2.1, Doc. 18. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Cartas de Hermann Bruno Otto Blumenau. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 09. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Certificado de Sebastião Baudini. 21 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 569. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Colônia Blumenau 1859. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo III, n. 1, p. 14, Janeiro. 1960.

Como se festejam em Blumenau a festa de Natal. Carta de Otto (sobrenome não informado). 1º de janeiro de 1867. Tradução Frederico Kilian. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XV, n. 9, p. 154-156, Setembro. 1974.

Conta geral dos débitos dos colonos entrados na Colônia Blumenau. 15 de agosto de 1863. Fundo: Colonização. Pasta 2.19, Doc. 195. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Contrato de 21 de fevereiro de 1851. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 36. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência confidencial de João Capistrano Bandeira de Mello Filho para Hermann Blumenau. Desterro 11 de março de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 577. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Fernando Ostermann. 12 de abril de 1853. Fundo: Colonização, Pasta 2.5, Doc. 53. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau a Ignácio da Cunha Galvão. 20 de dezembro de 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 338. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau a João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 15 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.59, Doc. 591. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau ao Ministro da Agricultura. 14 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.58, Doc. 589. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau ao presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 18 de abril de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc.185. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para dom Pedro II. 1856. Fundo: Colonização, Pasta 2.9, Doc. 94. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para Hermann Wendeburg. 11 de dezembro de 1875. Fundo: Colonização, Pasta 2.54, Doc. 545. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para Ignácio da Cunha Galvão. 20 de julho de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc. 367. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o Inspetor Geral das Terras e Colonização Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 14 de outubro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.64, Doc. 648. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o Inspetor Geral das Terras e Colonização Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 23 de março de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 685. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 23 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 570. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 15 de março de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 580. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 03 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.58, Doc. 586. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 14 de abril de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.58, Doc. 588. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 18 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 568. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 24 de março de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.58, Doc. 583. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 1º de novembro de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc. 362. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 26 de agosto de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc. 368. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província Joaquim da Silva Ramalho. 4 de março de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 681. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 13 de outubro de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.65, Doc. 651. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para presidente província José Bento de Araújo. 14 de fevereiro de 1878. Fundo: Colonização, Pasta 2.68, Doc. 680. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau para Visconde de Olinda. Janeiro de 1851. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 32. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau referente ao orçamento do trimestre de abril a junho de 1864. 18 de fevereiro de 1864. Fundo: Colonização, Pasta 2.22, Doc. 226. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau referente ao orçamento do trimestre de outubro a dezembro de 1863. 18 de agosto de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.19, Doc. 196. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Blumenau. 03 de fevereiro de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.37, Doc. 378. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência de Hermann Hering, datada de 31 de Julho de 1879. Fundo: Família Hering, Grupo 1.3 Hermann Hering/Documentos Pessoais. Pasta: 1.3.1.7.1. Doc. 02. Arquivo Histórico Cia Hering.

Correspondência de Ida Kleine. 04 de setembro de 1857. Fundo: Famílias. Pasta: Kleine 3.K. Doc. 03. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Correspondência nº12 de Hermann Blumenau e em anexo (cópia) a relação das contas apresentada pelo carcereiro Henrique Friske,

enviada ao presidente da província Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão. 31 de janeiro de 1873. Fundo: Colonização. Encadernação Avulsa Volume 2. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O anexo original das contas apresentadas pelo carcereiro Henrique Friske encontra-se no setor de documentos raros da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

Correspondência pessoal de Ernst Weise a familiares. 24 de maio de 1856. Fundo: Colonização, Pasta 2.8, Doc. 89. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondência pessoal de Hermann Blumenau para o Superintendente Baumgarten, datada de 12 de dezembro de 1853. Fundo: Colonização, Pasta 2.5, Doc. 52. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Correspondências para o diretor da Colônia Blumenau. 17 de março de 1862. Fundo: Ministério da Agricultura. Correspondências as Colônias do Estado. 1861-1865. IA⁶ 7. Folha 8. Arquivo Nacional.

Diário da Colônia Blumenau de 1867. Fundo: Colonização, Pasta 2.31, Doc.313. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Diário da Colônia Blumenau de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.36, Doc.365. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Diário da Colônia Blumenau de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.61, Doc. 617. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Diário da Colônia Blumenau de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 669. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Diário de Augusto Müller. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XVII, n. 4, p. 143-146, Abril. 1976.

Edital e instrução afixadas nas Casas de Hospedagem da Colônia Blumenau. 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 564. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Edital para aquisição de terra – nos idiomas italiano e alemão. 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.56, Doc. 565. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Tradução na *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo VI, n. 6, p. 116-117, Junho. 1963.

Edital sobre conservação das estradas da Colônia Blumenau. Junho de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 662. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Edital sobre de como proceder para receber pagamentos da Tesouraria da Fazenda. Junho de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.66, Doc. 661. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Edital trilingue sobre o uso de armas. 22 de julho de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.59, Doc. 600. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Estatísticas da imigração do ano de 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.33, Doc. 339. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Falas do Presidente da Província de Santa Catarina dos anos de 1837, 1845, 1857, 1858, 1876, 1877, 1880. Disponível em <http://brazil.crl.edu>

Figuras do passado: Henrique Krohberger. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 1, p. 11, Novembro. 1957.

Instrução para os chefes de turmas de operários nas obras públicas. 1875. Fundo: Colonização. Pasta 2.50, Doc. 501. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Instruções para a regência da Colônia Blumenau. Dezembro de 1860. Fundo: Colonização. Pasta 2.13, Doc. 140. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Inventário aproximativo da Colônia Blumenau. Outubro de 1859. Fundo: Colonização, Pasta 2.12, Doc. 128. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Lista de Moradores da Linha Colonial do rio do Testo. 1861-1880. Fundo: Colonização, Pasta 2.14, Doc. 149. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Lista dos Voluntários da Pátria da Colônia Blumenau. 14 de setembro de 1865. Setor de documentos raros. Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

Listagem de moradores da Colônia Blumenau. 1869. Fundo: Colonização, Pasta 2.34, Doc. 341. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Mapas estatísticos da Colônia Blumenau dos anos de 1864, 1868, 1869, 1877, 1879, 1881. Fundo: Colonização. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Obras públicas realizadas pela administração colonial. Julho a outubro 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.20, Doc. 203. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Observações de Hermann Blumenau sobre a execução de obras públicas. 10 de fevereiro de 1872. Fundo: Colonização. Pasta 2.42, Doc. 424. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofício de Hermann Blumenau para presidente da província Francisco Ferreira Corrêa. 09 de agosto de 1870. Fundo: Colonização, Pasta 2.35, Doc. 359. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofício de Hermann Blumenau para presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 15 de abril de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.18, Doc. 184. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofício de Hermann Wendeburg para presidente da província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 18 de fevereiro de 1867. Fundo: Colonização. Encadernação Avulsa Volume 1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofício nº 17 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 572. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofício nº 20 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 29 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 575. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ofícios ao Ministério da Fazenda. Fundo: Ministério da Agricultura. Ofícios para Ministérios e Províncias 1868. IA⁶ 38*. Folha 30 e 126. Arquivo Nacional.

Orçamento da Colônia Imperial Blumenau. 27 de janeiro de 1860. Fundo: Colonização. Pasta 2.13, Doc. 135. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Orçamento do trimestre de Julho a Setembro. 1864. Fundo: Colonização. Pasta 2.23, Doc. 237. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Orçamento do trimestre de Outubro a Dezembro. 1863. Fundo: Colonização. Pasta 2.19, Doc. 196. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Pagamentos efetuados ano de 1877. Fundo: Colonização, Pasta 2.62, Doc. 621. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Petição ao Governo Imperial. 10 de dezembro de 1850. Fundo: Colonização, Pasta 2.2, Doc. 23. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Ponto e recibo dos salários dos trabalhadores da Colônia Imperial Blumenau. 1860. Fundo: Colonização, Pasta 2.13, Doc. 132. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Postscriptum reservado anexo ao ofício n.17 de Hermann Blumenau para presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho. 25 de fevereiro de 1876. Fundo: Colonização, Pasta 2.57, Doc. 571. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Relação dos imigrantes da Colônia Blumenau. 1851 e 1852. Fundo: Colonização, Pasta 2.3, Doc. 39. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Relatório anual da Colônia Blumenau dos anos de 1857, 1863 (1º semestre), 1864, 1865, 1870, 1876 (até novembro), 1877, 1879. Fundo: Colonização. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Relatório da Colônia Blumenau de 1872. *Revista Blumenau em cadernos*. Blumenau, Tomo XXXVI, n.11/12, novembro/dezembro. 1995.

Relatório da Colônia Blumenau. 04 de janeiro de 1854. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 6, p. 103-109, Abril. 1958.

Relatório da Colônia Blumenau. 25 de junho de 1852. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 3, p. 43-44, Janeiro. 1958.

Relatório da Colônia de 18 de janeiro de 1853. *Revista Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo I, n. 3, p. 44-46, Janeiro. 1958.

Relatório do presidente da província de Santa Catarina dos anos de 1836, 1855, 1871. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>

Repartição Especial das Terras Públicas da província de Santa Catarina, correspondência ao presidente da província Pedro Leitão da Cunha. 13 de Junho de 1863. Fundo: Colonização, Pasta 2.19, Doc.191. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Requerimento e projetos da Companhia Protetora dos Emigrados Alemães de Hamburgo. Anexo parecer da Assembleia Provincial. Fundo: Colonização, Pasta 2, Doc. 06. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Termo de ajuste e contrato firmado entre o Governo Imperial e Hermann Blumenau. 17 de abril de 1855. Fundo: Colonização, Pasta 2.7.1, Doc. 71.1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Termo de cessão da Colônia Blumenau. Janeiro de 1860. Fundo: Colonização, Pasta 2.13, Doc. 134. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.